

As Pedras do Rosário

JESUÍTAS NA AMAZÔNIA. MEMÓRIA DA IGREJA DO
ROSÁRIO EM ITACOATIARA. DA FUNDAÇÃO DA
CIDADE AOS DIAS ATUAIS (1683-2022)

PRIMEIRO VOLUME (1683-1874)



Francisco Gomes da Silva

FRANCISCO GOMES DA SILVA

As Pedras do Rosário

JESUÍTAS NA AMAZÔNIA. MEMÓRIA DA IGREJA DO
ROSÁRIO EM ITACOATIARA. DA FUNDAÇÃO DA
CIDADE AOS DIAS ATUAIS (1683-2022)

PRIMEIRO VOLUME (1683-1874)

Manaus - Amazonas - Brazil
2022

Copyright © Francisco Gomes da Silva, 2022.

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Francisco Gomes da Silva

Marcela Costa de Souza

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Marcela Costa de Souza

Todos os direitos reservados 2022

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silva, Francisco Gomes da.

AS PEDRAS DO ROSÁRIO - Jesuítas na Amazônia. Memória da Igreja do Rosário em Itacoatiara. Da fundação da Cidade aos dias atuais (1683-2022). -- Primeiro Volume (1683-1874)/ Francisco Gomes da Silva. -- Manaus, AM: Ed. do Autor, 2022.

227 p. 16x23

ISBN 978-65-00-44400-1

1. Teologia - História 3. Itacoatiara (AM) - História 3. Nossa Senhora do Rosário - História I. Título.

21-86888

CDD-981.13

Índices para catálogo sistemático:

1. Teologia : Itacoatiara : Padroeira : História 981.13
Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Dedico esta obra

Ao **Bispo** dom José Ionilton Lisboa de Oliveira.

Ao **Pároco da Catedral** padre José Acácio Rocha da Silva.

Às **Irmãs Religiosas** Marília Menezes | Margarida Ferreira da Silva | Damiana Nascimento | Geralda Kunz.

Aos **Músicos** Valdemar Repolho | Nelson Caboquirí | João Sabino | Hélio Alves | Lázaro Costa | Cecílio | Manoel Domingos | Natinho | Antônio Venâncio | Lázaro Maia | Valdir Menezes | Elias Melo | Eli Vieira.

Aos **Paroquiano(a)s** Ana Vital de Menezes | Tereza Nelson de Oliveira | Lisette Abraham | Paulo Sarrazim | Edna Pacheco Gusmão | Raimunda Rebouças | Elizeu Bentolila | Hemir Figueiredo | Maria Elígia Palmeira | Adolfo Lira | Lindalva Fernandes Pereira | Maria do Carmo Simas | Francisca Lucena | Alexandre Amazonas | Sylvia Aranha Ribeiro | Doralice Fernandes | Antero Souza | Maria Antônia Silva | Maria José Amazonas | Thyrsó Munhoz | Arlete Nascimento | Maria Alice Lopes | Roberto Reis | Engrácia Valente | Aline Medeiros | Ruy Castro | Crisélides Barros | Graciete Fernandes | Admilson Berger | Joelma Rolim | Maria Alzimar Serudo | Altino Gomes | Francinete Jordão | Nely Nogueira | Jorge de Brito | Leonildes Conceição | Katiane Vieira | Francisvaldo Araújo | Leila Cristina Moura | Célia Regina Lima | Rodrigo Luiz Pereira | Andresa Lamarão Neves | Francimeri Lira.

Em memória

Dos **Bispos** Francisco Paulo Mc-Hugh | Jorge Marskell | Carillo Gritti.

Dos **Padres** Joaquim Pereira | Alcides Peixoto | Francisco Pinto | Douglas Mackinnon | Miguel Gutiérrez.

Das **Irmãs Religiosas** Maria Rita de Cássia Dias | Flora Montenegro | Tomásia Geneau | Edna Fernandes.

Dos **Músicos** Jesuíno Fonseca | Roldão Alves | Luís Gama | Doca Rattes | Zé do Icó | Luís Pinga | Raimundo Diniz | Oscar da Flauta | Miguel Arcanjo Menezes | Luís Barreto | Agenor Alves | Edson Bocage | Valeriano Quitó | Satú | Eliezer Farias | Sabá Tucunaré | Hugo Alves | Elpídio | Chico Bossa | Mário Gama | Pedro Freitas.

Do(a)s **Paroquiano(a)s** Darlinda Esteves Ribeiro | Maria Aliete Ramos | Ilza Ehm Barros de Mendonça | Célia Perales Auzier | José Barros | Pautila Menezes | Marina Penalber | Anazildes de Paiva | Miguel Jackson Pinho | Olga Figueiredo | Maria Ivone Leite | Margarida Barros | Paulino Nazaré | Constança Peixoto | Palmira Oliveira | Carminda de Souza | Antônio Mendes | Lucinda Santos | Maria José Rodrigues | Neuza Oliveira | Cristóvão Freitas Martins | Genice Carlos Pereira | Francisco Nazaré | Gracilene Guedes | Arinos Florêncio Assis | Eny Serudo Lira | José Marques de Souza | Vilma Serudo | Antônio Peixoto Oliveira | Jucilene Araújo | Jaime Arruda | Marlene Rodrigues.

O mito da Deusa dos índios Iruri

“São repartidos os Iruri em cinco aldeias, cada qual delas com o seu Principal. Dizem que procede de uma mulher que veio grávida do Céu e na selva pariu cinco filhos, dos quais o primeiro se chama Iruri, o segundo Unicoré, o terceiro Aripuanã, o quarto Torori, o quinto finalmente Paranaixâna, e que esta mulher, estando um dia comendo peixe moqueado, e vendo-se apanhada por seus filhos com essa iguaria, se envergonhara e se retirara para o Céu, de onde tinha vindo, e disso procede que os índios Iruri aborrecem aquele gênero de iguaria assada”.

Texto do Padre João Felipe Bettendorff (1625-1698), jesuíta e historiador alemão, in “Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão e Grão-Pará”, escrito em Lisboa em 1696. colhido da página 355 da edição da Revista do IHGB, Tomo LXXII, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1909.

Recomendatório à criação do núcleo originário da cidade de Itacoatiara:

“Ouço dizer aos irmãos que de lá vieram [da Amazônia], que acima dos Tupinambaranas há um rio [o Madeira] mui povoado de gente de língua geral, e também neste se poderia fazer uma boa missão de residência; mas bem vejo que não terá V. R. bastantes soldados [missionários] para tantas conquistas. Os que foram o ano passado eu os considero a todos com suficiente cabedal [para fazê-lo]”.

Trecho da Carta do Padre Antônio Vieira (1608-1697), Conselheiro do rei dom João IV (1604-1656) de Portugal, enviada de Lisboa em 2/02/1680 ao Padre Pedro Luís Gonçalves (1629-1683) Superior da Missão dos Jesuítas na Amazônia, sediada em Belém/PA, em que ele recomenda a criação no rio Madeira do núcleo que deu origem a Itacoatiara. In páginas 416/423 da obra de João Lúcio de Azevedo (1855-1933) “História de Antônio Vieira”, 2º volume, edição da Alameda Casa Editorial, São Paulo, 2008.

A vocação do Santo Rosário

O hábito de rezar o Rosário Padre Antônio Vieira deixou aos missionários. Na missão jesuítica que deu origem à Itacoatiara o Rosário era a oração do dia e da noite. Desde lá (1683), aprendemos a vocação mariana. Desde lá, abraçamos a devoção à Santíssima Virgem. Desde lá até aqui (2022), creditamos a superação dos nossos problemas à devoção dos itacoatiarenses à sua Santa Padroeira e Intercessora nossa.

Sumário

Prefácio	13
Explicação Prévia	17
As Pedras do Rosário	21
Memorial Indígena	33
Mundo Moderno	49
Jesuítas na Amazônia	59
Catequese & Pajelança	73
O Santo Rosário	85
Nascimento de Itacoatiara	95
Transladações	107
Período Pombalino	113
A Travessia. Vila de Serpa	127
Paróquia do Santo Rosário	135
Predomínio da Vila de Serpa	145
Decadência & Recomeço	155
Restauro da Vila	171
Enfim, Cidade de Itacoatiara!	187
ADENDO	199
Referências	209
Resumo Biobibliográfico	226

Prefácio

O historiador Francisco Gomes da Silva nos brinda com esse primor de livro - **As Pedras do Rosário**. Depois de quase duas dezenas de livros publicados, o Autor se apresenta com uma “inspiração teologal”. Elson Farias, ilustre renomado poeta de Itacoatiara, em seu livro *As náíades e a mãe-d’água*, nos lembra que Max Carphentier “trabalha uma poesia de inspiração teologal”.

Essa “inspiração teologal” de que fala Elson Farias é, em nosso sentir, a mesma inspiração divinal que inspirou Francisco Gomes ao escrever **As Pedras do Rosário**. Inspiração teologal sublime e voltada para a exaltação de Maria, a Mãe de Deus e nossa Mãe.

Maria que já se manifestou de diversas maneiras para consolar, acalmar e acalentar a humanidade. E sempre nos aconselha a rezar o terço. Se apresentou aos pastores meninos de Fátima, a Bernadete em Lourdes, em forma de adoração à sua imagem em Aparecida e em Belém do Pará.

No México, se transformou numa nativa grávida ao aparecer em Guadalupe, ao jovem mexicano Diego. E no livro de Francisco Gomes, logo no início, temos a breve narrativa da Deusa dos índios *Iruri*. Como

a Virgem de Guadalupe a Deusa Índia também veio grávida do céu. Guadalupe se tornou padroeira de toda a América Latina. A mãe dos *Iruri* com certeza é a mesma nossa Mãe. Mãe do Criador. Mãe de Deus. Ela se transforma, se transmuta para melhor se fazer entender, para auxiliar os homens em seus desejos e angústias.

O Rosário, a reza do terço, é a maneira mais prática, mais eficaz de se conectar com nossa Mãe. E com o Divino Pai Eterno. Como bem nos diz Francisco Gomes:

“Simbolicamente, o Rosário é a rede que pesca almas para Deus, com a intercessão da Virgem Maria”.

Francisco Gomes nos informa que a vocação de rezar o Rosário veio para Itacoatiara e região pelos jesuítas, ainda no século XVII.

A riqueza da obra de Francisco Gomes extrapola o aspecto teologal de que falamos e adentra no aspecto histórico e considerações do mundo profano. E nos lembra quão marcante e às vezes altamente dramáticas que foram as conquistas dos europeus:

“Durante os séculos XV e XVI, os europeus lançaram-se nos três oceanos com os objetivos de descobrir uma nova rota marítima para as Índias e encontrar novas terras. A expansão no exterior levou ao surgimento dos impérios de Portugal e Espanha, que lideraram as grandes descobertas estendendo seus domínios à África, à Ásia e às Américas”.

Como bem ensina Francisco Gomes, na conquista das Américas, a Igreja esteve presente inclusive endossando interesses comuns aos dos governos colonizadores. Obviamente, este expansionismo europeu teve por base a teologia cristã.

E aí vem, em minha opinião, o ápice da obra, que é a importância do Santo Rosário para consolidação do Cristianismo na Amazônia e em Itacoatiara. E assim nos fala:

“O Santo Rosário sempre se revelou forte no mundo inteiro, é tradicional na Amazônia e sobressai muito no Município de Itacoatiara. É uma oração mariana muito recomendada pela Igreja Católica ao longo dos séculos”.

O Autor nos informa que a devoção do povo itacoatiarense a Nossa Senhora do Rosário vem de 1683, ano em que foi fundado no rio Madeira o núcleo originário desta cidade. Gomes, acertadamente afirma que:

“Além do Culto a Jesus, o Catolicismo incentiva o Culto à Virgem Maria e aos santos. A Igreja sempre venerou Maria como sua Mãe, e há uma razão lógica: ela é a Mãe de Jesus, Cabeça da Igreja”.

A obra de Francisco Gomes da Silva é riquíssima em informações históricas. Mas sempre há lugar para o Divino por intermédio da adoração da Santa Mãe de Deus e seus milagres. É assim ao relatar episódio ocorrido em 1791. A pequenina igreja foi devorada por um misterioso incêndio – sendo a imagem da Padroeira milagrosamente salva.

Durante toda a leitura do livro, o leitor vai tomar conhecimento dos mais importantes fatos históricos ocorridos primeiro na Província do Grão Pará e Maranhão. Posteriormente no Grão Pará e Alto Rio Negro. Além de importantes considerações sobre o período Pombalino. Entretanto, Francisco Gomes, de maneira magistral, consegue sempre lembrar ao leitor a figura divinal de Maria, Mãe de Deus.

Por fim, tanto o Autor como os leitores, percebemos que Nossa Senhora vela por todos e cada um de nós, como Mãe e com uma grande ternura, misericórdia e amor, e sempre nos incentiva a sentir seu olhar amável. Quem nos garante isso é o nosso atual Pontífice, Papa Francisco.

Parabéns ao historiador Francisco Gomes da Silva por sua obra que nos enriquece tanto no aspecto teologal, na figura de Nossa Senhora do Rosário, como no aspecto histórico com toda a gama de informações sobre a Amazônia.

Manaus, maio de 2022.

Pedro Lucas Lindoso

Bacharel em Direito, escritor e membro do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e da Academia de Ciências e Letras Jurídicas do Amazonas.

Explicação Prévia

A IDEIA DESTA TRABALHO é apenas uma especulação sobre fatos da História de Itacoatiara reportando intercorrências do sagrado e do profano. Uma deferência aos adeptos da vida contemplativa e especialmente aos fiéis católicos que cultivam a fé em Nossa Senhora do Rosário, Padroeira deste Município. Não se trata aqui de promover o fanatismo da Igreja. Convenhamos: entre o sagrado e o profano prevalece uma visão dualística, ou seja, de oposição, mas o sagrado e o profano não podem ser separados.

O sagrado é uma estrutura essencial da religiosidade. Sem espaços sagrados, tempos festivos e gestos simbólicos faltaria ao ser humano os sinais de que Deus está na vida, que esta vida vai além das suas perdas e que um mundo novo está sempre em gestação.

Desde quando os primeiros missionários convenceram os índios a abandonar a crença em suas divindades, fazendo-os optar pelo Deus dos colonizadores, o teológico e o civil passaram a conviver civilizadamente. Isso nos autoriza a afirmar que os acontecimentos vitais de Itacoatiara e da Igreja do Rosário interagem fortemente. Contemporâneas, nascidas no mesmo espaço geográfico, sob influência do governo colonial português, tanto a instituição política quanto a canônica são beneficiárias da mesma herança histórica e cultural.

Realmente, Itacoatiara é uma aglomeração humana criada no século XVII em função do domínio colonial português sobre a Amazônia. A aldeia itinerante de então sobressaía em um extenso território dominado por gentes de várias etnias e diversificados costumes. Ao redor, imensos rios e florestas guardavam uma rica biodiversidade. Ao egoísmo e à ganância dos exploradores europeus, centrados na captura de índios e na coleta de especiarias, contrapôs-se a ação evangelizadora dos jesuítas. Cristianizados os indígenas, a Comunidade desde lá se constituiria num eficiente polo de difusão do Catolicismo.

O aspecto frisante é que o sítio urbano transbordou dos limites iniciais em que se havia fixado. Inicialmente uma missão jesuítica instalada em 1683 no Maturá, um afluente da margem direita do Médio rio Madeira, dessa colina entre os rios Atininga e Maripáua foi ocupar sucessivos lugares em Canumã (1691), Abacaxis (1696) e Baixo Madeira (1757), ultrapassou-os, anexou outras etnias e, concentrando populações, em 1758 transmudou-se para a margem esquerda do rio Amazonas.

Em seu novo e definitivo assento, o povoado em 1º de janeiro de 1759 ganhou foros institucionais, passando a ser Vila de Nossa Senhora do Rosário de Serpa. Simultaneamente, nessa mesma data, foi instalada a Paróquia vinculada ao Bispado do Pará. Em 25 de abril de 1874 foi elevada à categoria de Cidade. Então, o topônimo português “Serpa” dado à Vila caiu e foi mantido o de origem tupi “Itacoatiara”, aludindo ao Sítio Arqueológico *Itaquatiara* plantado entre as enseadas do Stone e Jauari.

Assim como na vida real certos fatos se assemelham, comumente há a simultaneidade de dois ou mais deles, também na História coincidências se revelam, acontecimentos se repetem. Isso nos leva a entender o porquê da “atração”, histórica e cultural, entre os entes político e canônico municipais que vem de antigamente. Ainda nos tempos atuais, guardadas as independências jurídica e moral da Igreja Católica, pelo menos em nível local ambos têm procurado atuar

colaborativamente. Lembrando que Estado e Igreja são sociedades diferentes, bastam-se a si mesmas.

Ressaltamos aqui duas memoráveis coincidências: a criação do núcleo originário em 8 de setembro de 1683 e a elevação da Vila à categoria de Cidade em 1º de janeiro de 1759. Datas fundamentais na vida cristã e civilizada de Itacoatiara, o 8 de setembro reporta à Natividade de Nossa Senhora; e o dia 1º de janeiro lembra a Maternidade Divina de Maria que é Mãe de Jesus e Mãe da Igreja.

Portanto, o culto à nossa Santa Padroeira não começou com a rotulação mariana dada à Vila de Serpa em 1759. As leituras espirituais pautadas na recitação do Santo Rosário são um hábito antigo: esse cântico de amor à espiritualidade em setembro deste ano completará 339 anos. Com o correr dos tempos e à medida da evolução do sítio urbano, o povo católico de Itacoatiara sente-se mais e mais comprometido com a fé cristã.

Este **As Pedras do Rosário** objetiva resgatar episódios da Cidade e da Igreja de Itacoatiara desde a incursão dos jesuítas no Médio rio Madeira, na penúltima década do século XVII. Tenta elucidar a trajetória de missionários e missionárias, de leigos e leigas, iniciada na antiga Paróquia de Serpa espalhando-se até à atual Prelazia. Registros de aspectos históricos presentes nos arquivos da memória de nossas famílias. Narrativas de ordem civil, eclesiástica, educativa e cultural. Descrição sobre imagens de santos, especialmente as de Nossa Senhora, e sobre a construção de igrejas desde a primitiva de madeira e palha, passando pelas matrizes colonial e republicana até à gigantesca e bela Catedral de atualmente.

Todavia, a obra desdobrar-se-á em dois volumes. Este primeiro tomo refere-se ao período 1683-1874, ou seja, da formação do núcleo originário civil e paroquial à instalação da cidade, incluso o *status quo* religioso então imperante. O segundo – que espero lançá-lo em dezembro deste ano – discorrerá sobre o período 1874-2022: final do período anterior aos tempos atuais.

Este é o 18º livro de minha autoria. Mais um contraponto ao Apagamento da Memória sobretudo nestes pagos amazonenses. Escrevi-o com os mesmos entusiasmo e emoção com que cuidei dos anteriores. Penso haver cumprido mais uma etapa do compromisso que me impus, desde sessenta anos atrás, de ampliar a bibliografia da minha terra natal ajudando-a a subir até o patamar da História e da Cultura amazonenses.

31º dia do Mês Mariano de 2022

Francisco Gomes da Silva

As Pedras do Rosário

O TÍTULO DESTA OBRA é emblemático, tem um sentido metafórico. É a expressão fácil e reduzida de A Cidade das Pedras e do Rosário. Sim, porque, além de “Cidade da Pedra Pintada”, “Velha Serpa” e “Cidade Canção”, Itacoatiara também possui o epíteto de “Cidade do Rosário”. Este livro, de per si, fala de Pedras e Contas, rememora fatos históricos e culturais que vêm dos tempos coloniais. Traz coisas evidentes ligando o laico ao eclesiástico. É a crônica da Cidade e da Igreja.

Pedras e Contas têm um significado místico. Pedras: elementos naturais construídos pelas mãos invisíveis de Deus. Contas: elementos sintéticos feitos por hábeis mãos humanas. Motivos para celebração, ambos nos levam a contar e a cantar a vida civil e religiosa de Itacoatiara. Pedras de vários feitios e tamanhos, brutas, juntas ou dispersas, que enfeitam a orla de terra à beira-rio. Contas pequenas, delicadas, unidas, vazadas por orifício formando rosários ou terços. Pedras que acenam boas-vindas e adeuses aos viajantes que chegam ou que partem. Contas que orientam os fiéis católicos itacoatiarenses nas orações do dia a dia. Pedras e Contas iluminadas que unem o sagrado e o profano, que trazem belas recordações vinculadas à memória coletiva.

Toda a Natureza é suscetível de revelar-se como sacralidade cósmica. Igualmente aos seres vivos, Pedras e Contas “se manifestam”

comungando nos mesmos ideais, tendem um para o outro. Unem o visível e o espiritual. Instrumentalizam falas e discursos. Colam “seus lábios” em silêncio completando a união perfeita de “suas almas”. Pautam as maneiras do povo e fortalecem seus sentimentos de fé e esperança. São polos que interagem na mesma direção, tintas que escrevem a crônica da Comunidade, que lembram a trajetória da Igreja.

Pedras que escoram. Que escoram a Cidade e a defendem das ondas insufladas por banzeiros. Muitas, repletas de desenhos rupestres, há milênios estão presas no fundo do rio e somente na vazante oferecem boa visibilidade. Formam o atual decadente Sítio Arqueológico *Itaquatiara* (1). Apesar de descaracterizado, ainda é um lugar-símbolo da arte rupestre amazonense. Durante o verão, ali se podem ver Pedras com desenhos e pinturas reproduzindo figuras humanas e de animais, herdados do período pré-colombiano.

Contas delicadas. Delicadas e inumeráveis. Ilustram os rosários manuseados pelos fiéis da Santa Padroeira. Traduzem beleza e emoção. Correspondendo cada uma um pai-nosso, uma ave-maria, elas animam a vida do povo e acalentam espíritos. Muitas em cores neutras, pouco vistosas; outras, multicoloridas e, neste caso, tiram delas o maior efeito estético. São pequenas peças de vidro, plástico, madeira, e materiais outros, com um orifício no centro para serem enfiadas em linha, cordão fino ou coisa semelhante formando colares com um crucifixo na ponta destinados a facilitar a recitação seriada de orações. Tais rosários sustentam o balbucio das orações cristãs e neles avultam o simbolismo e a tradição.

Em tempos idos, esses instrumentos de reza não eram lapidados nem polidos. Quando, no século XVI, foi dado início à catequese dos índios, entre seus deveres estavam os de conhecer o Santo Evangelho, aprender a ler, contar e escrever, assistir à missa, rezar e receber os sacramentos. Os missionários os orientavam a seguir romarias piedosas. “Missa e

pregação aos domingos, confissões, ladainhas, e o Terço do Rosário todas as noites rezado em comum: tudo em grande silêncio” (2).

Primeira Missa sobre a Pedra. A Primeira Missa no Sítio das Pedras do Juarí, quando Itacoatiara nem Vila era, ocorreu no dia 30 de dezembro de 1754. O governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1769), em missão oficial do governo português, e sua comitiva, aportaram no local à tardinha do dia anterior. Antes de retomarem a viagem a caminho do rio Negro, no amanhecer seguinte, foi rezada missa. Uma das pedras da parte mais alta do Juarí, transformada em altar forrado de branco, ‘testemunhou’ o pioneiro solene momento religioso. Atualmente exposta na Praça da Catedral, nela há o registro da passagem de Mendonça Furtado pelo lugar e, por isso a Pedra milenar ganhou feições de monumento histórico e símbolo maior deste Município.

Nos séculos XVII e XVIII, enquanto os jesuítas faziam bom uso de seus terços bizantinos importados da Europa, nossos primeiros habitantes à maneira dos antigos eremitas cristãos, usavam partículas de pedras e paus para cantar suas orações. Depois, usando do ofício de artesãos, passaram a fazer os seus próprios rosários de pedrinhas, ossinhos, grãos e caroços de frutos unidos por um barbante, imitando antigos braceletes e miçangas que tilintavam em seus peitos e braços. Diferentes dos modernos de hoje, leves e multicoloridos, os rosários fabricados pelos hábeis índios amazônicos, quando não constituídos de contas feitas de simples cordas com os nós, eram montados com materiais colhidos na floresta ou à beira-rio.

Pedras-testemunho. As pedras testemunham. Jesus disse que, se não se fala a Verdade, as pedras clamam; e afirmou que clamariam até para pregar o Evangelho, caso os mensageiros se calassem ou falsificassem a Verdade. As Pedras litorâneas de Itacoatiara são testemunhas silenciosas de muitos eventos históricos, mesmo antes da

Cidade feita; que em épocas passadas e em grande quantidade enfeitavam o nosso litoral. Elas representam mirantes ribeirinhos ou janelas sobre o chão calado; carregam sobre si os olhos do tempo.

No século XIX até o início do seguinte, as Pedras da orla integravam um ambiente natural ainda não poluído, e elas eram lavadas de águas puríssimas. A pequena povoação era rodeada por uma mata luxuriante habitada por uma enorme variedade de bichos. No porto improvisado da Vila e depois Cidade, era comum a atracação de navios de médio e grande calados, nacionais e estrangeiros, ocupados no embarque de produtos naturais que eram colhidos e depois exportados para o exterior. A visão extraída dali era a de uma povoação com traços europeus: casas da frente de taipa bem construídas e bem pintadas, a praça central repleta de flores e a maioria das ruas bem cuidadas.

Na terceira década do século XX, o imenso tapete fluvial guardado pelo paredão de Pedras que vai da Colônia ao Jauari, deu lugar à Batalha Naval (3), ocasião em que a população aflita apelou à Santa Padroeira e suas orações espalharam luz divina. De lá para cá, no mesmo tablado de águas barrentas, sobre o qual em tempos distantes navegaram os exploradores europeus Francisco de Orellana (1511-1546) e Pedro Teixeira (1587-1641), vê-se um constante chegar de embarcações de todos os tipos e tamanhos, procedentes de todos os quadrantes trazendo retirantes (expondo as feridas do êxodo rural) e passageiros ilustres e/ou anônimos (a passeio, a trabalho ou movidos pela curiosidade), além de autoridades, políticos, desportistas, técnicos e cientistas nacionais e estrangeiros. Ontem, junto ou ao largo desse margeado repleto de Pedras, era comum (hoje nem tanto) repetir-se o vai-e-vem de milhares de pessoas integrando procissões religiosas e caravanas políticas, cívicas, esportivas e culturais.

No século XX, construções simples e outras mais ou menos suntuosas em alvenaria, levantadas ao longo dessa faixa litorânea já modificavam a paisagem urbana vista do rio. Dali em diante as agressões

ambientais aumentariam até a derrocada dos tempos presentes. Alguns trechos da orla, que até um tempo atrás atraíam a curiosidade popular, como o Porto do Mestre Eron e o Barro Alto, na Colônia; a Taberna do Melício, o Ponto do Sol e a Praia do Pecado, no Centro; e o Mercadinho e a Casa Marreta, no Jauarí, foram encobertos pela fumaça do tempo. No verão, os “Jardins de Pedras” entremeados de areia que circundavam esses locais, constituam pontos turísticos, áreas de badalação, e hoje não mais. Pedras gigantescas em grande quantidade foram dali arrancadas, quebradas e levadas para alavancar construções.

Deterioração ambiental. Até aqui, o mais dramático foi o aterramento da faixa litorânea que desce do Porto Central, na lateral da Avenida 15 de Novembro e segue até à foz da Avenida 7 de Setembro rente à ladeira que leva ao Jauarí. Uma obra de péssimo gosto, iniciada há mais de 15 anos e ainda não totalmente urbanizada. Além de esconder o imenso pedral, sepultou dezenas de Olhos d’água, fontes naturais perenes que rebentavam do solo e “nunca paravam de minar” – para lembrar a expressão do poeta Thiago de Mello (1926-2022) (4). Um crime ambiental que privou a população local e nossos visitantes de continuarem a desfrutar a magnífica vista panorâmica de antes destacando as curvas da orla com seus quiosques rústicos e aconchegantes (5).

O aterro suplantou um ambiente de beleza pura e grande contemplação. A despeito disso, interessantes fatos de um passado recente que ali aconteceram jamais serão esquecidos. Nas vazantes de 1950-1960, enquanto os meninos da minha geração eram flagrados em cima do pedral, ora empinando papagaios, ora pulando de pedra em pedra ou das pedras n’água, indiferentes aos bichos que os rodeavam, ao largo, grupos de estivadores retiravam pesados volumes de grandes vapores, nacionais e internacionais, amarrados a boias flutuantes e depois os recarregavam de produtos extrativos destinados à exportação. Em terra, carregadores e carreiros subiam e desciam a rampa da Quintino Bocaiuva conduzindo sobre os ombros ou em

carroças movidas a cavalo caixas e ensacados de mercadorias recém desembarcados e, rente à faixa litorânea enfeitada de pequenas e médias embarcações, catraieiros cumpriam a rotina de conduzir passageiros de e para bordo dos navios da empresa SNAAPP e dos hidroaviões da Panair do Brasil.

Pedras-tema para literatura e música. As Pedras colocadas pela Mãe Natureza no litoral itacoatiarense constituíam tema para produzir ensaios, poesias e composições musicais. Imobilizadas no chão úmido, expostas ao sol e à chuva e lavadas pelas águas banzeiras, embelezavam o horizonte fluvial. Elas esconderam muitas histórias de pessoas ribeirinhas, que dali retiravam o sustento de seus familiares. Homens, mulheres e crianças, debruçados sobre Pedras, quando da chegada ou partida de seus entes queridos, davam vivas, batiam palmas, riam e choravam. Do alto delas, na saudação fluvial às procissões e às caravanas que iam e viam, pipocavam foguetes, levantavam-se cartazes, faixas e bandeiras.

Como escreveu Irmã Marília Menezes (1933) (6), as Pedras de Itacoatiara deixaram marcas. “Marcas que geram outras marcas / Não no rio que desce aos mares / Mas nas pedras destas almas / Pedras vivas, angulares / Os seus traços comunicam / São símbolos para se ler / Falam por si / Têm linguagem / Para a História compreender”. Ou, como bem dissertou o grande poeta Elson Farias (1936) (7), as pedras da orla são identificadoras de Itacoatiara: “Terra da Pedra Pintada / Terra Pátria Iluminada!”.

Há muito tempo, em certos trechos da orla Pedras substituíam jiraus e eram utilizadas para secar couros de caça e mantas de peixe. Serviam na amolação de facas para tratar do peixe fresco e na de terçados para roçar capinzais e matos baixos. Auxiliavam na atracação de canoas e na colocação de pranchas em motores de linha e de recreio propiciando o melhor e mais cômodo embarque ou desembarque de mercadorias e pessoas. Acomodavam os amantes do sol, atletas ou não,

de manhã e à tarde, durante o verão, para exibir seus corpos sarados. As Pedras da orla propiciavam aos retratistas o melhor cenário e aos retratados a melhor pose para fotografias.

Pedras que sobram. As Pedras remanescentes da orla ainda têm grande utilidade nos trabalhos de pescaria. Comumente jovens e gente madura aproveitam para pescar, sobretudo na orla do Jauarí. Na piracema muitos arriscam atirando linhas compridas de cima das Pedras, ou lanceando da proa de suas canoas. Do que resultar de um cansativo dia de trabalho, sob um inclemente sol, a maioria retira dali o necessário ao sustento de suas famílias, e as sobras são entregues a atravessadores para comercialização nas feiras do bairro.

A riqueza ictiológica é um dos atrativos do beiradão de Itacoatiara, onde a ecologia ainda resiste ao impacto do aterramento do Lago Jauarí e ao lixaral oriundo dos esgotos públicos, das casas comerciais, das indústrias, oficinas e residências próximas continuamente lançado ao rio. Inobstante, por inspiração de Deus e intercessão da Senhora do Rosário, as Pedras do leito próximo ao beiradão da cidade estimulam a formação de remansos facilitando a circulação, por ali, de cardumes de jaraqui, pacu, curimatá, branquinha, aracu, sardinha, matrinxã e outras variedades, donde resulta a euforia do povo.

Quanto maiores e mais limpos os cursos d'água, melhor a distribuição de espécies ao longo do rio Amazonas. Na fartura do Jauari, pic-nics de peixes se sucedem à sombra dos botequins ou defronte às residências do bairro. Depois de colhidos, tratados, preparados fritos, moqueados ou em caldeirada, são levados ao consumo farto, saudável e alegre dos moradores, boêmios, trabalhadores e visitantes. Cenas parecidas acontecem no beiradão da Colônia e em trechos próximos ao Mercado Central. As 'peixadas' do cotidiano são acompanhadas de um bom aperitivo onde homens, mulheres, famílias inteiras se entretêm cantando e dançando ao violão, ao cavaquinho, ao maracá e outros instrumentos.

Contas em forma de colar. Especulando sobre um tema bem amazônico: as Contas em feira formando um colar lembram espinhéis e enfiadas de peixes. Instrumento de pesca formado por extensa corda na qual se prendem, de espaço em espaço, linhas armadas de muitos anzóis, o espinhel está sempre oportunizando fartas pescarias aos que trabalham no ramo. Por outro lado, a enfiada ou ‘cambada’ de peixes traduz-se por uma porção deles pendurados pela boca em fios de embira – finas cordas extraídas de cascas de árvores da floresta próxima. Após retirados do espinhel, ou da tarrafa, fresquinhos e com as guelras ainda pulsando, os peixes são entregues às mães do interior e da periferia da cidade, que os preparam cantarolando na cozinha.

Simbolicamente, o Rosário é a rede que pesca almas para Deus, com a intercessão da Virgem Maria. Se a tarrafa e o espinhel favorecem a colheita de peixes e a enfiada de embira torna mais fácil o transporte deles até à casa dos pobres urbanos e rurais, o Rosário dá suporte às orações marianas entoadas em casa e nas igrejas. Orações que alimentam almas ansiosas, carentes de amor e de paz.

Se rareiam Pedras, multiplicam-se Contas. O contraste é que, enquanto rareiam Pedras na beira do rio, multiplicam-se Contas nos rosários dos fiéis que rezam na Catedral, nas igrejas da periferia e nos lares católicos. A escassez das Pedras fragiliza o patrimônio cultural e desfigura o espaço público da Cidade. Já a multiplicidade de Contas fortalece a crença de que a população está sempre em consonância com a Virgem Maria. É incontestável que a Cidade da Pedra Pintada nasceu sob o pálio da Senhora do Rosário. Desde o começo e na sucessão dos anos, os que rendem votos à Padroeira com ela se emocionam.

A expressão maior dessa crença é a imagem da Virgem do Rosário, copiada do estilo barroco importado da imaginária portuguesa, no final da primeira metade do século XVIII. Destaque para a nova imagem da Santa Padroeira, esculpida entre junho e agosto de 2021 pelo artista Nelson Freire (8), sob encomenda de um fiel anônimo e

extremado adorador de Nossa Senhora que a ofertou à Prelazia. A escultura mede 1,06 metro de altura, quase o dobro da original que tem 0,66 metro. Agora, em maio de 2022, a nova imagem foi elevada ao altar da Catedral, e a primitiva ficará em um lugar especial para ser exibida somente em cerimônias especiais e solenes.

A piedade popular criou o costume de se venerar a Mãe de Jesus de maneira especial nos chamados meses marianos: maio e outubro. O primeiro é dedicado a Maria e o segundo é o mês do Rosário. Em Itacoatiara, a proclamação da festa anual em honra a Santa Padroeira ocorre no dia 7 de outubro. No dia 16 uma romaria sai da Catedral em direção ao Mosteiro da Água Viva, no quilômetro 10 da Rodovia Vital de Mendonça, onde a imagem é depositada.

Festividades. Tais festividades começam oficialmente ao amanhecer do dia 22 de outubro, com a alvorada promovida por músicos locais. À tarde, a imagem volta à Catedral. Nos nove dias seguintes, pela manhã e à tarde, realizam-se atividades esportivas e culturais e à noite ocorre o tradicional novenário. Como o nome sugere, são nove noites de oração e espiritualidade.

As noites de arraial são animadas e acontecem defronte à Catedral ou na quadra Herculano Castro e Costa. Além das atrações culturais, leilão, comidas típicas, exposição de artigos religiosos nas barracas das pastorais, prendas e brincadeiras para crianças integram a programação. Geralmente a última noite tem a apresentação de um espetáculo musical, e as atrações que animam o evento vão desde grupos regionais até atrações nacionais.

A procissão de encerramento da Festa do Rosário, a 1º de novembro, atrai multidões. A imagem da Santa, postada num andor ricamente ornamentado sobre um veículo motorizado tipo berlinda, desfila pelas ruas centrais. Acompanhando-a ou postadas nas calçadas e janelas do trajeto, milhares de pessoas com terços e velas à mão, repetem as orações dirigidas de um alto-falante que vai à frente da

procissão. Entre os hinos cantados, ressalta a Oração de Nossa Senhora: Santa Maria, / Mãe de Deus, / rogai por nós!

Devoção à nossa Santa Padroeira. Esta é uma tradição multi-centenária (9), bonita e cheia de significado, marcada por ritos simples e gestos simbólicos. Transmitidos de geração em geração, há mais de três séculos, tais ritos cada vez mais se fortalecem. Recolhidos em casa, no silêncio e doçura da tarde, ou deitados à hora habitual, os fiéis rezam o Terço entremeando seus pais-nossos e suas ave-marias com a contemplação dos mistérios da vida de Cristo e da Gloriosa Virgem Maria. Oram pelos que deram a alma ao Criador, suplicam ou agradecem os favores divinos. São momentos que ajudam a nossa gente a compreender melhor sua ligação com Deus.

No altar da Catedral, nas promessas do povo, na reza diária do Terço, na ladainha, na procissão, a Imaculada Senhora do Rosário comunica algo sem que a gente precise dizer nada: o pano branco, as velas, as flores, a imagem da Santa. O Catecismo, a celebração do culto divino, sobretudo dos sacramentos são traços de união entre todos. Tudo isso diz do nosso contentamento, da nossa emoção, do coração aberto para o Sagrado e do desejo de oferecer a Deus-Pai o que temos de mais caro e belo na vida.

NOTAS

1 - *Itaquatiara*. Do tupi *i'tá kwatí'ara*, lugar que o padre José Monteiro de Noronha, primeiro vigário-geral (1758-1773) da Capitania de São José do Rio Negro, atualmente Estado do Amazonas, apelidou de “a paragem das Pedras Pintadas”, entre o Igarapé do Jauari (hoje totalmente soterrado) e o Igarapé do Ingàipáua (antigo viveiro de peixes atualmente vitimado pela poluição). O termo, aportuguesado para Itacoatiara, dá nome à nossa cidade. Cf. DANIEL (1976), NORONHA (2006), CANTANHEDE (1958), JOBIM (1948) e SILVA (2013, 2017 e 2018).

- 2 – Uma orientação antiga herdada do padre Antônio Vieira. Cf. AZEVEDO (2008).
- 3 – Batalha Naval. Evento sedicioso de 1932 com raízes no Tenentismo donde resultou o afundamento de dois navios defronte à cidade de Itacoatiara e na morte de cerca de quarenta pessoas. Cf. JOBIM (1948), CANTANHEDE (1958), SILVA (1965, 1997, 1998 e 2010), LOUREIRO (1978, 1989, 1995 e 2007), GUIMARÃES (2002), ARANHA (2014) e MONTEIRO (2018).
- 4 – Amadeu Thiago de Mello. Poeta e ensaísta, natural de Barreirinha/AM. Membro da Academia Amazonense de Letras e um dos fundadores do Clube da Madrugada. Faleceu em 14/01/2022. Obras principais: *Faz escuro, mas eu canto* (1965), *Estatutos do Homem* (1977) e *Silêncio e Palavra* (2001). Cf. SITE da Academia Amazonense de Letras e MELLO (1981).
- 5 – Destaque para o “Quiosque do Riba” (do popular Ribamar Magalhães, já falecido): uma espécie de Canto do Fuxico. Local à beira-rio, de dia e de noite lá havia grande afluência de boêmios, intelectuais e contadores de causos. Ao som da música brega, saboreava-se peixe assado com farinha e, para abrir ou estimular o apetite, os pratos servidos eram acompanhados de um bom aperitivo.
- 6 – Irmã Marília Menezes. Natural de Belém/PA, filha do escritor e poeta paraense Bruno de Menezes (1893-1963). Escritora, poeta e membro da congregação religiosa feminina Adoradoras do Sangue de Cristo (ex-Preciosíssimo Sangue). Durante os anos 1962-1963 e 1997-1998 trabalhou na Prelazia de Itacoatiara. Cf. SITE www.franciscogomesdasilva.com.br e MENEZES (2013).
- 7 – Elson José Bentes Farias. Nasceu na boca do Carão, paraná de Serpa ao lado da ilha do Risco, Município de Itacoatiara. Poeta, ensaísta e escritor de literatura infantojuvenil. Membro da Academia Amazonense de Letras e do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Principais obras: *Barro Verde* (1961), *Estações de Várzea* (1963), *Três Episódios do Rio* (1965), *Do Amor e da Fábula* (1970) e *As Náiades e a Mãe-D’água* (2020). Cf. SITE da Academia Amazonense de Letras e Blog <https://www.franciscogomesdasilva.com.br>.
- 8 – Nelson Freire de Lima. Artista plástico nascido em Manaus, em 1970, e criado em Itacoatiara onde reside até hoje.
- 9 – O Culto Mariano foi introduzido na Amazônia pelo padre jesuíta Antônio Vieira (1608-1697), em 1653, e implantado no território itacoatiarense após a fundação do núcleo originário desta cidade, em 1683. Cf. BERREDO (1989), BETTENDORFF (1990), LEITE (1943), REIS (1942 e 1989) e SILVA (1999, 2013, 2017 e 2018).



Imagem de N. S. do Rosário, Padroeira da Prelazia de Itacoatiara. Escultura portuguesa em madeira policromada, do final da primeira metade do século XVIII. Trazida pelo governador Mendonça Furtado para inaugurar a Vila de Serpa (1759). Desde lá, ilustrou os altares da primitiva Capela de madeira e palha; da velha Matriz colonial; das matrizes do período republicano; até à Catedral de hoje. Foto do padre Acácio Rocha da Silva.

Memorial Indígena

DATA DE MUITOS SÉCULOS a presença de humanos na Amazônia. É muito provável que os primeiros habitantes chegaram ao Continente Americano há mais de 15 mil anos, em três ondas migratórias vindas da Ásia. Atravessaram as Américas do Norte e Central, passaram pelo Istmo do Panamá e se introduziram na América do Sul pelo território da Colômbia. Daí em sua lenta expansão chegaram à Amazônia (1).

Apesar dos variados relatos sobre o assunto, é difícil obter estimativas quanto à população da Amazônia à época da conquista. Os demógrafos John Hemming (1935) (2) e William Denevan (1931) (3) apresentaram estimativas populacionais chegando a diferentes conclusões. O primeiro aventou a possibilidade de que eram 2,4 milhões de habitantes e o segundo sugeriu a população amazônica entre 5 e 6 milhões de pessoas.

Esses números foram desmontados em 2015 por uma equipe de pesquisadores brasileiros e norte-americanos liderados pelo ecólogo suíço Charles Clement (1889-1972), do INPA. Segundo a teoria desses estudiosos, a Amazônia pré-cabralina abrigou cerca de 8 milhões de habitantes (4), o equivalente à população do Brasil inteiro no século XIX.

O primeiro europeu a percorrer o rio Amazonas de ponta a ponta foi o navegador espanhol Francisco de Orellana em 1542. Contrariamente

ao que se propalava até pouco tempo atrás, há evidências de que o aventureiro não exagerara em seus relatos, estava correto em suas observações de que uma civilização complexa estava florescendo ao longo da Amazônia na década de 1540. Essa civilização mais tarde foi devastada pelas guerras promovidas pelos invasores e a propagação de doenças provenientes do Velho Mundo, como a Varíola (5).

O frei dominicano espanhol Gaspar de Carvajal (1504-1584), escrivão da expedição, relata que a região era densamente povoada, com registro de aldeias com mais de 20 quilômetros de extensão; afirma que os índios, diante dos invasores, ora se apresentavam amistosos, ora em atitudes de grande ferocidade; relata enfim que, a regularidade das atividades agrícola e extrativa na região voltadas para o autoconsumo, resultava em comida farta na mesa dos nativos. Orellana e os demais caravaneiros ficaram impressionados com a profusão de alimentos: tartarugas, peixe-boi e outros peixes, carne de caça, frutas, biscoitos e beijus de milho e mandioca, macacos assados, galinhas, mandioca, milho, farinhas, etc (6).

Pela descrição de Carvajal, descobre-se que os primeiros habitantes do Médio Amazonas eram idólatras, tinham lá seus mitos. Eles adoravam o Sol que o tinham como Deus. Ao se aproximarem da boca do rio Madeira, os expedicionários avistaram uma grande aldeia de “gente muito belicosa” que os esperavam em pé de guerra, “com suas armas e escudos nas mãos, fazendo grande algazarra”, e tiveram que fugir. Era grande a diversidade de índios no território da atual Itacoatiara. Os indígenas defendiam com valentia o seu espaço, porém, mais fortes em armas e astúcia, os europeus agiam com redobrada violência.

Os fatos comprovam: além de inumeráveis, os nativos eram fartos em alimentos. Abaixo do paraná da Eva, os expedicionários defrontaram-se com uma pequena povoação onde havia “muito peixe secando nos varaus”, peixe e tartaruga em tal abundância que eles

puderam abastecer largamente seus bergantins. Nas cercanias de São José do Amajari, entraram em conflito com os índios, mataram vários deles enforcados e outros fizeram prisioneiros. Nas proximidades da ilha do Cumaru e do paraná do Arauat “levantaram-se mais de cinco mil índios com as suas armas, e começaram a dar gritos e a desafiar [os invasores], a bater com as armas umas nas outras, fazendo um tal ruído que parecia que o rio vinha abaixo” (7).

O imenso caudal amazônico foi chamado de Mar Dulce, por Vicente Yiaez Pinzón (1462-1514), ao passar por seu estuário em 1500, e de rio Orellana, depois dessa expedição inédita, até receber seu nome definitivo (rio das Amazonas), por sugestão do rei Carlos V (1500-1558), após ouvir do próprio Orellana o relato sobre os ataques que a expedição sofreu das mulheres guerreiras de Nhamundá, assemelhadas, na visão de Carvajal, àquelas da mitologia grega (8).

A surpresa causada aos primeiros exploradores do rio Amazonas pela numerosa população que habitava suas margens foi registrada em textos, como o abaixo citado de Cristóbal de Acuña (1597-1670), escrivão da frota de Pedro Teixeira:

“[...] Todo este mundo novo está habitado de bárbaros em distintas províncias e nações; as de que posso dar f, nomeando-as com os seus nomes, e designando-lhes seus distritos [...] passam de 150, todas de línguas diferentes, tão dilatadas e povoadas” (9).

Escrevi há pouco que a história de ocupação da Amazônia começou quando levas de imigrantes asiáticos chegaram ao vale do Amazonas no período pré-colombiano. No momento em que essas populações passaram a desenvolver a agricultura e viver numa mesma área de terra, sociedades índigenas diversas e mais complexas emergiram nessa região. Esses povos mais desenvolvidos viveram na Amazônia cerca de 2 mil anos antes da chegada dos europeus manejando a

floresta de forma adaptada. Dela, os nativos extraíam os recursos necessários para a sua sobrevivência e desenvolvimento.

O contato das sociedades indígenas com os europeus, a partir do século XVI, desencadeou mudanças extremas nos modos de vida dos primeiros amazônidas, principalmente os moradores de área de várzea. Em 1639, Cristóbal de Acuña apresenta-nos o relato do “descoberto” rio Amazonas, onde descreveu, em linhas gerais, as nações indígenas e seus costumes, tudo com uma linguagem eurocêntrica e moralista. Para Acuña, os índios eram inclinados às bebedeiras e faziam vinho de frutas. Explicou sobre o consumo de peixes e tartarugas em grande escala (10).

Por óbvio, este grande contingente populacional não formava um único e uniforme grupo. À época da conquista, a Amazônia era habitada por grupos de troncos linguísticos Tupi, Aruak, Karib e alguns classificados como de línguas isoladas.

No atual Estado do Amazonas eram centenas de nações distribuídas por todas as calhas de rios, estando entre as mais destacadas: **a)** no Solimões – os Omáguas, Jurimáguas, Ibanomas e Assuiars (do grupo Tupi); **b)** no rio Negro – os Manáo, Baré e Tarumã (do grupo Aruak); **c)** no Amatari – os Periquito e Sapopé (grupo Tupi) ao lado dos Aroaqui (grupo Aruak); **d)** no Médio Amazonas, à margem esquerda do Amazonas, entre o rio Preto da Eva e o Uatumã – os Aroaqui, Abuqueno, Pariqui, Uaçai, Jauaperi, Baneuri e Anibá (grupo Aruak); **e)** no Baixo Amazonas, à margem esquerda do grande rio, entre o Nhamundá e o Trombetas – os Aroaqui, Apantos, Conduri, Bubuis, Tabaus, Cariató, Terecumã e Sedeuy (grupo Aruak) (11).

Quanto aos silvícolas do vale do Madeira, nas cercanias de Itacoatiara, lá habitavam mais de vinte nações com destaque para os Abacaxis e Tupinambarana, do grupo Tupi. Em fins do século XVI os Tupinambarana já dominavam a ilha homônima que se estende do Médio Madeira ao Baixo Amazonas. No século seguinte, membros do

grupo Tupi mais conhecidos nesse trecho eram os Abacaxis, Iruri, Torori, Paranapixana, Aripuanã e Onicoré; e do grupo Karib, os Arara. Em meados do século XVIII, no paraná do Urariá e cercanias preponderavam os Sapup, Comani, Curiti, Aitouari, Urupá, Baur, Acaraiuar, Maturucu, Abacaxis (do tronco linguístico Tupi) e os Torá (do grupo Xapacura).

Na segunda metade do século XVIII compunham a população municipal de Itacoatiara: os Abacaxis, Aponari, Bar Curuaxi, Iruri, Juma, Juqui, Onicor, Urupá e Pariqui (mistura de Tupi e Aruak), os Mura (de língua isolada) e os Iriju e Tiari (grupos linguísticos desconhecidos). Os ndios Pariqui haviam descido do rio Uatumã e os Tiari, do rio Purus (12).

Desde a entrada de Orellana, há 480 anos, a ofensiva sobre as terras tradicionais e o número de assassinatos de índios tem aumentado assustadoramente. O gencidio sistemático continua a destroçar vidas e esperanças e os povos nativos vêm sendo drasticamente reduzidos. Estima-se que existam hoje 1,3 milhão de índios em nosso País. De acordo com o censo de 2010, realizado pela Fundação IBGE, vivem no Brasil cerca de 896,9 mil índios, representados por 806 etnias. Em 2013, na Amazônia haviam 448 Terras Indígenas (TIs) que ocupavam cerca de 26% do território da região (13).

Antigamente apelidado de ‘rio sagrado dos Aroaqui’, o Urubu foi totalmente ocupado por índios dessa etnia. Oriundos das fronteiras de Venezuela e Colômbia, eles chegaram à região no período pré-colombiano. Contavam-se aos milhares e, até 1664, nominavam o rio de Bururur. Naquele ano, essa histórica corrente de águas negras foi palco de um conflito armado pelas Tropas de Guerra portuguesa. Entre os militares, Pedro da Costa Favela tinha mais fama de “matador de ndios”. Foi quem dirigiu a equipe militar que tratou de revidar as ações de defesa dos Aroaqui e massacrou 700 deles, levou 400 prisioneiros para Belém e incendiou 300 malocas. O doloroso acontecimento ficou conhecido como a Tragédia do rio Urubu (14).

Enquanto o missionário frei Raimundo das Mercês (15) rezava missa em homenagem aos falecidos, na capela de palha de Sant'Ana de Saracá (atual Silves), os que escaparam da refrega perambulavam como almas penadas à procura de auxílio. Cadáveres assomavam em várias partes da orla e até no meio do rio. Eram tantos corpos insepultos produzindo um cheiro horrível que atraía urubus, aos milhares, vindos de todos os cantos. As aves funéreas esvoaçavam apressadas e pousavam sobre os restos humanos para 'degustar' a carniça repugnante que dali resultara. A notícia correu o mundo e Deus chorou sobre o rio.

O quadro dantesco dali resultante traria problemas de poluição ambiental e atmosférica para o lugarejo amazônico, que levou anos para ser extirpado. A lição que assimilamos do acontecido é a de que, ali, confluíram Mitologia e História. Ficou comprovado que a ave urubu é uma figura emblemática no convívio cotidiano da atual cidade de Silves: um sentimento forte que perdura até hoje e perdurará para sempre. Em novembro deste ano de 2022, a troca do nome Burururú para rio dos Urubus (simplicado para Urubu) fará 358 anos, lembrando que em janeiro deste ano, Silves comemorou seus 362 anos de existência.

O lado triste da história atual é que na pequena e hospitaleira Silves pouco ou nada se fala de índios. Os Aroaqui desapareceram fisicamente e também da memória de seus descendentes. O lado bom é que a larga região fronteira aos municípios de Itacoatiara e Silves ainda é pouco explorada e a biodiversidade acha-se razoavelmente preservada. O rio Urubu e a maioria de seus afluentes estão entre os melhores para a prática de pesca e mergulho, pois seus leitos são limpos e a temperatura da água é morna em qualquer período climático. Lá imperam os 'hotéis de selva' acessíveis ao turismo nacional e estrangeiro, mas, sobretudo os 'banhos' simples e agradáveis disponibilizados às famílias de ambos os municípios.

Em Silves inexistem terras indígenas, um reflexo da Tragédia do Urubu, de 1664. A única reserva dessa categoria fica em Itacoatiara, quase no limite entre os dois municípios. A Terra Indígena Rio Urubu, administrada pela FUNAI/Manaus, com uma área de 27 mil hectares, é habitada por índios Mura que migraram dos rios Madeira e Autazes. Em 2010 registrava 378 habitantes. Tem os mesmos problemas de desassistência social e política, como é comum em todo o Brasil (16).

Segundo o historiador Manoel Anísio Jobim (1877-1971) (17), dos Aroaqui só restaram os cerâmicos do cemitério na Costa de Miracanguera, situado na margem esquerda do Amazonas, defronte à ilha da Benta, pouco acima da cidade de Itacoatiara. A necrópole indígena tinha quase um quilômetro de extensão, antecedeu ao ‘descobrimento’ da América e só deixou de receber enterramentos quando da dispersão dos Aroaqui, no final do século XVII para início do XVIII. No século XIX à metade do seguinte, foi estudado por vários cientistas nacionais e estrangeiros.

Devido aos desmoramentos provocados pela correnteza do rio, Miracanguera praticamente desapareceu. Nas décadas posteriores a 1940 as águas fluviais começaram a escavar o litoral, deixando à mostra um rico tesouro arqueológico que se ocultava sob as rochas ribeirinhas. O rico acervo – louças de barro cozido e igaçabas de várias formas e tamanhos – foi todo revirado pelas águas, e grande parte coletada por curiosos e/ou desviada por estudiosos para museus de Belém, outras capitais do centro-sul e até do exterior (18).

Outra lembrança que impera entre nós sobre os extintos Aroaqui são os desenhos rupestres de faces humanas e animais talhados em rochas do decadente Sítio *Itaquatiara*, na orla do Jauari, e nas pedras dos sítios Careta e Pedra Chata no Baixo rio Urubu – visíveis quando da descida do nível das águas. Tais hieroglifos são parecidos com os que existem em Puraquequara, nas proximidades de Manaus. Gravados em épocas diferentes, provavelmente no período entre 2 e 7 mil anos atrás,

podem simbolizar pessoas vivas, faces de antepassados, espíritos, heróis místicos ou máscaras de rituais. Talvez denunciem uma forma de comunicação entre membros de populações pré-históricas de Itacoatiara, Silves e Manaus (19).

Em seguida ao genocídio do rio Urubu, as rebeliões e ações sanguinárias contra indígenas repetiram-se em vários trechos do rio Madeira, outrora território municipal de Itacoatiara, como descreveremos parcialmente em seguida.

Corria o ano de 1714. Na extensa lista de etnônimos anexa a uma carta enviada pelo jesuíta Bartolomeu Rodrigues (1674-1714) ao padre Jacinto de Carvalho (1677-1744), a um só tempo é relatada a situação demográfica do rio Madeira e feita a primeira menção aos índios Mura (20). Estes, embora acantonados no rio Ji-Paraná, aqui e ali faziam umas incursões pela povoação de Abacaxis, no Baixo Madeira, em cujo entorno viviam 27 tribos de várias denominações. Somadas a outras que habitavam no trecho intermediário Madeira-Tapajós, totalizavam 75 nações.

Uma dessas tribos correspondia aos Torá. Eram tantos os membros dessa etnia que lhes chamavam “O Formigueiro”. Procediam do rio Maici – desde a foz do rio Machado às cabeceiras do Marmelos – e do Baixo Jamari. Revoltados, eles tentaram impedir a invasão de seus domínios. Dilataram suas correrias até o curso do rio Amazonas, onde iam assaltar canoas de regatão e traficar cacau. Severamente reprimidos, em 1716, chegaram quase à extinção. Primeiramente perseguidos pelo capitão-mor João de Barros Guerra (c.1661-1716), com a morte deste sob um pau que caiu sobre a embarcação que o conduzia, em junho daquele ano, as diligências de guerra passaram ao comando do capitão de infantaria Diogo Pinto da Gaia (c.1678-c.1733), auxiliado pelo sargento-mor Francisco Fernandes (21).

Reduzidos, os Torá pediram paz que lhes foi concedida com a condição de se descerem e agregarem à aldeia de Abacaxis, junto com

contingentes de outros grupos linguísticos. Outra parte da tribo foi levada para um aldeamento na foz do Xingu, no Grão-Pará. Simultaneamente, índios da etnia Mundurucu se insurgem com os colonos. Estes, reunidos em flotilha, comandados pelo tirânico Diogo Pinto da Gaia, enfrentam tais nativos e logo os expulsam do rio Madeira (22).

Todavia, nem bem se refizera dos ataques dos Torá e Mundurucu, a população ribeirinha do Madeira passou a ser incomodada pelos Mura. Conhecidos na etnografia portuguesa como os “Corsários do caminho fluvial”, eram experientes remadores e rápidos no manejo do arco e da flexa. Em 1715 iniciaram os combates contra a frente de expansão portuguesa; depredaram aldeias, apropriaram-se de canoas, atacaram e mataram viajantes, além de tomar-lhes os bens (23).

Em 1720 recrudescem os ataques dos Mura. O jesuíta frei João de Sampaio (1680-1743), que se revezava assistindo às missões de Santo Antonio das Cachoeiras e Abacaxis, consegue aproximação com uma maloca dessa tribo. Convencidos a abandonar a luta armada e a vir morar em Abacaxis, pelo que seriam premiados com ferramentas, roupas e alimentos, os Mura começam a se preparar para a mudança. Então apareceu um colono que, dizendo-se emissário de frei João de Sampaio, embarcou vários deles num bergantim e os remeteu para Belém onde foram vendidos como escravos. Ao tomarem conhecimento da trama, os Mura retomaram a luta contra os agentes portugueses redobrando suas correrias pelo interior. Descendo à aldeia de Abacaxis, saquearam casas e roçados, mataram e aprisionaram vários de seus habitantes (24).

Na década de 1740/50, muitos colonos abandonaram suas idas ao rio Madeira para colher cacau por temerem os Mura. Acusados de matar índios remeiros das equipes de catadores da floresta e de dificultar o trabalho dos jesuitas comprometendo o crescimento da atividade missionária, os valentes nativos também sofreram baixas. Estima-se que, em mais de meio século de luta, 30 mil deles foram mortos contra cerca de 10 mil de colonos e membros das tropas invaso-

ras (25). Nas terras de Itacoatiara e Autazes, onde eram majoritários, pouco ficou deles!

A propósito, escrevi em 1997:

“[...] Os Mura, lutando destemidamente em legítima defesa própria, resguardavam suas vidas, sua forma de organização social e econômica, seus mitos, sua cultura. Batalhavam em prol de suas terras, de suas famílias e de seus companheiros. Estereotipados como vilões e decantados como insolentes, preguiçosos e bárbaros, na verdade respaldavam suas correrias em gestos nobres, patrióticos. Além da repressão oficial e das doenças como bexiga, sarampo e varíola, os Mura enfrentaram seus inimigos maiores: os Mundurucu. Tudo isso os deixou bastante vulneráveis” (26).

Todavia, segundo a abalizada opinião da professora da USP Marta Amoroso, “Os índios da etnia Mura só se renderiam em 1784, deixando de existir como a feroz nação para as autoridades portuguesas” (27).

Muito já se escreveu sobre os Mura, e o primeiro autor que os referenciou diretamente foi Henrique João Wilkens em “Muraida ou o Triunfo da Fé”, um poema épico escrito em 1785 e inspirado nos modelos clássicos greco-latinos. Na opinião da professora da UEA Verônica Prudente Costa: “Através dessa obra, podemos vislumbrar uma das faces da empreitada colonial”; na do professor da UEA Francisco Bezerra dos Santos: “O poema aborda o encontro entre o indígena e o colonizador, celebra a catequização e pacificação dos Muras frente ao projeto de colonização”; e na do escritor Márcio Souza: “Investido de poeta, João Wilkens inaugurou nossa tradição literária de maneira significativa, louvou a subjugação da nação Mura pelas tropas portuguesas criando uma poesia de genocídio”. Na verdade, a obra de Henrique João Wilkens trata da vitória dos portugueses sobre os Mura. Reforça o pensamento

etnocêntrico do choque entre a civilização europeia contra a barbárie dos indígenas. Trata-se claramente de uma obra ideológica com o intuito de exaltar a força da fé católica e sua dimensão salvadora (28).

NOTAS

1 – Estatística de 2012 resultante de um estudo sobre genoma humano por um grupo de pesquisadores internacionais, tendo à frente o cientista colombiano Andrés Ruiz-Linares (1961), do University College de Londres. Cf. Revista NuParq, do Núcleo de Pesquisas Arqueológicas da UFRGS de 7/12/2012, in SITE www.blogspot.com/2012/07/america-foi-inicialmente-povoada-por.html. Mais sobre o tema: ROOSEVELT (1996), FONSECA (2011) e SOUZA (2009).

2 – Cf. CYPRIANO (2017) e HEMMING (2007). John Henry Hemming. Nascido em Vancouver/Canadá. Historiador e antropólogo. Formação científica: Magdalen College/Oxford/Inglaterra. Cf. SITE [<http://www.bing.com/search?q=biografia+john>]www.bing.com/search?q=biografia+john+hemming/wiki/wikipedia/

3 – Cf. CYPRIANO (2017), MASSIMO (2002) e SILVA (2017). William Maxfield Denevan nasceu em San Diego/USA. Geógrafo, professor da Universidade de Wisconsin-Madson e membro proeminente da Escola de Geografia histórico-cultural de Berkeley/Califórnia/USA. Cf. SITE www.pt.abcdef.wiki/wiki/WilliamDenevan/wikipedia/

4 – Cf. SITE do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), Revista científica “Proceeding B”, de 22/07/2015, e SILVA (2017).

5 – Varíola: doença infecto-contagiosa exclusiva dos seres humanos, que mais causou morte na história da Humanidade. O vírus surgiu na África em cerca de 10 mil a.C. A doença foi introduzida no Brasil pelos europeus durante a colonização. Sua erradicação ocorreu em 2019. Cf. SITE news.un.org/pt/story/2020/.

6 – Cf. CARVAJAL et al. (1941).

7 – Cf. SILVA (2017) e artigo “Índios em Itacoatiara”, do mesmo Autor, publicado no Blog do Francisco Gomes, Seção de História, 29/12/2013.

8 – Cf. NORONHA (2006), HOORNAERT (2011) e SILVA (1997, 1999, 2013, 2017 e 2018).

9 – Cf. ACUÑA (1994), FRITZ (1912), LEITE (1943), BETTENDORFF (1990), BERREDO (1989), REIS (1989) e LOUREIRO (1978).

10 – Cf. ACUÑA (1994), BETTENDORFF (1990), AMOROSO (1992), LOUREIRO (1978), CYPRIANO (2017), REIS (1989) e MENÉNDEZ (1992).

11 – Cf. SAMPAIO (1856), LEITE (1943), PORRO (1992), SANT-ANA NERY (2018), BITTENCOURT (1985), JOBIM (1948), REIS (1942 e 1989), LOUREIRO (1978), NORONHA (2006), HOORNAERT (2011) e SILVA (1997, 1999, 2013, 2017 e 2018).

12 – Cf. AMOROSO (1992), AMAZONAS (1984), JOBIM (1948) e SILVA (1997, 2013 e 2017).

13 - Cf. AB'SABER (2003), BARROS (2000), SOUZA (2009) e COSTA (2014). A estimativa sobre os índios do Brasil é de autoria da antropóloga Marta do Amaral Azevedo (1955), ex-presidente da FUNAI (2012-2013). Cf. SITE www.unicamp.br e SITES www.ibge.gov.br e www.gov.br/funai.

14 - Cf. BERREDO (1989), AMAZONAS (1984), REIS (1989), BETTENDORFF (1990), LOUREIRO (1978), HOORNAERT (2008), NORONHA (2006), LEITE (1943), JOBIM (1948) e SILVA (1997, 1999, 2013, 2017 E 2018).

15 - Frei Raimundo das Mercês: padre mercedário que assumira em 1663 o pastoreio católico local e que, em 1668, foi substituído pelo frei Teodósio da Veiga (c.1636-1697). Saracá, atual Silves nasceu sob o padroado de Sant'Ana e mais tarde passou ter como sua Padroeira Nossa Senhora da Conceição. Cf. BAENA (1969), LOUREIRO (1978), BERREDO (1989), REIS (1989) e SILVA (1999, 2017 e 2018).

16 – Cf. SITES www.gov.br/funai e www.terrasindigenas.org.br/terras-indigenas/4096.

17 – O alagoano Anísio Jobim veio para Manaus em 1910. Foi juiz de Direito de vários municípios, inclusive Itacoatiara. Senador da República pelo Estado do Amazonas (1951-1955). Membro da Academia Amazonense de Letras e do IGHA. Além de monografias sobre Manacapuru, São Paulo de Olivença, Benjamim Constant e Itacoatiara, é autor das obras O Amazonas e sua história e A intelectualidade no extremo norte. Dá nome à Biblioteca Pública de Itacoatiara. Cf. JOBIM (1948), BITENCOURT (1985), SILVA (1965, 1997 e 2003) e SITE da Academia Amazonense de Letras.

18 –Cf. JOBIM (1948) e SILVA (1997, 2013 e 2017).

19 – Cf. AMAZONAS (1984), COUTINHO (1986), PORRO (1992), NORONHA (2006), JOBIM (1948), TORRES NETO (2014), DA SILVA (2015), BASSI (2016) e SILVA (1997, 2013, e 2017).

20 e 21 - Cf. BERREDO (1989), REIS (1940, 1942 e 1989) AMOROSO (1992), LOUREIRO (1978), LEITE (1943), BETTENDORFF (1990), SAMPAIO (1856), NORONHA (2006) e SILVA 1997 e 1999).

22 e 23 – Cf. Autores citados nas duas notas anteriores.

24 – Cf. SOUZA (2009) e SILVA (1997, 1999, 2013, 2017 e 2018).

25 – Cf. SILVA (1997, 2013, 2017 e 2018).

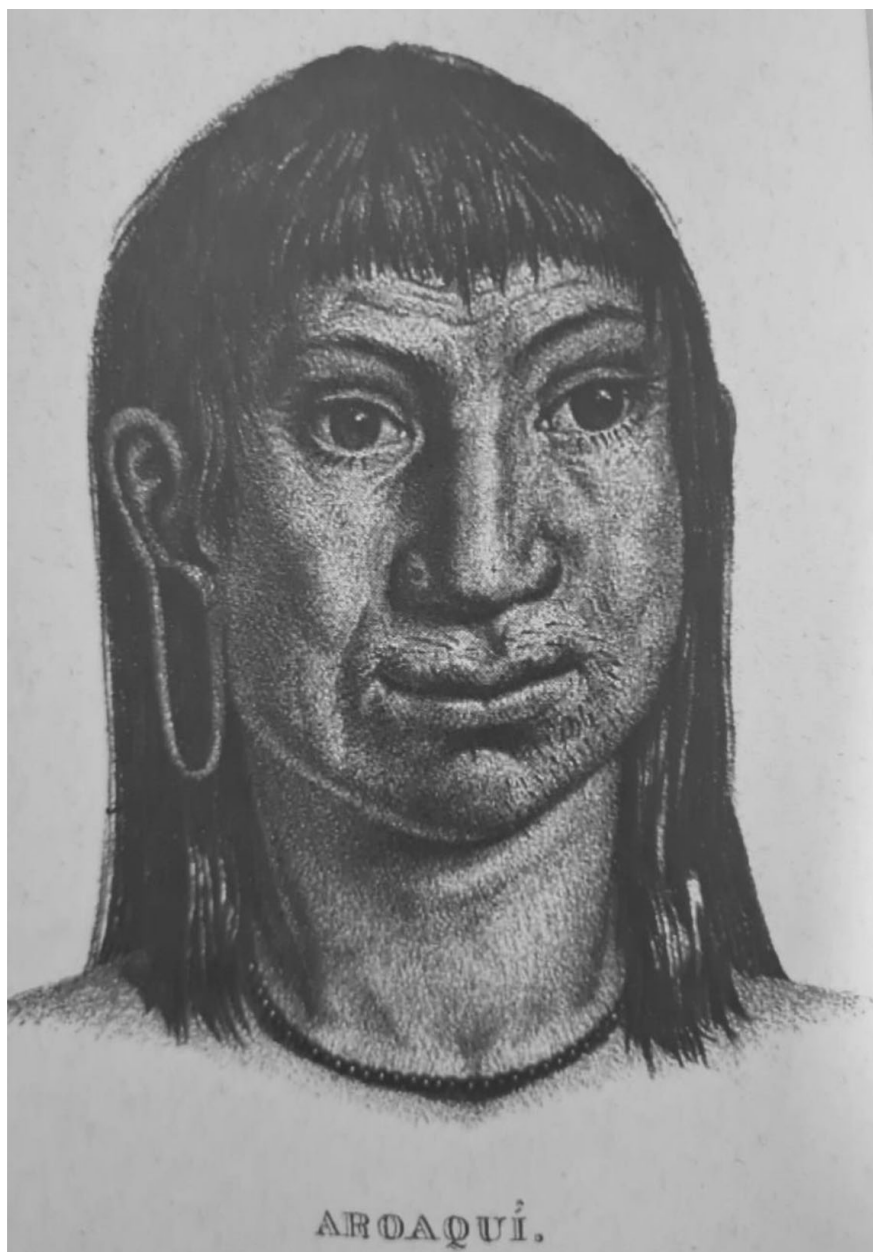
26 – Cf. SILVA (1997).

27 – Cf. AMOROSO (1992).

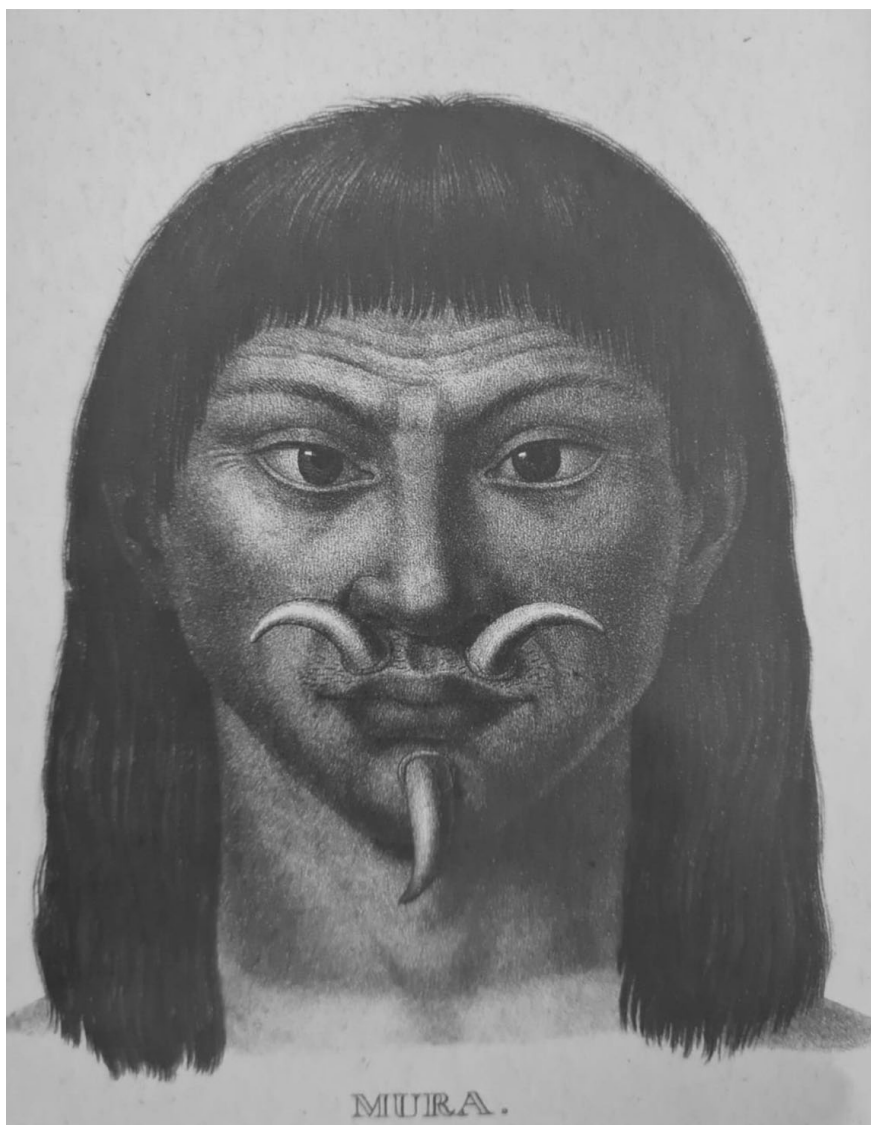
28 – Cf. AMAZONAS (1986) e SITES amazonas.academia.edu/latinitas/pos.uea.edu.br/catedra/



Índio Mamorini, Tuxaua dos Índios *Iruri*. Foto ilustrativa, colhida do Livro *Fundação de Itacoatiara*, do autor, p. 83, segunda edição/2017.



Índio Aroaqui. Fonte: SPIX, Johann Baptist von. **Atlas zur Reise in Brasilien.** Muenchen [Alemanha]: Gedruckt bei M. Lindauer, 1823-1831. [35]f. de estampas, somente il. (litografias), mapas, 46 x 59. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1250074/icon1250074.pdf>.



Índio Mura. Fonte: SPIX, Johann Baptist von. **Atlas zur Reise in Brasilien.** Muenchen [Alemanha]: Gedruckt bei M. Lindauer, 1823-1831. [35]f. de estampas, somente il. (litografias), mapas, 46 x 59. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1250074/icon1250074.pdf>.

Mundo Moderno

OTÍTULO DESTE CAPÍTULO, apesar de indicar algo novo ou atual, não tem um sentido apelativo. Não se trata de filosofar sobre periodização histórica. Apenas discorreremos sobre fatos simples ocorrentes na chamada Idade Moderna que aqui se revelam antecedentes históricos do período compreendido entre os séculos XV e XVIII (1).

Ser moderno, segundo as pessoas esclarecidas da época, era estar em sintonia com os avanços das ciências e das novas mentalidades. Era não mais acreditar apenas na transcendência, ou seja, na divindade, mas também na materialidade e individualidade do ser humano; concebê-lo, enfim, como um ser que possui sonhos, desejos e paixões. Havia um lugar para Deus naquele mundo, mas homens e mulheres agora exigiam também o seu espaço de liberdade, para aprender, crescer e enriquecer, descobrir novas verdades (2).

Até o século XV, o mundo conhecido resumia-se à Europa, parte da Ásia e norte da África. A única instituição universal era a Igreja Católica. Os processos de formação dos Estados Modernos tiveram início ainda no século XIV, em Portugal, e no século XV em países como Espanha, França e Inglaterra. Sucedendo ao Feudalismo (3), o Absolutismo (4) foi a principal forma de governo adotada por esses países

entre os séculos XVI e XVIII, sistema que vigorou até o início da Revolução Francesa (5).

Durante os séculos XV e XVI, os europeus lançaram-se nos três oceanos com os objetivos de descobrir uma nova rota marítima para as Índias e encontrar novas terras. A expansão no exterior levou ao surgimento dos impérios de Portugal e Espanha, que lideraram as grandes descobertas estendendo seus domínios à África, à Ásia e às Américas.

Em 1492, o explorador italiano Cristóvão Colombo (1451-1506) ‘descobriu’ a América, assim denominada pelo cosmógrafo italiano Américo Vespúcio (c.1451-1512) por constatar que as terras americanas constituíam um Continente. Ao desembarcar nas Antilhas (atual Caribe), Colombo acreditava ter atingido as Índias. Desse erro geográfico, os nativos americanos acabaram sendo conhecidos como INDÍOS.

O navegador espanhol Vicente Yñez Pinzón, antecipando em dois meses ao desembarque na costa brasileira do almirante português Pedro Álvares Cabral (1467-1520), foi o primeiro europeu a pisar na Amazônia. Em fevereiro de 1500 Pinzón “descobriu” o estuário do rio Amazonas (6) e, desde então, o mistério e a imensidão da região despertaram a cobiça estrangeira e o desejo de possuí-la (7). Apesar de instantaneamente visitada por navegantes, corsários e piratas de várias nacionalidades, Portugal se antecipou e venceu a concorrência. Pelo Tratado de Tordesilhas (8), a Amazônia era quase toda de Espanha, mas foi envolvida pela audácia dos portugueses para ser dominada politicamente e explorada em termos econômicos.

Entre os principais acontecimentos da Idade Moderna, em especial do século XVI, está o fenômeno da Reforma Protestante. Tal como o Renascimento Cultural, que teve amplo impacto no âmbito das artes e das ciências na Europa, essa reforma promoveu uma grande transformação do pensamento religioso, bem como incitou grandes

reviravoltas políticas. As teses protestantes acabaram por deflagrar uma gigantesca guerra civil, que atravessaria o século.

O ponto inicial do Protestantismo foi a deflagração em 1517 da doutrina Luterana liderada pelo monge alemão Martinho Lutero (1483-1546), seguida pelo movimento Calvinista, de 1533, do teólogo francês João Calvino (1509-1564) e pelo Anglicanismo, fundado em 1534, pelo rei inglês Henrique VIII (1509-1547). A Reforma Protestante desencadeou a criação de correntes cristãs dissidentes que resultaram na criação, no século XVI, das igrejas protestantes históricas: Luterana, Calvinista e Anglicana e, no século XVIII, das Batista e Metodista (9).

Em fins do século XVI, os inimigos dos reformistas protestantes passaram a se referir a seus seguidores como 'luteranos'. Estes, por sua vez, preferiam ser chamados de 'evangélicos', termo atualmente muito usado para se referir aos fiéis protestantes. Nos países anglo-saxões, o termo 'evangélico' é usado para definir quase todas as doutrinas cristãs protestantes. Na Alemanha, berço do luteranismo, seu uso chega a ser mais específico: é costume referir-se aos membros da Igreja Luterana como evangélicos, excluindo-se o resto por protestantes. Já no Brasil, fala-se de evangélicos de uma forma genérica abarcando tanto religiosos pentecostais (10) quanto não pentecostais (11).

Com o surgimento e consequente expansão do movimento protestante, muitas ações passaram a atingir a Igreja Católica. Uma reação a esta expansão, comumente denominada 'Contrarreforma' ou Reforma Católica, foi guiada pelos papas Paulo III (1468-1549), Júlio III (1501-1555), Paulo IV (1476-1559), Pio V (1504-1572), Gregório XIII (1502-1585) e Sisto V (1521-1590, buscando combater a expansão da Reforma Protestante e ao mesmo tempo fortalecer a Igreja. Além da reorganização de várias congregações religiosas existentes, outras foram criadas, dentre as quais a Companhia de Jesus ou Ordem dos Jesuítas, tendo como fundador Santo Inácio de Loyola (1491-1556) (12).

Nesse ínterim, no outro lado do mundo, em 1541-1542, o capitão espanhol Francisco de Orellana atravessou a Amazônia, de oeste a leste, através do rio Amazonas. Entretanto, coube ao sertanista português Pedro Teixeira realizar, em 1637-1639, a primeira viagem exploratória do rio Amazonas e a missão de oficialmente tomar posse da região em nome da Coroa lusitana (13).

As histórias do Brasil e do Continente Africano foram conectadas a partir do século XVI. O início do processo de colonização do Brasil aumentou a presença de portugueses na África e impulsionou o tráfico negreiro (14).

Ainda no século XVI era voz corrente que “índios e negros não tinham alma”. Para os poderosos, eles eram homens sem ordem e sem fé, gente ignorante e decadente: podiam ser escravizados impunemente. Durante muito tempo poucos europeus questionaram o direito de, numa guerra considerada justa entre cristãos e não cristãos, os cristãos escravizarem os inimigos capturados – uma prática que se baseava no antigo direito romano.

Em nome de Cristo muitos religiosos cometeram barbaridades. A tradição cristã não só aceitava a escravidão como a justificava. Para o Cristianismo, a escravidão do corpo não era obstáculo para a libertação da alma subjugada pelo pecado. Essa questão seria modificada só após a promulgação da Bula *Sublimis Dei*, em 1537, pelo Papa Paulo III (15) – providência esta que integrara o pacote de Reformas Católicas contrapondo-se à Campanha Protestante liderada pelo teólogo alemão Martinho Lutero.

Do ponto de vista lógico, uma afirmação tão categórica (‘índios e negros não possuíam alma’) nem precisava ter sido feita, já que a praxe dos missionários católicos era tentar batizar tanto indígenas quanto africanos. Leiamos o que diz o referido documento papal:

"[...] O inimigo da raça humana, que se opõe a todas as boas ações para levar os homens à destruição [...] inventou um modo nunca visto antes de evitar a pregação da palavra de Deus para a salvação dos povos: ele inspirou seus servos, os quais, para agradá-lo, não hesitaram em propagar a ideia de que os índios do Ocidente e do Sul, e outros povos sobre os quais tomamos conhecimento recentemente, deveriam ser tratados como brutos incapazes de razão, criados para nosso serviço, supostamente incapazes de receber a fé católica. [...] Consideramos, no entanto, que os índios são verdadeiramente homens e que não apenas são capazes de entender a fé católica como desejam muitíssimo recebê-la. Definimos e declaramos [...] que os ditos índios e todas as demais pessoas que possam ser descobertas mais tarde por cristãos não devem de modo algum ser destituídas de sua liberdade ou da posse de sua propriedade, nem devem eles de maneira alguma ser escravizados; e, se acontecer o contrário, que a ação seja anulada e não tenha efeito" (16).

O decreto do Papa Paulo III reconhecia que os ameríndios possuíam alma, eram seres humanos. Em 1540 Paulo III baixou outra Bula – a *Regimini Militantis Ecclesiae* (17) –, desta feita para aprovar a constituição da Companhia de Jesus (18), ordem religiosa criada em 1534 por Inácio de Loyola com o objetivo missionarista de espalhar a fé cristã, cujos membros passaram a ser conhecidos como jesuítas.

Na conquista das terras americanas, a Igreja esteve presente conjugando interesses comuns aos dos governos colonizadores. Várias colônias foram estabelecidas nos futuros países de idioma espanhol e português (Brasil), além de Haiti e Guianas. O expansionismo europeu teve por base a teologia cristã, que afirmava ser a escravidão do índio um pequeno preço a pagar diante dos benefícios de sua inserção na civilização. À época, a ordem das coroas de Espanha e Portugal, em comunhão com a Igreja Católica Romana, era: "Trazer aos gentios a fé em Cristo e o respeito ao Rei" (19).

Ipsa facto, a chegada dos jesuítas foi simultânea ao processo de conquista das terras do Brasil. O reino português tinha estreitas relações com a Igreja Católica e essa realidade se embasava no Padroado (20): um acordo instituído entre a Santa Sé e Portugal em que o Papa delegava ao rei desse país o exclusivo da organização e financiamento de todas as atividades religiosas nos domínios e nas terras descobertas por portugueses.

A primeira Missão jesuítica mandada para a América Portuguesa desembarcou no Brasil em 1549, em companhia do primeiro governador-geral da colônia Tomé de Sousa (1503-1579). Era um pequeno grupo sob o comando do padre Manuel da Nóbrega (1517-1570), e veio com o propósito de fundar em Salvador/BA o colégio da Ordem que se dedicou à pregação da fé católica e ao trabalho educativo. Perceberam que não seria possível converter os índios à fé católica sem que soubessem ler e escrever (21).

Sobre o assunto preleciona o historiador Eduardo Hoornaert:

“[...] Nesse contexto a Companhia de Jesus busca a salvação das almas através do ensino e da catequese. [...] Ainda em 1549 é fundada a primeira escola do Brasil, em Salvador, data marco da fundação da cidade. A segunda escola é fundada em 1554 em São Paulo. Ensinava-se a ler, escrever, matemática e doutrina católica. Os jesuítas tinham a missão de transmitir a educação formal para os filhos dos portugueses e a catequização dos nativos. O colégio era o lugar de domínio das almas. [...] Em março de 1550 chegaram outros quatro padres jesuítas. [...] Em julho de 1553, chega ao Brasil o segundo governador-geral Duarte da Costa, e com ele mais um grupo de missionários. [...] Em 1570 as obras jesuíticas já eram compostas por cinco escolas de instrução elementar (Porto Seguro, Ilhéus, São Vicente, Espírito Santo e São Paulo) e três colégios (Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia). Os jesuítas chegaram ao Brasil trazendo a educação

moral, os costumes e a religiosidade europeia, além dos métodos pedagógicos como forma de educação universal” (22).

Importante destacar que, àquela altura, a Amazônia ainda não integrava o Brasil (23).

NOTAS

1 – Cf. FRANCO JÚNIOR (2001) e SOUZA (2005).

2 – Cf. Autores acima citados.

3 – O Feudalismo foi uma organização econômica, política e social baseada na posse da terra – o feudo – que predominou na Europa Ocidental durante a Baixa Idade Média, tendo seu apogeu entre os séculos XI e XIII. Cf. MONTEIRO (1986).

4 – Absolutismo. Sistema político de governo em que o poder se concentrava na mão de uma única pessoa, o rei, que não estava submetido a praticamente nenhuma forma de controle, seja por outros poderes ou por um código de leis. Cf. LOPES (1996).

5 – A Revolução Francesa foi um ciclo revolucionário que aconteceu na França, entre 1789 e 1799, e que teve como resultado prático o fim do Absolutismo no país. Aconteceu por conta da insatisfação da burguesia com os privilégios que a aristocracia gozava e da insatisfação do povo com sua vida de sofrimentos, marcada pela pobreza e fome. Cf. MOVELE (2020).

6 – O nome Amazonas, que batiza o maior rio do mundo, tem sua origem em uma lenda grega que veio parar em terras brasileiras. Quando expedicionários europeus, liderados por Francisco de Orellana, em 12/02/1542 chegaram à região de Nhamundá, na divisa dos estados do Amazonas e do Pará, encontraram um grupo de índias guerreiras; eram chamadas pelos índios de icamiabas, e logo foi feita a associação entre elas. Cf. CARVAJAL e outros (1941), ACUÑA (1994) e SITE.abril.com.br/historia/amazonas-lenda-ou...

7 – A Amazônia, desde que revelada ao mundo, passou a ser alvo do interesse internacional, mercê da abundância de riquezas naturais, água, floresta, minerais, enfim, uma biodiversidade sem igual no planeta terra. Cf. REIS (1982) e www.skoob.com.br/livro/pdf/a-amazonia-e-a-cobica-internacional/

8 – Tordesilhas: Acordo firmado em 4/07/1494 estabelecendo uma linha imaginária a 370 léguas de Cabo Verde que serviria de referência para a divisão das terras entre Portugal e Espanha. As terras a oeste desta linha ficaram para a Espanha, enquanto as terras a leste eram de Portugal. Cf. REIS (1989), LOUREIRO (1978) e SOUZA (2009).

9 – Cf. GAARDER (2000).

10 – Pentecostal: corrente religiosa protestante que aparece nos Estados Unidos no início do século XX, entre fiéis metodistas insatisfeitos com a falta de fervor em suas igrejas. Adeptos dos cultos vibrantes, marcados por expressões de êxtase e fortes emoções, em linhas gerais, os pentecostais acreditam em aspectos milagrosos da fé, como o poder de cura do Espírito Santo. Cf. GAARDER (2000) e SITE.superabril.com.br/.../diferença-entre-protestantes-e-evangelicos/

11 – Neopentecostal: fenômeno religioso surgido nos anos 1970. Difere do pentecostalismo tradicional por estimular o fiel a buscar a prosperidade em lugar da graça. Seus rituais são espetaculosos, não dispensam curas milagrosas e exorcismos. Grande parte de suas igrejas não são muito rígidas no que diz respeito aos hábitos e costumes de seus fiéis. Algumas delas mantêm forte presença na mídia eletrônica. Cf. Autor e Site citados na nota anterior.

12 – Cf. AZEVEDO (1999), GAARDER (2000) e WRIGHT (2006).

13 – Cf. CARVAJAL e outros (1941), ACUÑA (1994), BITTENCOURT (1985), DANIEL (1976), REIS (1989), LOUREIRO (1978), SOUZA (2009) e SILVA (1997, 2013 e 2017).

14 – O tráfico negreiro foi uma atividade realizada entre os séculos XV e XIX. Os prisioneiros africanos eram comprados nas regiões litorâneas da África para serem escravizados nos continentes europeu e americano. Essa migração forçada resultou na chegada de milhões de cativos africanos ao Brasil. Até Itacoatiara, no século XIX, foi “tomada” pelo tráfico negreiro. Cf. GOULART (1975), LOUREIRO (1978), SILVA (1997 e 1998), OLIVEIRA (2019) e SITES.todamateria.com/escravidaõ-no-brasil-e-acrítica.com.

15 – *Sublimis Dei*: latim para O Deus Sublime. Papa Paulo III: nasceu em Roma, foi eleito e entronizado em 1534, substituindo ao Papa Clemente VII (1478-1534) e teve por sucessor o Papa Júlio III. Cf. LEITE (1943), AZEVEDO (1999) e SITES.veritatis.com.br/sublimis-dei... e vatican.va/offices/papal...

16 – Cf. LOPES (2017) e SITES.veritatis.com.br/sublimis-dei... e www.vatican.va/offices/papal...

17 – *Regimini Militantis Ecclesiae*: latim para O Governo da Igreja Militante. Cf. LEITE (1943), AZEVEDO (1999) e SITES.vatican.va/offices/papal... e [vatican.va/pt/igreja/news\(...\)/santo-inacio...](http://vatican.va/pt/igreja/news(...)/santo-inacio...)

18 – A gênese da Companhia de Jesus ocorreu no contexto das Reformas Protestantes que abalaram a Europa no despoitar do Período Moderno. Alguns estudiosos consideram a sua criação como parte de uma série de mecanismos desenvolvidos pela Igreja Católica a partir daquilo que poderíamos denominar de Contrarreforma ou Reforma Católica. Cf. AZEVEDO (1999) e WRIGHT (2006).

19 – Cf. LEITE (1943), AZEVEDO (2008), BETTENDORFF (1990), REIS (1940, 1942, 1989 e 1997), RAMOS (1952), MELLO (2009), MONTEIRO (1994), CORRÊA (2002) e CYPRIANO (2007).

20 – O Padroado português remonta ao início da expansão marítima em meados de 1400 e foi confirmado pelo Papa Leão X (1475-1521) em 1514. Perdurou até meados do século XX. Através do Padroado, o rei de Portugal podia construir igrejas e nomear os padres e os bispos, sendo estes depois aprovados pelo Papa. A instituição foi muito alterada ao longo dos tempos, mas os seus últimos vestígios foram suprimidos com o desmantelamento do Império Português e com a ação corajosa do Concílio Vaticano II (1962-1965). Cf. RAMOS (1952), REIS (1997), GAARNER (2000), e SILVA (1999 e 2018).

21 – Cf. LEITE (1943), AZEVEDO (1999) e WRIGHT (2006).

22 – Cf. LEITE (1943), NEVES (1999), WRIGHT (2006) e HOORNAERT (2011).

23 – A inserção da Amazônia na unidade territorial do Brasil começou efetivamente a partir da afirmação da ordem imperial em 1823 e da sua reafirmação em 1840, com o encerramento da Cabanagem (1835-1840). Cf. LOUREIRO (1978), REIS (1989) e SOUZA (2009).

Jesuítas na Amazônia

DEMOROU MAIS DE MEIO século, após a oficialização em 1540 da Companhia de Jesus, para que os membros dessa instituição se instalassem no litoral brasileiro e, em seguida, na Amazônia. Resultaram inúteis as tentativas do Concílio de Trento (1563-1564) no sentido de reforçar o poder da hierarquia eclesiástica católica e consagrar a atuação do clero secular nas novas terras. Em 1522, o Papado resolveu conceder aos superiores das ordens religiosas uma ampliação de sua autoridade permitindo-lhes converter os gentios e administrar as paróquias que passaram a ser constituídas. Na lição do historiador Almir de Carvalho Júnior (1),

“[...] era basicamente consenso entre as autoridades da Igreja a superioridade moral e intelectual do clero regular em comparação ao secular, relegando a uma segunda categoria os prelados diocesanos. Dentre as ordens, a dos jesuítas era sem dúvida a que mais poderia receber esses elogios. De longe, apresentava um padrão moral e intelectual mais elevado. [...] A razão para essa qualidade superior estava no rigor da formação de seus noviços, fruto de uma formação educacional mais cuidadosa e prolongada. Sem mencionar a sua esmerada formação espiritual em que vigorava a pesada disciplina dos Exercícios Espirituais” (2).

Em meados de 1596, a Coroa Portuguesa mandou editar uma lei concedendo aos jesuítas a exclusividade no *descimento* de nativos do interior para instalá-los em aldeamentos do litoral. À época, a presença portuguesa a noroeste da Capitania do Rio Grande do Norte era inexistente e os franceses estavam se estabelecendo na região.

Entre 1603 e 1604 houve uma breve tentativa de início de colonização, liderada pelo explorador Pero Coelho de Sousa (c.1567-c.1648), mas não foi avante. Em janeiro de 1607, os jesuítas Francisco Pinto (1522-1608) e Luís Figueira (1574-1643) iniciaram uma expedição saindo da Capitania do Ceará com destino à do Maranhão, mas foram atacados pelos índios cararijus, resultando na morte do padre Pinto e o fim da expedição (3).

Em 30 de julho de 1609, o rei Filipe II de Portugal (1598-1621), determinou a liberdade dos povos nativos do Brasil. Em 10 de setembro de 1611 publicou outro ato sobre a questão autorizando o cativo dos nativos capturados em *guerra justa* e retirava dos jesuítas o monopólio nos *descimentos* e da administração espiritual e temporal dos índios aldeados.

Em 1612, militares franceses novamente tentaram estabelecer uma colônia no Maranhão. Em setembro desse ano fundaram a povoação de São Luís e deram início à construção de um forte onde hoje se localiza a capital maranhense. A Batalha de Guaxenduba foi um confronto militar ocorrido em 1614-1615, entre as forças francesas, de um lado, e portuguesas, de outro. O combate ensejaria a expulsão definitiva dos franceses da região, possibilitando que grande parte da Amazônia passasse ao domínio de Portugal e, posteriormente, do Brasil (4).

No livro “História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará”, de 1759, o padre José de Moraes (1708-c.1779) relata a aparição de Nossa Senhora da Vitória (5) entre os batalhões portugueses, animando os soldados durante todo o tempo da batalha e transformando areia em pólvora e seixos em projéteis. Nossa Senhora

da Vitória é considerada a Padroeira de São Luís e acha-se exposta na Catedral da Sé da referida cidade (6).

Em novembro de 1615, os padres Manuel Gomes (1571-c.1648) e Diogo Nunes (c.1542-c.1619) desembarcaram em São Luís e foram os primeiros jesuítas a se instalarem por um tempo considerável na região. Integravam a Armada de Alexandre de Moura (c.1565-c.1624), enviada como reforço para impedir o avanço dos franceses sobre o território maranhense. Ambos foram importantes para fazer a ligação do comando do general Moura com setenta índios guerreiros arregimentados em aldeamentos dirigidos pelos jesuítas em Pernambuco. Manuel Gomes e Diogo Nunes permaneceram até março de 1618 em São Luís, visitando aldeias e assistindo aos colonos.

Outros missionários chegados à região, também dispostos a realizar um trabalho relevante a prol da catequese indígena, foram membros da Ordem dos Franciscanos (7), da Ordem do Carmo (carmelitas) (8) e da Ordem de Nossa Senhora das Mercês (mercedários) (9). Os jesuítas secundaram aos franciscanos e, por que foram mais atuantes que os membros das demais Ordens, estabeleceram colégios, criaram missões ou aldeamentos e monopolizaram a administração da mão de obra indígena. Seu modelo de catequese aliava os interesses da Coroa Portuguesa com os ideais da Igreja Católica a partir do Padroado Régio.

Os primeiros núcleos urbanos, a partir dos quais o domínio de Portugal se daria de maneira efetiva nesta região, foram São Luís e Belém. A capital maranhense foi fundada pelos franceses, em 1614, e a paraense pelos portugueses em 1616. A partir delas, nos séculos XVII e XVIII, sertanistas e missionários prosseguiriam na penetração, atingindo os pontos mais distantes da Amazônia.

Na sequência, em 1621 é criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará (10), com sede em São Luís, cuja situação era de independência do

Estado do Brasil (11), ou seja, subordinado diretamente a Lisboa. A nova célula estatal, além da região amazônica, também abrangia terras atualmente pertencentes ao Piauí e ao Ceará.

O padre Luís Figueira foi a maior figura da Ordem dos jesuítas nos primeiros anos de existência do novo Estado. Em 1622, junto com o padre Benedito Amodei (1583-1647), instalou precariamente em São Luís a Missão dos Jesuítas. Ambos enfrentaram muitas dificuldades, mas se deram conta das potencialidades de ações sobretudo em vista de uma promissora evangelização entre os muitos povos indígenas da região.

Figueira, além de fervoroso missionário, era um cultor das letras dedicando-se com maior zelo à Cultura. Em um de seus livros dizia acreditar que “os jesuítas teriam o dever de converter e conservar os povos nativos contra os abusos cometidos pelos colonos, sempre ávidos em obter a todo custo a mão de obra dos naturais da terra” (12). Era de opinião que as agressões dos portugueses contra os gentios atrapalhavam a propagação do Catolicismo entre os nativos.

Em 1639 Luís Figueira chega a Belém e dá início à catequização nos rios Tocantins, Pacajá e Baixo Xingu. Em 3 de junho desse ano, a partir da sede da Companhia de Jesus em Roma, foi fundada a Missão do Maranhão como uma entidade administrativa sob a responsabilidade da Província do Brasil, tendo como seu primeiro Superior o padre Figueira. À época, a entidade contava com apenas cinco religiosos sendo 3 padres e 2 irmãos leigos. Entusiasmado com o resultado de seu trabalho, o novo Superior vai a Portugal donde retorna em abril de 1643 trazendo quatorze sacerdotes para a Missão. Ao se aproximarem de Belém, no final de julho, ele e seus companheiros foram trucidados pelos índios Aruans em seguida a um naufrágio (13).

Alguns jesuítas continuaram presentes na região, mas durante toda a década de 1640 não havia uma missão sistemática ou planejada da Ordem. Na condução do processo pró-melhoria desse

quadro, teria papel destacado o jesuíta português Antônio Vieira (1608-1697). Teólogo, escritor, diplomata e orador, nasceu em Lisboa e, em 1614, com seis anos de idade, acompanhado de seus pais, veio para o Brasil estabelecendo-se na Bahia. Ingressou no Colégio dos Jesuítas de Salvador, onde se ordenou iniciando em 1633 sua carreira de pregador. Esteve cinco anos em todas as aldeias da Bahia.

Em 1641 Antônio Vieira voltou a Lisboa para jurar fidelidade a dom João IV (1604-1656). Acabou transformando-se em conselheiro da Corte, embaixador e homem de confiança do rei. Porém, o padre mostrava-se defensor dos cristãos-novos (14), o que lhe gerou inimigos na Igreja. Assim, retornou ao Brasil no início de 1653 para trabalhar na evangelização dos índios do Maranhão e Grão-Pará. A expectativa de que a sua vinda ganhasse um caráter de refundação da Missão da Companhia de Jesus no Estado, resultou quase frustrada pois ao se manifestar contrário à escravidão dos índios entrou em conflito com os colonos (15).

Realmente: desde o começo Antônio Vieira se dedicou fortemente às missões de catequese amazônicas, uma vez que dominava sete idiomas indígenas. Nomeado Superior e Visitador da Companhia de Jesus nesta região, priorizou a questão indígena, denunciou colonos e servidores da Coroa portuguesa envolvidos em explorar e escravizar índios e pediu liberdade para todos eles, com isenção da autoridade civil e sujeição incondicional aos jesuítas. Em seguida, mandou implantar a cômputo anual, pensão concedida aos religiosos para sua conveniente sustentação.

Em novembro de 1652, um grupo de onze jesuítas liderados pelos padres João de Souto-Maior e Gaspar Frágoso, deixaram São Luís e em janeiro do ano seguinte aportaram em Belém onde fixaram residência. Jam com o intuito de ensinar doutrina e latim aos filhos dos portugueses dando logo início à construção de uma modesta casa e uma pequena igreja, donde se originariam o Colégio de Santo Alexandre

anexa à Igreja de São Francisco Xavier. Mais tarde, os padres Manuel de Souza (c.1613-1660) e Mateus Salgado se juntariam à equipe, sendo o primeiro escolhido para a função de Superior da Residência jesuítica em Belém.

Em abril de 1654 foi confirmada a categoria estatal do Maranhão e Grão-Pará, ainda com sede em São Luís, porém, não mais abrangendo os atuais estados do Piauí e Ceará que foram anexados ao Estado do Brasil. Em julho desse ano Antônio Vieira partiu para Lisboa, junto com dois companheiros, a bordo de um navio carregado de açúcar. Tinha como missão defender junto ao monarca os direitos dos indígenas escravizados, contra a cobiça dos colonos portugueses. Após cerca de dois meses de viagem, já à vista da ilha do Corvo, a oeste de Portugal (16), abateu-se sobre a embarcação uma violenta tempestade. Mesmo recolhidas as velas, à exceção do traquete, correndo o navio à capa, uma rajada mais forte arrancou esta vela, fazendo o navio adernar a estibordo. Em pleno mar revolto, na iminência do naufrágio, Antônio Vieira concedeu absolvição geral a todos, bradando aos ventos:

“[...] Anjos da guarda das almas do Maranhão, lembrai-vos que vai este navio buscar o remédio e salvação delas. Fazei agora o que podeis e deveis, não a nós, que o não merecemos, mas àquelas tão desamparadas almas, que tendes a vosso cargo; olhai que aqui se perdem conosco” (17).

Após essa exortação, Vieira obteve de todos a bordo um voto a Nossa Senhora de que lhe rezariam um terço todos os dias, caso escapassem à morte iminente. Ainda por um quarto de hora o navio permaneceu adernado até que os mastros se partiram. Com o peso da carga, estivada até às escotilhas, o navio voltou à posição normal, permanecendo à deriva, ao sabor dos elementos. Nove dias mais tarde, quarenta e um portugueses despojados de seus pertences pessoais,

foram desembarcados na Graciosa, outra ilha dos Açores onde o padre Antônio Vieira, com o auxílio dos religiosos da Companhia de Jesus, procurou providenciar-lhes roupas, calçados e dinheiro durante os dois meses que permaneceram na ilha. [...] O grupo passou em seguida à ilha Terceira, onde Vieira obteve o aprestamento de uma embarcação para que os seus companheiros de infortúnio pudessem seguir para Lisboa (18).

Em novembro de 1654 Antônio Vieira já estava novamente em Lisboa. Seu poder de persuasão junto a dom João IV influenciou-o a baixar a Lei Sobre a Liberdade dos Índios, em 9 de abril de 1655, que garantia aos jesuítas a administração das aldeias e o governo temporal e espiritual dos nativos, e estes passaram à tutela exclusiva da Companhia de Jesus. Posteriormente, as duas casas da Ordem, fundadas em São Luís e Belém, transformar-se-iam em grandes colégios (19) e em centros de expansão missionária para inúmeras aldeias espalhadas por toda a região.

De volta ao Brasil, em abril de 1655, padre Vieira em seguida passou à cidade de Belém. Embora São Luís sediasse o Estado, a capital paraense – segundo João Lúcio de Azevedo –, “passou a ser o centro de onde irradiava a conquista das gentilidades e o foco principal da reação dos colonos contra o regime dos missionários” (20). Com o apoio do governador André Vidal de Negreiros (1606-1680) e de seus sucessores, os jesuítas passaram a efetivamente exercer o poder temporal em diversos aldeamentos. Nos cinco anos seguintes foram realizadas doze expedições missionárias na região e criados dezessete novos aldeamentos entre a Serra de Ibiapaba, no Ceará, e o rio Xingu, no Pará. Entre 1658 e 1660, Antônio Vieira escreveu o Regulamento das Aldeias, mais conhecido como a “Visita do Padre Vieira”, estabelecendo diretrizes às missões religiosas, tratando do cotidiano da ação missionária e envolvendo desde os métodos de doutrinação até a disposição do espaço de moradia de missionários e índios.

Em 1657 começaram as primeiras entradas na parte ocidental da Amazônia. Para cumprir essa tarefa, foram convocados os jesuítas Francisco Veloso (1619-1679) e Manuel Pires (c.1637-1678). Compondo a tropa de resgate do capitão-mor Vital Maciel Parente, partiram de São Luís em 22 de junho, subiram o Amazonas e no final de agosto pararam na aldeia de *Matari* (21), onde celebraram missa e assistiram aos índios Aroaqui. Prosseguindo viagem, alcançaram o rio Negro passando ao seu afluente Tarumã, a oeste do sítio onde mais tarde seria erguida a cidade de Manaus. Gastaram na viagem mais de seis meses aportando em janeiro do ano seguinte em Belém, para onde levaram cerca de 600 escravos índios.

Em 1658, acompanhado do padre Francisco Gonçalves (1597-1660), o missionário Manuel Pires voltou ao sertão do rio Negro. Segundo a carta de 28 de novembro de 1659, de Vieira ao novo rei de Portugal, dom Afonso VI (1643-1683), essa segunda penetração “era voltada para os resgates e excedia a todas as outras”. Os jesuítas deixaram a tropa no Tarumã e subiram até às cabeceiras do rio Negro. Quase dois anos depois, precisamente em janeiro de 1660, retornariam a Belém com um carregamento de 700 índios resgatados (22).

A terceira entrada no oeste amazônico também foi protagonizada pelo padre Manuel Pires, em parceria com o padre Manuel de Souza. Guiados pelo cabo de tropa Domingos Monteiro deixaram Belém em setembro de 1660 e, depois de várias visitas pastorais ao longo do rio Amazonas e uma no paraná do Ramos onde fundaram a missão de Tupinambarana, de l seguiram para o rio Urubu onde fundaram a aldeia de Saracá, atual cidade de Silves. Na última trataram com os Aroaqui e admitiram igreja consagrada  Nossa Senhora da Conceição (23).

Entre maio e julho de 1661, ocorreu uma revolta dos colonos contra a Lei de 9 de abril de 1655. Os vereadores de Belém, pressionados pelos descontentes, acusavam o padre Antônio Vieira de atentar contra a paz social e econmica da região; diziam que o governo temporal dos

índios, a cargo dos jesuítas, era responsável pela falta de escravos “pondo a Capitania no mais miserável estado” (24).

A insatisfação dos vereadores paraenses se estendeu ao Maranhão, cuja Câmara Municipal também se rebelou. A 8 de setembro de 1661 padre Vieira e seus companheiros foram presos e embarcados à força para Lisboa. Porém, antes de ser deportado, Antônio Vieira delegou ao padre João Felipe Bettendorff (1625-1698) a tarefa de implementar a Missão do rio Amazonas, cuja residência deveria ser instalada na embocadura do rio Tapajós, a oeste do Grão-Pará. Daí resultou a criação em 22 de junho de 1661 da aldeia dos Tapajós, que deu origem à cidade de Santarém. Logo ao chegar o fundador construiu ali a primeira capela de Nossa Senhora da Conceição (25).

O retorno dos jesuítas à Amazônia dar-se-ia somente em 7 de setembro de 1662. Mas a Provisão Régia de 12 de setembro do ano seguinte, além de anistiar os colonos, aboliu a jurisdição temporal dos jesuítas e proibiu a volta do padre Antônio Vieira, que foi perseguido pela Inquisição portuguesa. Em seguida, uma lei régia mandou devolver a administração dos aldeamentos aos missionários. Com a revolta de 1661 finalizada, o padre João Felipe Bettendorff em junho de 1662 foi feito Administrador da Missão em Belém e, no ano seguinte, enviado à cidade de São Luís como Administrador regional. (26).

Em Lisboa, o padre Antônio Vieira voltou a defender a liberdade religiosa, porém, acusado em 1665 de praticar heresias, é condenado à prisão e proibido de pregar pelo Tribunal da Inquisição. Mas, em 1669, depois de demonstrar arrependimento, recebeu o perdão parcial e foi viver em Roma. Devido à influência do príncipe-regente Pedro II (1648-1706) de Portugal, readquiriu o direito de pregar tornando-se pregador oficial do papa Clemente X (1670-1676), que o anistiou em 1675. Retornou definitivamente ao Brasil em 1681, onde se dedicou a ordenar seus Sermões (27). De 1688 a 1692 foi Visitador-geral do Brasil. Faleceu em Salvador aos 89 anos de idade. Deixou mais de 200 sermões e 700 cartas.

O jesuíta Antônio Vieira, além de mentor intelectual da missão jesuítica criada em 1683 no Médio rio Madeira, que deu origem à cidade de Itacoatiara (28), foi responsável pela gênese do grande projeto regulado pelo Regimento das Missões (1686-1757). O Regimento fez crescer o poder das ordens religiosas, que passaram a ter não só importância no trabalho espiritual, mas também no político e temporal, das aldeias ou missões sob sua administração. Os missionários, portanto, passaram a funcionar como centro e articuladores de todas as atividades nas missões, e como intermediários entre estas e o sistema colonial.

NOTAS

1 – Professor doutor Almir Diniz de Carvalho Júnior: Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas. Cf. JÚNIOR (2017).

2 – Os Exercícios Espirituais são retiros, segundo o método de Inácio de Loyola (fundador da Ordem dos jesuítas). São uma experiência pessoal, através da qual um grupo de pessoas se dispõe a estar com Deus num ambiente de silêncio, durante alguns dias, acompanhado por um orientador espiritual. Cf. SITE pontos.pt/jesuítas/exercícios-espirituais/

3 – Cf. MORENO (2013), MASCARENHAS (2013) e LOPEZ (2008).

4 – Cf. MORENO (2013), MASCARENHAS (2013), LOPEZ (2008), LEITE (1943), CYPRIANO (2007) e SITE cclbdobrasil.blogspot.com. [...] batalha-de-quaxenduba.html.

5 – Muitas invocações de Nossa Senhora têm origem em favores recebidos pela sua intercessão. A história de N. S. das Vitórias tem como marco a cidade francesa de La Rochelle, à época um importante porto e um forte reduto do protestantismo. Em 1627, o rei católico Luís XIII (1601-1643), reuniu o Exército e empreendeu um cerco a La Rochelle. O objetivo era por fim à onda anticatólica que dominava a cidade. A vitória soava quase impossível, pois os protestantes eram apoiados pela Inglaterra. Os franceses foram motivados a fazer orações públicas pedindo a vitória da fé católica, inclusive os capelães do Exército que também promoveram um grande movimento de orações no meio dos soldados. Todos rezavam o Terço em louvor à Virgem Maria. Quando Luís XIII percebeu que era a hora, avançou sobre os revoltosos e estes, surpreendentemente, se renderam. Em gratidão por tão

inesperada vitória, o rei lançou em Paris a pedra fundamental da igreja que ele mesmo chamou de Igreja de Nossa Senhora das Vitórias – uma recordação duradoura da vitória sobre La Rochelle. Cf. SITE.terrasanta.com.br/historia-de-nossa-senhora-da-vitoria/

6 - Cf. MORENO (2013), MASCARENHAS (2013) e LOPEZ (2008).

7 – Franciscanos da Província de Santo Antônio: criada em Lisboa em 8/08/1568. Seus religiosos chegaram a Belém em 1618, mas já estavam a mais tempo no Maranhão. Passaram a atuar nas missões do Cabo do Norte (atual Amapá), Marajó e norte do rio Amazonas. Cf. REIS (1942 e 1989), RAMOS (1952), LEITE (1943), LOUREIRO (1978) e HOORNAERT (2011).

8 - Ordem do Carmo: originariamente chamada Ordem dos Irmãos da Bem-Aventurada Virgem Maria do Monte Carmelo, no final do século XI, na região do Monte Carmelo, próxima à atual cidade de Haifa, antiga Porfíria, atual Estado de Israel. Os primeiros missionários dela chegaram ao Maranhão em 1615 e em Belém em 1624. Passaram a atuar nos rios Negro e Solimões em 1695. Cf. REIS (1942 e 1989), RAMOS (1952), LEITE (1943), LOUREIRO (1978) e SILVA (2017 e 2018).

9 - Ordem de Nossa Senhora das Mercês: fundada em 1218 por São Pedro Nolasco em Barcelona/Espanha. Os primeiros missionários dela chegaram a Belém com Pedro Teixeira em 1639 e iniciaram seu trabalho em algumas povoações no delta do rio Amazonas. Posteriormente atuaram no rio Urubu e no Baixo rio Negro. Cf. REIS (1942 e 1989), RAMOS (1952), LOUREIRO (1978) e SILVA (2017 e 2018).

10 – A criação do Estado foi decretada em 13/06/1621, mas a instalação efetiva ocorreu em 1626, com a posse do governador Francisco Coelho de Carvalho (c.1630-1648), que esteve à frente da administração entre 1626 e 1636. Cf. BERREDO (1989), BETTENDORFF (1990), LOUREIRO (1978) e REIS (1989).

11 – À época, a capital do Brasil era Salvador que em 1763 foi transferida para o Rio de Janeiro.

12 - A principal obra literária de Luís Figueira foi “Memorial sobre as terras e gente do Maranhão, Grão-Pará e Rio Amazonas”, editada em Lisboa em 1637. Uma edição brasileira foi feita por Rodolfo Garcia (1873-1949), na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1923. Cf. GARCIA (1923) e LEITE (1940).

13 – Cf. LEITE (1943), HOORNAERT (2011) e AZEVEDO (2008).

14 - Cristãos-novos: designação dada em Portugal aos judeus convertidos ao Cristianismo e seus descendentes. Cf. AZEVEDO (2008) e KOIFMAN (2021).

15 - Cf. AZEVEDO (2008), REIS (1940, 1942 e 1989), BETTENDORFF (1990), RAMOS (1952), HOORNAERT (2011), BERREDO (1989), LOUREIRO (1978), CYPRIANO (2007) e SILVA (1997, 1999, 2013, 2017 e 2018).

16 – Ilha do Corvo no Arquipélago dos Açores, em Portugal. Descoberta em 1450, somente a partir de 1580 passou a ser habitada. Cf. SITE www.csarmento.uminho.pt/site/s/porgener/.../Corvo/Portugal.

17 – Referências do Autor citado, às páginas 299 a 301 da obra: “Histórias de Antônio Vieira”, volume I, São Paulo, 2008. Cf. AZEVEDO (2008) e SILVA (2018).

18 – Referência à mesma obra do Autor citado, páginas 300 e 301, e Padre Antônio Vieira, in Sermão de Santa Teresa, na ilha de São Miguel, Sermões, t. 7, pág. 112. Cf. AZEVEDO (2008) e SILVA (2018).

19 – Referência aos edifícios da Igreja da Sé e Colégio de Nossa Senhora da Luz, em São Luís, e da Igreja e Colégio de Santo Alexandre, em Belém. O primeiro iniciado em 1622 e inaugurado em 1699; o segundo começou no final do século XVII e foi concluído em 1731. Cf. LEITE (1943), HOORNAERT (2011) e SITES encontrosaluisma.com.br/.../igreja-da-se-sao-luis/.../e_org/belem/.../santo-alexandre/

20 – Cf. AZEVEDO (2008).

21 – *Matari*: termo tupi, depois aportuguesado para Amajari; povoação à margem esquerda do Médio rio Amazonas, atual vila de São José do Amajari, cerca de 100 km acima da cidade de Itacoatiara. Cf. SILVA (1965, 1997, 2013, 2017 e 2018), LOUREIRO (1978), REIS (1989), NORONHA (2006) e PORRO (2006).

22 – Cf. LEITE (1943), LOUREIRO (1978), BERREDO (1989), MONTEIRO (1994), REIS (1989), HOORNAERT (2008) e SILVA (1997, 2013 e 2017).

23 – Controvertem as notícias, mas parece que a aldeia de Saracá originalmente começou sob o padroado de Sant’Ana, e posteriormente passou ao de Nossa Senhora da Conceição. Cf. Capítulo primeiro, deste livro, sob o título “Memorial Indígena”.

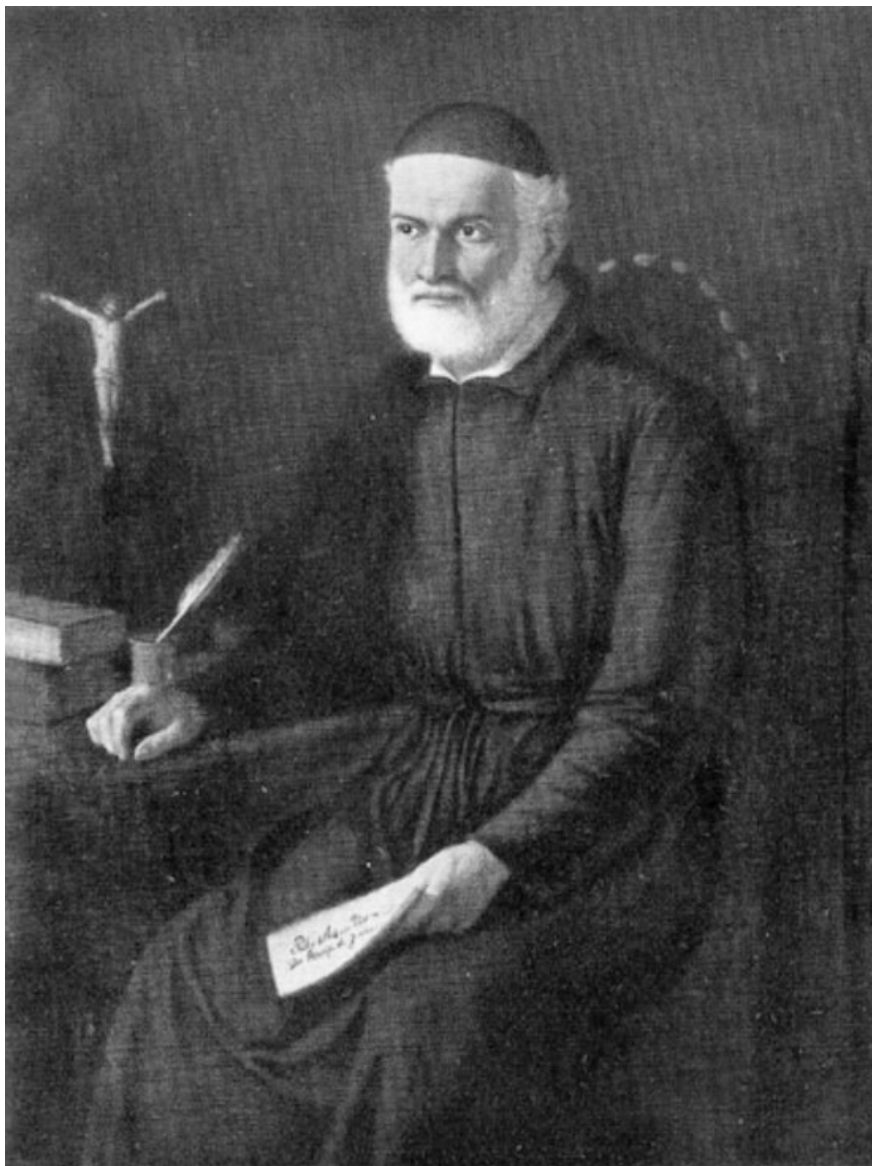
24 – Cf. LEITE (1943), LOUREIRO (1978), BERREDO (1989), MONTEIRO (1994), REIS (1989), HOORNAERT (2008) e SILVA (1997, 2013 e 2017).

25 – Cf. CYPRIANO (2007) e TRINDADE (2011).

26 – Cf. LEITE (1943), LOUREIRO (1978), BERREDO (1989), MONTEIRO (1994), REIS (1989), HOORNAERT (2008) e SILVA (1997, 2013 e 2017).

27 – A obra mais conhecida do padre Antônio Vieira é “Sermões” (1679), que contém apenas quinze dos seus inúmeros sermões. Além dela, foram publicadas: “Esperanças de Portugal” (1659) e “História do futuro” (1718). Em 2015 foi lançada a “Obra Completa”, em 30 volumes, que contém sermões, cartas, textos proféticos, textos políticos, além de sua poesia e teatro. Cf. LEITE (1943), RAMOS (1952), REIS (1997), AZEVEDO (2008), SILVA (1997, 2013, 2017 e 2018) e VIEIRA (2015).

28 – Sobre a fundação do núcleo que deu origem a Itacoatiara, falaremos mais adiante. Ainda sobre o assunto cf. SILVA (2013, 2017 e 2018).



Padre Antônio Vieira - Jesuíta. Mentor Intelectual da fundação do Núcleo Originário de Itacoatiara. Referência: <https://www.portaldaliteratura.com/autores.php?autor=142>



Padre suíço Jódoco Perez, jesuíta. Foto ilustrativa. Fundador do Núcleo Originário da Cidade de Itacoatiara colhida do Livro Fundação de Itacoatiara, do autor, p. 92, segunda edição/2017.

Catequese & Pajelança

NA DILATAÇÃO DO IMPÉRIO português, a praxe era convencer os silvícolas a se tornarem cristãos. A ordem de Lisboa era: “Levar a luz da nossa Santa Fé aos sertões de muita gentilidade” (1) espalhada por toda a América Portuguesa. Com a catequização os índios teriam que abandonar as antigas crenças em suas divindades e optar pelo Deus dos colonizadores. Seriam transformados em vassalos úteis e cristãos. Na Amazônia essa ‘clientela’ constituía-se de milhões de indivíduos espalhados por todas as calhas de rios.

O domínio da língua era o meio mais direto para a Catequese. Os europeus, ao chegarem ao Novo Mundo, depararam-se com uma enorme população falando muitas línguas. Desde logo, a comunicação entre padres e índios passaria a ser feita através do *Nheengatu* (2), ‘a língua boa’ ou *brasílica*, que se originou das vertentes civilizatórias da Amazônia, a partir da evolução da Língua Geral (tupi colonial ou tupinambá), sistematizada pelos jesuítas e falada a princípio no Maranhão, no século XVI, com empréstimos vocabulares da língua portuguesa. Aos poucos, o uso da língua *brasílica* intensificou-se e generalizou-se de tal forma que passou a ser falada por quase toda a população integrante do sistema colonial brasileiro-amazônico.

Comumente, os padres em missão de catequese, quando não versados em ‘língua boa’, faziam-se acompanhar de um irmão tradutor.

Havia também os ‘línguas’ – apelido dos índios treinados como intérpretes para dialogar com os missionários convertendo o significado da fala do idioma português para o *Nheengatu*, e vice-versa. Um dos primeiros tratados sistemáticos sobre a Língua Geral, “A arte da língua brasileira”, foi escrito pelo jesuíta português Luís Figueira, a maior autoridade da sua época nos estudos da matéria (3).

Na Amazônia, o diálogo entre padres e índios mediante o uso da Língua Geral antecipou à chegada no rio Tapajós do padre João Felipe Bettendorff, em junho de 1661. Pouco antes, os missionários Tomé Ribeiro e Gaspar Misch (1626-1697) alcançaram este rio e, embora por ali estivessem de passagem, batizaram vários índios. Em seguida, para desincumbir-se da tarefa de instalar a missão de Tapajós, Bettendorff chegou acompanhado do irmão coadjutor Sebastião Teixeira que, além de auxiliá-lo nas tarefas corriqueiras, deveria servir de tradutor e intérprete facilitando a comunicação com os grupos nativos.

A Companhia de Jesus recomendava que seus elementos permanecessem sempre acompanhados por outro missionário que os seguisse, auxiliasse e servisse de apoio nas dificuldades materiais ou espirituais. É significativo que a indicação do acompanhante do padre Bettendorff recaísse sobre o alferes João Corrêa, um experiente tradutor e intérprete da Língua Geral. Como bem informado pela antropóloga gaúcha Dóris Cristina Cypriano,

“[...] Após o retorno à aldeia dos Tapajós, Bettendorff, auxiliado por Corrêa, tratou primeiramente de elaborar catecismos que permitissem a evangelização na língua nativa. Essa prioridade atribuída pelos jesuítas à preparação dos catecismos e gramáticas, conduz à reflexão não apenas sobre a facilidade gerada por uma comunicação fluente. Os jesuítas que missionavam junto aos indígenas reconheciam que evangelização somente seria possível através das línguas nativas (4).

A catequização dos índios foi uma tarefa que se mostrou extremamente complexa. Para os jesuítas, extinguir costumes como a nudez, a poligamia, a antropofagia, entre outros, seria de difícil execução, pois acreditavam que os silvícolas eram governados pelo demônio. No decorrer do processo houve uma série de resistências por parte dos nativos, pois relutavam em assimilar os gestos sociais dos portugueses como o trabalho braçal, adesão à doutrina católica, mudanças de costumes, situações alheias ao seu caráter, o que acabou forçando os religiosos a se adequarem àquela situação.

A respeito, comenta o historiador Ronaldo Vainfas:

“[...] No contexto da Catequese, não resta dúvida de que os nativos assimilaram mensagens e símbolos religiosos cristãos, sobretudo por meio das imagens, mas é também certo que os jesuítas foram forçados a moldar sua doutrina e sacramentos conforme as tradições tupis. [...] No decorrer da catequização, houve uma série de resistências por parte dos índios, pois era difícil assimilar os diversos gestos sociais portugueses, como o trabalho braçal, adesão à doutrina católica, mudanças de costumes, um verdadeiro aportuguesamento forçado” (5).

As missões jesuíticas, também chamadas de reduções, eram grandes aldeamentos indígenas organizados pelos missionários europeus, e tiveram seu período áureo nos séculos XVII e XVIII. Eram organizadas com o objetivo de reunir indígenas e educá-los de acordo com os princípios da cultura cristã ocidental.

Reportando à lição da professora gaúcha Sandra Schmitt Soster (1981) (6), geralmente esses aldeamentos integravam um conjunto formado pela igreja, tendo de um lado o Cemitério, do outro a Casa dos Padres e um segundo pátio com oficinas e depósitos. Defronte a esse conjunto ficava a praça principal, estruturada como elemento ordenador da povoação. Nas proximidades, localizavam-se as casas dos

caciques. A rua principal dava acesso à igreja, que era sempre o prédio mais importante, e na praça eram realizadas procissões, os desfiles militares, as encenações religiosas e os jogos de bola. Na periferia da povoação ficavam as casas (malocas) dos índios e outros equipamentos como roçados, currais, a horta, o pomar, etc.

A vida nas missões era marcada pela religião e pelo trabalho. Os missionários ensinavam o Catecismo, rezavam missa, batizavam, casavam os indígenas, ouviam confissões, visitavam os doentes, realizavam procissões. Pela manhã havia missa na igreja onde os índios eram obrigados a participar, e depois iam para os trabalhos comunitários: caça, pesca, plantações, produção de farinha. Ao meio-dia era servido o almoço e, após, os adultos voltavam para o trabalho e as crianças iam às escolas e também aprendiam cantos e a tocar certos instrumentos. À noite, os adultos voltavam à igreja para fazer suas orações.

Para os jesuítas, o batismo significava a transformação dos costumes, a entrada para a sociedade portuguesa, mesmo esta ideia não sendo tão aceita pelos índios. De início os batizados eram feitos de modo individual ou em grupos. Com o decorrer do tempo e conforme o aldeamento – já que muitas tribos eram nômades – começaram a se batizar em massa, chegando às vezes a centenas de índios juntos. Além de inserido em uma nova religião, a pessoa batizada também ganhava um novo nome (em português), deixando para trás o anterior, indígena, incluindo-se assim os homens da selva em uma ‘nova sociedade’.

No interior das missões os indígenas tiveram papel fundamental e não apenas cumpriam o que os padres desejavam. Eles aprendiam diferente e do seu próprio jeito. Não abandonaram seus ritos e religiões, mas muitas vezes ‘misturavam’ o que assimilavam. Muitos fugiam preferindo viver fora, sem o controle dos missionários, permanecer nas aldeias mais isoladas.

Outros se revoltaram, recusaram a vida comunitária chegando até a matar sacerdotes. Uma ocorrência do tipo aconteceu no rio Urubu, no início do século XVIII, narrada pelo padre José Monteiro de Noronha (1723-1794), em que uma aldeia dos religiosos mercedários “se extinguiu fugindo os índios seus habitantes depois de tirarem a vida ao seu missionário frei João das Neves (c.1637-1714)” (7).

No período colonial, os padres que acompanhavam as expedições régias não raro pagavam com o sacrifício da própria vida o interesse espiritual. A penetração dos portugueses, segundo o grande historiador Arthur Cézár Ferreira Reis (1906-1993):

“[...] roubou vidas preciosas. Nem sempre o silvícola aceitava o domínio que se impunha. Os próprios catequistas tiveram a lamentar perdas consideráveis que punham em perigo, pelo exemplo, toda a obra civilizadora em construção, obrigando o governo a movimentar forças para castigar os rebeldes e manter incólumes os direitos que Portugal se assistia sobre a terra e a gente amazônicas” (8).

Os jesuítas utilizavam as epidemias como estratégia religiosa. De acordo com o historiador Jean Baptista,

“[...] Os nativos interpretavam as doenças como a manifestação dos deuses decorrentes da insatisfação do comportamento humano. Mas como os índios não possuíam defesas biológicas para combater essas doenças contraídas do homem branco, os padres faziam por aproveitar para usar este mal como forma de mostrar a fragilidade dos deuses pagãos e, desse modo, incutir na cultura religiosa indígena a ideia de um único Deus, o Deus do Catolicismo. Diziam: ‘Os deuses ameríndios são mais fracos que o Deus verdadeiro’” (9).

O que muito se viu durante a colonização, em termos de religiosidade, foi uma certa disputa pela liderança espiritual dos nativos. Os pajés, segundo os índios, eram os representantes escolhidos pelos deuses para distribuir a profecia, sendo uma figura de extrema importância dentro das tribos, responsáveis por passar adiante a cultura, as tradições e a história de seu povo. Havia dois tipos de pajé: o *catu*, tido como bom; e o *caraíba* (ou *aiba*), considerado mau. Na expressão do padre João Daniel (1722-1776), “[...] O pajé *catu* não é tão ruim nem tão embusteiro, como o pajé *aiba*; é o mesmo que um alveitar, médico das dúzias [...], curam estes as doenças, ou as espioram e agravam com seus remédios naturais ou fingidos” (10).

Os pajés exerciam também a função de curandeiros, pois conheciam muito bem o poder de cura de ervas e plantas. Encontraram nos jesuítas fortes oponentes no que diz respeito à soberania religiosa. Era proibido ter pajés nas missões e não era permitido aos indígenas irem à busca deles. Essa ordem dos padres era obedecida? Obviamente que não, pois para os nativos era algo normal pedir ajuda aos pajés e aos padres. Ambos eram bem vistos pelos nativos e não viam problema em rezar o Terço, ir à missa, fazer as orações e depois pedir bênçãos aos pajés. Com o tempo, os xamãs incorporaram elementos do Catolicismo em suas religiosidades, por exemplo, gestos, orações, e aconteceram casos em que pajés faziam “missas” semelhantes aos dos jesuítas, pois acreditavam que isso ajudava a combater o mal. Em razão disso, os missionários ficavam aborrecidos.

Os jesuítas semeavam a mística de que somente o Deus Católico seria capaz de curar e salvar almas. Procuravam diminuir o poder xamânico, demonizando os pajés e atribuindo-lhes muitas vezes as epidemias decorrentes de doenças trazidas pelos brancos europeus, aproveitando do seu pouco saber sobre essas doenças para delegar-lhes a culpa e ao mesmo tempo mostrar que esses ‘feiticeiros’ não tinham poder algum para ser guia espiritual dos índios, pois os próprios eram passivos de contaminação.

Ainda, segundo Jean Baptista,

“[...] Os pajés foram descritos na documentação católica da época como diabólicos opositores do projeto missional. Não por acaso, os religiosos diziam que a mata habitada por xamãs era incubadora das epidemias” (11).

Como afirmei acima, a catequização foi uma tarefa muito difícil. Desde a passagem de Pedro Teixeira pelo Amazonas, em 1637-1639, os colonizadores corroboraram a ideia de que o grande rio possuía grandes proporções de terras a serem conquistadas e, principalmente, margens habitadas por um número enorme de grupos indígenas que, para uns poderia significar escravos e mão-de-obra e, para outros, almas a evangelizar.

Em 1661 o jesuíta João Felipe Bettendorff fundou a missão dos Tapajós (atual cidade de Santarém/PA) e, ao relatar o acontecido, afirmou que, para sua recepção, os nativos haviam preparado uma casa feita de palha com apenas dois cômodos tendo à ilharga “uma choupanazinha para dizer missa”, além de oferecerem presentes como frutas e tartarugas (12).

A Crônica de Bettendorff é recheada de citações a rituais e práticas religiosas dos índios Tapajós. A mais frequente diz respeito ao ‘Terreiro do Diabo’, chamado pelos brancos de Mofana. Seria um espaço reservado, localizado próximo da aldeia, para onde as mulheres levavam iguarias com bebidas que seriam ingeridas durante as cerimônias. Segundo o padre alemão, a condução dos rituais era feita pelos xamãs e, aparentemente, apenas os homens participavam ativamente, pois as mulheres, apesar de terem produzido a bebida, iam até este sítio somente para permanecerem “de cócoras com as mãos postas diante dos olhos para não ver” (13).

Não somente no rio Tapajós estas tão combatidas ‘festas’ permaneceram sendo feitas dentro dos aldeamentos jesuíticos. Se repetiram nos rios Madeira, Negro, Urubu e vários outros. O padre João Daniel chegou a comentar que “em várias aldeias e missões não só se conservam as mesmas festas e beberrias, mas também rematam ordinariamente nos mesmos efeitos e desgraças” (14). As diversas tentativas para excluir estes rituais revelaram-se ineficazes. Não apenas os grupos indígenas, manipulados pelos pajés, mantiveram a realização deste costume como, também, transformaram as solenidades do calendário católico, como Natal, Páscoa, Festa da Ressurreição e outros dias santos, em festas resignificadas e articuladas com valores da pajelança.

Ainda no rio Madeira, João Bettendorff contatou com os Tupinambarana, na povoação do mesmo nome (que remonta às origens de Parintins), e também comprovou quanto eram influentes os pajés. Conforme referido por Dóris Cristina Cypriano (15), uma das populações privilegiadas por Bettendorff em sua “Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão” foi a nação dos Iruri, a principal tribo da missão que deu origem à Itacoatiara.

Ainda segundo Dóris Cypriano, repetindo Bettendorff,

“[...] Os Iruri estavam assentados no Madeira, em um local que ‘muitas jornadas para cima se reparte’, fazendo uma ilha grande em que moram os Iruri, os Maués e muitas outras nações. Nos funerais de seus mortos costumavam enterrá-los dentro de ‘uns paus furados e aí também enterram viva a sua manceba mais querida e o seu mais mimoso rapaz’, enquanto que para o restante da população o sepultamento consistia em envolver os corpos em caixões ou árvores ocas e enterrá-los dentro de suas casas” (16).

Obviamente, este costume confrontava-se com a doutrina católica, assim como as festas anuais que os Iruri organizavam para ofertar, conforme a percepção dos jesuítas como Bettendorff, bebidas e alimentos aos demônios que os molestavam. Geralmente esses tipos de cerimônia eles realizavam em lugares afastados, no centro da mata: “iam beber e fazer suas danças que chamam *poracés* no Terreiro do Diabo” (17).

Ainda conforme a referida escritora gaúcha, no caso dos Tapajós, Tupinambarana e Iruri, “[...] os registros informam que havia somente um modesto contingente de jesuítas disponível para atender a área extensa e cumprir o trabalho nas missões, fazendas e colégios da Ordem dos jesuítas. [...] Durante o processo de evangelização, estas três sociedades nativas não se furtaram do contato com os missionários, militares e civis. Muito antes pelo contrário, [...] estes indígenas foram agentes ativos diante das crescentes demandas da sociedade colonial. Permaneceram nos aldeamentos jesuíticos, foram descritos como ‘cristãos fiéis’ e, ainda assim, manifestaram a capacidade de englobar, em seus esquemas culturais, os novos elementos que emergiam, traduzindo-os, adaptando-os e resignificando-os a partir de sua própria compreensão do mundo, dado que imprime às transformações uma evidente continuidade cultural” (18).

O monopólio religioso sobre a Amazônia por meio das ordens religiosas, principalmente com os jesuítas, só terá fim com a administração pombalina de 1750. Os indígenas deveriam estar vinculados diretamente ao poder régio, sem precisar da intermediação das ordens religiosas. Nesse momento observa-se uma decadência da atividade missionária, sobretudo na segunda metade do século XVIII (19).

A partir da proclamação da República, em 1889, visto que o número de paróquias havia crescido e que elas estavam espalhadas por todo o interior, as ‘desobrigas’ (20) praticamente cessaram. As populações interioranas – índios, africanos e mestiços ficaram

praticamente um século sem acompanhamento pastoral. Toda essa descontinuidade será crucial para o aparecimento de várias vivências de fé.

Por vocação compulsória, a pajelança indígena moldou a força imanente da pajelança cabocla. Esta, vai além do âmbito religioso e tem correlação com as medicinas populares, levando em conta a encantaria amazônica, que permeia o imaginário popular (21). No Baixo Amazonas, segundo definição de um grupo de trabalho da UFAM liderado pelo professor doutor Renan Rodrigues, desde algum tempo, há procedimentos de cura e adivinhação em comunidades não indígenas que encontram fundamentos em antigos pajés. Na região, a crença do pajé se assemelha em muitos aspectos à fé cabocla no terapeuta popular, num sincretismo que intermedeia confiança. Seres aquáticos e criaturas mitológicas, mescla de pessoa e bicho alimentam simbolismos (22).

NOTAS

1 – Cf. BETTENDORFF (1990), BERREDO (1989), REIS (1940 e 1942), AZEVEDO (1999), HEMMING (2007), HOORNAERT (2011), ARENZ (2014), JÚNIOR (2017) e LOPES (2017).

2 - *Nheengatu* vem do tupi “*nhe’engatu*” (língua boa). Falada até o século XIX por tribos do litoral do Brasil e ainda hoje por tribos da Amazônia. Cf. CASASNOVAS (2006) e FARIAS (2020).

3 – Cf. LEITE (1940) e BETTENDORFF (1990), BERREDO (1989), CASASNOVAS 2006), HEMMING (2007), CORTESÃO (2009) e JÚNIOR 2017).

4 – Cf. CYPRIANO (2007).

5 – Cf. VAINFAS (1995).

6 – Cf. SOSTER (2014).

- 7 – Cf. SAMPAIO (1856), JOBIM (1948), LOUREIRO (1978), REIS (1989), NORONHA (2006) e SILVA (1997, 1999, 2013, 2017 e 2018).
- 8 – Cf. REIS (1989) e SILVA (2018).
- 9 – Cf. BAPTISTA (2009).
- 10 – Cf. DANIEL (1976) e SILVA (2017).
- 11 – Cf. BAPTISTA (2009).
- 12 – Cf. BETTENDORFF (1990), citado por CYPRIANO (2007), e MENÉNDEZ (1992).
- 13 – Cf. a citação anterior.
- 14 – Cf. DANIEL (1976), citado por CYPRIANO (2007), e MENÉNDEZ (1992).
- 15 – Cf. Antropóloga Dóris Cristina Castilhos de Araújo Cipriano.
- 16 – CYPRIANO (2007).
- 17 – Cf. BETTENDORFF (1990).
- 18 – Cf. CYPRIANO (2007).
- 19 – Cf. REIS e outro (2019).
- 20 – Desobrigas: trata-se de visitas pastorais pelos missionários em vilas e vilarejos, geralmente isolados. Cf. ARENZ (2014).
- 21 – Cf. MAUÉS (1999).
- 22 – Professor doutor Renan Albuquerque Rodrigues, UFAM/Parintins. Cf. RODRIGUES et al. (2014).

O Santo Rosário

O SANTO ROSÁRIO SEMPRE se revelou forte no mundo inteiro, é tradicional na Amazônia e sobressai muito no Município de Itacoatiara. É uma oração mariana muito recomendada pela Igreja Católica ao longo dos séculos. Segundo a tradição, o Rosário surgiu no ano 800 à sombra dos mosteiros e conventos, como 'Saltério' (1) dos leigos, e foi desenvolvido em 1214 pelo frade Domingos de Gusmão (1170-1221) (2). Sua prática foi-se codificando e regulamentando, aos poucos, chegando à sua forma atual no século XVI sob o Papa Pio V (1504-1572) (3).

O referido pontífice atribuiu a eficácia dessa prece à vitória naval de Lepanto que, aos 7 de outubro de 1571, salvou de grande perigo a Cristandade ocidental contra a invasão dos turcos muçulmanos, que pretendiam dominar a Europa e acabar com o Cristianismo. Durante a batalha de Lepanto os fiéis recitavam o Rosário enquanto seguravam seus terços. Por isso, Pio V em 1572 instituiu a Festa de Santa Maria da Vitória (4), em 7 de outubro. A devoção à Virgem Maria foi mais e mais favorecida pelos papas seguintes.

Em 1573, o Papa Gregório XIII (1502-1585) (5) substituiu esta solene comemoração para Festa de Nossa Senhora do Rosário, a ser celebrada no primeiro domingo de outubro. Em 1716, o Papa Clemente XI (1649-1721) (6) inscreveu a festa do Santíssimo Rosário estendendo-a para a Igreja em todo o mundo, mas a celebração ocorria em datas

diferentes, conforme os costumes locais. Em 1913, o Papa Pio X (1835-1914) (7) confirmou a festividade em 7 de outubro e estendeu-a para toda a humanidade. Em 1960, com a reforma do calendário litúrgico, o Papa João XXIII (1881-1963) (8), proclamou o novo título mariano Festa de Nossa Senhora do Rosário, e dedicou o mês de outubro ao Santo Rosário.

O termo 'Rosário' quer dizer um tanto de rosas, ou um buquê de rosas, que se oferece à Mãe de Deus, com carinho e esperança. Originalmente, o Rosário dividia-se em três partes, com cinquenta contas cada, e, que, por corresponderem à terça parte, eram chamados de Terço. Cada Terço compreendia um conjunto especial de três Mistérios: Gozosos, Dolorosos e Gloriosos. O Papa João Paulo II (1920-2005), por meio da Carta Apostólica *Rosarium Virginis Mariae* (9), de 16 de outubro de 2002, criou uma nova série de Mistérios, os chamados Mistérios Luminosos, alterando o formato do Rosário que passou a contar com 200 Ave-Marias.

De acordo com experientes mariólogos, remotamente o Santo Rosário nasceu no Mistério da Anunciação, com a saudação do arcanjo São Gabriel à Virgem de Nazaré: "Ave, cheia de graça, o Senhor é contigo" (Lc 1, 28). A oração tem sua continuidade nas palavras pronunciadas por Santa Isabel, sob inspiração do Espírito Santo: "Bendita és tu entre as mulheres e bendito é o fruto do teu ventre" (Lc 1,42).

A segunda parte da Ave-Maria foi definida no Concílio de Éfeso, na Ásia Menor, em 431 d.C, pelo Papa Celestino I (10), o qual promulgou o dogma da Maternidade Divina, ou seja, definiu como doutrina da Igreja Católica que "a Virgem Santíssima é verdadeiramente Mãe de Deus, por ser Mãe de Jesus, que é Deus". Em memória desta solene definição, o Concílio juntou à Saudação Angélica estas palavras simples, mas muito expressivas: "Santa Maria, Mãe de Deus, rogai por nós pecadores, agora e na hora de nossa morte" (11).

O Vaticano II (1962-1965) foi seguramente um dos momentos mais marcantes na história do Cristianismo no segundo milênio e é o ponto de partida para vivermos a fé em Cristo no terceiro milênio. Foi o Concílio que mais espaço dedicou a Nossa Senhora e também aos exercícios de piedade para a Mãe da Igreja. Recomendou a todos os filhos da Igreja o fomento ao culto da Santíssima Virgem, sobretudo o culto litúrgico, que tivessem em grande estima as práticas e exercícios de piedade para com Ela, aprovados no decorrer dos séculos pelo magistério, e que mantivessem fielmente tudo aquilo que no passado foi decretado acerca do culto das imagens de Cristo, da Virgem e dos Santos” (12).

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), define o Santo Rosário como uma devoção de cunho eminentemente popular, já que a recitação do Rosário é, na verdade, uma catequese chamada de Evangelho dos Pobres, pois contemplam-se os principais mistérios da fé que estão nas Escrituras e, normalmente, as pessoas sabem de cor já que no passado o analfabetismo impunha restrições aos textos escritos (13).

O Papa Francisco (1936) (14), em cada uma de suas homilias sobre Nossa Senhora, nos garante que Maria vela por todos e cada um de nós, como mãe e com uma grande ternura, misericórdia e amor, e sempre nos incentiva a sentir seu olhar amável.

O Pontífice argentino, durante a Audiência Geral de 7 de outubro de 1920, nas tradicionais saudações que dirige aos fiéis de várias línguas, recordou que no dia 7 de outubro a Igreja celebra Nossa Senhora do Rosário e nos encoraja a rezar o Rosário em meio a este tempo de pandemia da COVID-19, porque “é uma arma que nos protege dos males e das tentações”, além de ser “a oração mais bela que podemos oferecer a Nossa Senhora” (15).

Serafim Leite (1890-1969) (16), em sua monumental “História da Companhia de Jesus no Brasil”, Tomo V, lembra que a devoção à Cruz

de Cristo foi sempre a mais espalhada entre os jesuítas, desde sua chegada à Amazônia no século XVII. As cerimônias da Quaresma, ou Semana Santa, celebravam-se com grande pompa na região. A Procissão da Penitência, que acompanha tais celebrações, levou-se a toda parte até às mais remotas aldeias. A devoção eucarística recebeu também extraordinário incremento e tornou-se comum a comunhão aos índios.

Dentre outras devoções promovidas com grande empenho, naqueles tempos, estavam a do Divino Espírito Santo e a do Sagrado Coração de Jesus, sem dúvida dos mais belos capítulos do apostolado na Amazônia. Entre os apóstolos, veneravam-se São Pedro e São Paulo. Era corrente a devoção aos santos anjos, em particular São Miguel e São Rafael. Porém, incentivados pelo padre Antônio Vieira, os jesuítas levaram sempre consigo, em todos os quadrantes da região, a devoção a Nossa Senhora. O Terço cantava-se a princípio pelos adultos. Continuou depois pelos meninos, filhos de índios. A prática do Rosário, cantada a coros, a moda de São Domingos, era feita cotidianamente (17).

O hábito de rezar o Rosário passou do Maranhão ao Pará e, desde a década de 1660, disseminaram-se por toda a região as congregações marianas consagrando-se a Nossa Senhora diversas aldeias, entre elas a que deu origem à cidade de Itacoatiara. Dizia o padre Vieira, em seus sermões: “A Virgem, como mãe comum, abraça com seu amor igualmente a pretos e brancos, a pobres e ricos. Compara-se à aurora, à lua, ao sol. Como sol aos brancos que são o dia, como lua aos pretos que são a noite, como aurora aos pardos que são os crepúsculos” (18). Desde a chegada de Vieira instituíram-se as práticas religiosas católicas, com ressaltos para os sacramentos, os cantos do Terço e as pregações.

No início do século XVII, no Estado do Maranhão, a fé e a devoção a Nossa Senhora da Vitória chegaram por meio da Companhia de Jesus. Os primeiros jesuítas a desembarcarem em São Luís foram os padres Manuel Gomes e Diogo Nunes que se instalaram na região por um

tempo considerável. Outros missionários, a partir de 1620, por ali passaram fortalecendo cada vez mais o culto à Rainha do Rosário.

Os jesuítas do Maranhão, à imitação do que já existia em Portugal desde o tempo de dom João I (1357-1433), invocavam Nossa Senhora da Vitória tanto que ergueram em 1690 igreja sob o padroado da milagrosa Santa, com ajuda de mão-de-obra indígena, que depois passou a Catedral dedicada à Nossa Senhora da Luz (19).

Outra lembrança daquele período áureo da ação jesuítica, no território maranhense, é a atual cidade do Rosário, originada do forte do mesmo nome implantado em 1620 na foz do rio Itapecuru, distante cerca de 50 quilômetros da capital. Sim, porque prioritariamente os primeiros missionários se impuseram a missão de catequizar os nativos e, para isso, usavam o exemplo de Nossa Senhora.

Do Maranhão, a cruzada civilizadora dos jesuítas, obediente a uma política de maior irradiação, passou ao Pará e em seguida ao Amazonas. Com bem o diz Arthur Reis, “[...] ao invés de apenas descer as tribos que iam sendo domesticadas e se entregavam aos cuidados dos homens de batina, [...] ao invés de aldeamentos nas cercanias de Belém, aldeamentos foram semeados no Tocantins, no Xingu, no Tapajós e no Madeira” (20). A ofensiva para a expansão da fé iniciou-se no século XVII e se espalharia pelo seguinte.

Nos anos seguintes, além do culto a Nossa Senhora, muitos eventos ocorreriam envolvendo o sagrado e o profano. No Maranhão, devido à segregação dos negros, estes acabaram criando irmandades próprias, separadas das irmandades de brancos, onde tinham maior liberdade de ação e, através delas, promoviam a alforria dos irmãos escravos e garantiam a sua sepultura em solo sagrado. O culto à Santa Virgem Maria foi introduzido na cultura dos escravos africanos pelos jesuítas, na catequese, para legitimar a religião católica, buscando homens e mulheres negras para a prática religiosa. Essa tendência se consolidou nos séculos XVII e XVIII até que, chegado o século XIX, as

Irmandades do Rosário no Maranhão, em sua maioria eram formadas de negros (21).

Data de 1682 a construção em Belém da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Era apenas uma capela de oração dedicada ao culto dos devotos negros. Por ser humilde e as pessoas que viviam ao seu redor também, a igrejainha demorou muito a ser concluída. Sobre as dificuldades para esta construção, o naturalista inglês Henry Walter Bates (1825-1892) (22), relata uma experiência quando de sua estada em Belém, em 1848: “[...] Encontrava frequentemente uma fila de negros, caminhando pelas ruas cantando em coro. Cada qual levava na cabeça certa quantidade de material de construção: pedras, tijolos, argamassa, tábuas. Vi que eram principalmente escravos que, depois de um dia pesado de trabalho, contribuíam um pouco para a construção de sua igreja” (23).

Tal qual ocorreu com semelhantes igrejas de São Paulo e Rio de Janeiro, as da capital paraense, também no século XVII, inicialmente pareciam ser devoção tanto de pretos como de brancos, mas a identificação maior dos primeiros com seu culto foi gradativamente afastando os outros, tornando-se as irmandades quase que exclusivamente de pretos libertos ou escravos, africanos ou crioulos. O modelo que, no final do século XVI, foi importado para o Brasil em quase nada se distinguia de suas congêneres portuguesas, pois as características apresentadas àquelas em Portugal são facilmente encontradas nas irmandades brasileiras, destacando-se sobretudo suas qualidades festivas e devocionais (24).

Em quase todas as freguesias brasileiras encontravam-se as irmandades do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora do Rosário e das Almas, tendo sido também as primeiras a serem estimuladas na metrópole. Os negros normalmente se congregavam em torno de Nossa Senhora, mas existiam outros santos de sua predileção como São

Benedito, Santa Ifigênia. Ocorrências do tipo também se dariam no século XIX em Manaus e na Vila de Serpa, a atual Itacoatiara.

O historiador Mário Ypiranga Monteiro (1909-2004), em um livro célebre sobre cultos de santos e festas profano-religiosas, registra fatos importantes do culto popular a Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na capital amazonense (25). Nós próprios, mais adiante, discutiremos sobre o testemunho dos naturalistas ingleses Henry Walter Bates e Alfred Russel Wallace (1823-1913), quando estiveram na vila de Serpa em dezembro de 1849. Além de haverem acompanhado à procissão de Nossa Senhora do Rosário, onde os fiéis conduziam a imagem da Santa Padroeira ao lado do *çairé* e “[...] cantavam um hino monótono e plangente, na língua tupi”, foram à Festa de São Benedito, nos arredores da vila, onde os negros “[...] passaram a noite cantando e dançando ao compasso do *gambá* e do *caracaxá*” (26).

Finalizo o presente Capítulo lembrando que a devoção do povo itacoatiarense a Nossa Senhora do Rosário vem de 1683, ano em que foi fundado no rio Madeira o núcleo originário desta cidade, e disso trataremos logo em seguida.

NOTAS

1 – Saltério era um compêndio que continha o Livro dos Salmos, utilizado nas devoções judaica e cristã, durante a Idade Média. Também chamado de Livro das Horas, era muito usado nos mosteiros e conventos para aprender a ler. Cf. SITE www.dicio.com.br/salterio.

2 – Domingos de Gusmão: dominicano espanhol, venerado como santo católico, foi canonizado pelo Papa Gregório IX (1145-1241). Cf. SITE www.vaticannews.va/pt/santo-domingos-de-gusmao/

3 – Pio V: Papa entre 1566 até à data da sua morte em 1572. É venerado como santo da Igreja Católica. Cf. SITE www.paulus.com.br/portal/santo/sao-pio-v

4 – Santa Maria (ou Nossa Senhora) da Vitória: a partir do século XVI, muitas igrejas, pelo mundo, foram dedicadas a esta Santa. No Brasil há igrejas históricas dedicadas a ela em São Luís/MA, em Vitória/ES, em Oeiras/PI, Maceió/AL, Ilhéus/BA e no Rio de Janeiro. Cf. Blogdoanderson.com/.../origem-da-festa-de-nossa-senhora-da-vitoria/.

5 – Gregório XIII: Papa de 1572 até à sua morte em 1585. Gregório XIII, com o auxílio dos cientistas do Vaticano, em 1582 recriou e acertou as diferenças do antigo Calendário Juliano. O Calendário Gregoriano é internacionalmente aceito até hoje. Cf. SITE www.vatican.va/content/vatican/.../father/gregorio-xiii.html.

6 – Clemente XI: italiano, pontificou de 1700 até à sua morte em 1721.

7 – Pio X: italiano. Foi Papa da Igreja Católica de 1903 a 1914.

8 – João XXIII: Papa italiano, governou a Santa Igreja de 1958 à sua morte em 1963.

9 – *Rosarium Virginis Mariae*: latim para O Rosário da Virgem Maria. Cf. SITE www.amazon.com.br/Rosariun-Virginis-Mariae-Paul-II/.

10 – São Celestino I: foi o 43º Papa da Igreja Católica. Nasceu no Ano 380 e faleceu aos 52 anos em 27/07/342. Cf. SITE www.paulus.com.br/porta1/santo/sao-celestino/.

11 – Cf. SITE www.google.com/.../concilios-da-igreja/.../concilio-de-efeso/.

12 – Cf. Lumen Gentium 67 (1964). SITE www.vatican.va/.../vat.1/.../_lumen-gentium/

13 – Cf. CNBB: <https://www.cnbb.org.br/mes-do-rosario/>.

14 – Papa Francisco. Argentino, assumiu a cátedra romana em 28/02/2013.

15 – Cf. SITE www.acidigital.com/noticias/papa-francisco-o-rosario-e-a-arma-que-nos-protege-dos-males/.

16 – Serafim Leite. Padre jesuíta, escritor e historiador português. Viveu muitos anos no Brasil, primeiro na adolescência e, principalmente, na idade madura. Cf. LEITE (1943), NEVES (1999) e VIOTI (2010).

17 – Cf. LEITE (1943) e VIEIRA (2015).

18 – Cf. NEVES (1999), VIOTI (2010) e SITE www.escritas.org/pt/bio/serafimleite.

19 – Cf. LEITE (1943) e VIEIRA (2015).

20 – Cf. REIS (1942).

21 – Cf. SITE www.ipatrimonio.org/sao-luis-igreja-de-nossa-senhora/.../dos-pretos.

- 22 – Cf. BATES (1979) e SILVA (1997).
- 23 – Cf. BATES (1979).
- 24 – Cf. BEZERRA (2014).
- 25 – Cf. MONTEIRO (1983).
- 26 – Cf. SILVA (1997, 1998, 1999 e 2018).

Nascimento de Itacoatiara

A AÇÃO DOS JESUÍTAS na Amazônia, sobretudo no século XVII, resultou na criação de aldeias ou missões que originaram a maioria dos núcleos urbanos regionais. A sede municipal de Itacoatiara teve por berço o rio Madeira, apelidado pelos índios de *Caiari* (1). Foi “descoberto” por Francisco de Orellana em 10 de junho de 1542 e o nome Madeira foi-lhe conferido em razão de que, no período chuvoso, seu nível sobe inundando grandes porções de floresta fazendo descer muitos troncos de madeira. Pela sua foz passaram quase todos os sertanistas e missionários que iam e vinham ao Alto Amazonas, desde a viagem de Pedro Teixeira, em 1637-1639. O escrivão da frota do sertanista português, padre Cristóbal de Acuña, foi o primeiro a dar etnônimos aos grupos humanos da região do Madeira (2).

O processo de implantação de missões jesuíticas nesse gigante fluvial foi iniciado pelos padres Manuel Pires e Manuel de Souza, os quais em 1660 criaram a missão de Tupinambarana. Com a expulsão dos jesuítas em 1661, a povoação foi esvaziada e só se firmaria a partir de 1669 quando seus habitantes aceitaram ser evangelizados por João Felipe Bettendorff (3), o qual se fez acompanhar do padre Pedro Luiz Glui e do irmão Domingos da Costa. Reclamando do local que era infestado com focos de mosquitos, os moradores foram convencidos por Bettendorff a mudar o povoado para um sítio mais a dentro, próximo de um lago entre o os rios Amazonas e Andirá (4).

Bettendorff atestou a capacidade dos grupos indígenas do rio Madeira de manterem-se abastecidos durante todas as estações do ano. Em sua crônica histórica, apresenta informações sobre a subsistência das comunidades locais, detalhando os alimentos mais consumidos e obtidos em maior quantidade naqueles idos. Ele opina sobre o rio nestes termos:

“[...] É este rio da Madeira um dos mais famosos que há pelo Estado, por grande e espaçoso, porém demorado pela caldeiras (5) que tem, e quase somem as canoas com tudo o que levam, havendo descuido dos guias ou pilotos, e tem várias castas de peixes, até peixe-boi, piraibas, mas os índios não os comem, sustentando-se de uma casta de peixe que chamam tambaquis mui gostosos; suas águas são as mesmas como as do rio das Amazonas, pois é braço dele, que muitas jornadas para cima se reparte, fazendo uma ilha grande em que moram os Irurizes (6), os Jaquezes (7) e muitas outras nações. [...] Tem ares e águas bastantes boas, terras fortes para mandiocas, matas abundantes em caça, fontes e rios fecundos em peixes, nem faltam tartarugas a umas jornadas de lá, porque são tantas que o Padre tinha aquele ano umas mil por sua parte, em um curral” (8).

Referências à população numerosa já estavam presentes desde a descida do rio Madeira, realizada em 1650 pelo explorador Antônio Raposo Tavares (1598 - c.1659) com sua bandeira composta por mamelucos paulistas e indígenas. Ressalvada a chamada área intermediária Tapajós-Madeira – onde se destacavam os Tupinambarana –, as cinco etnias mais ao centro do Médio rio Madeira compostas pelo grupo linguístico Iruri, contavam-se em grande número (9).

Os Iruri eram uma população privilegiada pelo padre Bettendorff. Dominavam um grande sítio que apresentava caça e pesca abundantes, “[...] os pássaros eram suas presas preferidas e, devido a seus tabus alimentares, excluía da dieta os porcos do mato, os peixes-

boi e a piraíba. Mantinham a poliginia e temiam que suas mulheres sofressem ataques dos Jaquezes, aos quais acusam de canibalismo". Eram vizinhos, porém, inimigos: os Jaquezes tinham especial predileção pela carne das mulheres Iruri: "achando-as, as trespassam com umas lanças que chamam zagaias, e apanhadas, lhes quebram o espinhaço, repartindo-as em quartos e as levam, deixando a zagaia com suas penas em o lugar da matança, como pagamento de sua presa" (10).

A Mitologia está associada à História de Itacoatiara. Bettendorff e outros historiógrafos seiscentistas atribuem a origem dos Iruri a uma Deusa que veio grávida do céu e, na floresta, deu à luz cinco filhos. O primeiro se chamava Iruri, o segundo Unicoré, o terceiro Aripuanã, o quarto Torori e o quinto Paranapixâna. Desgostosa por ter sido flagrada pelos filhos comendo tambaqui moqueado, um dia a Deusa Iruri voltou para o céu, nunca mais aparecendo na terra. Os cinco meninos permaneceram na floresta e deram origem a cinco aldeias (11).

Os Iruri, sobre os quais havia argumentos de que não fizessem parte do tronco linguístico Tupi, Bettendorff os define como "[...] nação afamada sobre todas as mais [...] índios de linhagem nobre; tinham vassalos em seu próprio território. Grupo de língua isolada, dóceis coletores e ao mesmo tempo agricultores, eram peritos em torrar farinha e conservar peixes". Governados pelo cacique Mamorini, cujo nome lembrava a mamorana-grande, irmã da sumaumeira, foi "[...] escolhido em função de suas qualidades e de seu prestígio e, em caso de sua morte, o mais capaz entre eles assumia o cargo" (12).

A fundação do núcleo originário de Itacoatiara foi respaldada nas cartas régias portuguesas de 1º de abril de 1680 e 7 de março de 1681, baixadas pelo regente Pedro II: tratavam sobre criação, regulação e manutenção das missões (residências) jesuíticas na América Portuguesa. Tais dispositivos foram inspirados pelo padre Antônio Vieira que, em 2 de abril de 1680, enviou de Lisboa correspondência ao então Superior regional em Belém, padre Pedro Luís Gonçalves (1629-1683) (13),

alertando-o sobre “a enorme população de índios mansos” existente no Madeira e incentivando-o a instalar ali uma nova missão ou residência jesuítica.

Quando se preparava para ir ao rio Madeira, em dezembro de 1682, o Padre Superior Pedro Gonçalves enfermou gravemente e em seguida morreu. Nomeado substituto, o padre suíço Jódoco Perez (1633-1707) partiu em missão de catequese tomando a direção do Alto Amazonas e fez-se acompanhar do irmão leigo Antônio Ribeiro. O novo Padre Superior deixou Belém no início de 1683 e, segundo Bettendorff, “[...] navegou pelo Madeira [e] depois de uma viagem de nove dias, alcançou os Iruri” (14).

Os “nove dias” de viagem citados por João Felipe Bettendorff correspondem ao trecho ‘foz do Madeira-Mataurá’, numa distância próxima dos 350 km, representando talvez um quinto da viagem total entre ‘Belém e Mataurá’, avaliada em mais de 1.500 km. No percurso houve dezenas de paradas, a maioria delas para consertar a canoa, descansar, dizer missa e se municiar de víveres. Segundo apuramos, em pesquisa séria, demorada (15), a viagem de Jódoco Perez, até o local onde foi instalada a nova missão, durou 89 ou 90 dias! O próprio Bettendorff confirma o fato, embora noutra circunstância, narrando: “[...] Para fazer nova missão na aldeia Iruri gastaram [-se] três meses de viagem sem perigo” (16).

Realmente: Jódoco Perez e seus companheiros, embarcados numa canoa grande movida a remo e à vela, deixaram Belém no dia 9 de junho e à tardinha de 7 de setembro alcançaram o sítio-sede da nação Iruri, instante em que houve, entre indígenas e equipe do líder jesuíta, a costumeira troca de presentes. No outro dia, dedicado à Natividade de Nossa Senhora - comemorado à época como Dia de Nossa Senhora da Luz - Jódoco Perez mandou erguer uma Cruz (17) no centro da aldeia e rezou a Primeira Missa. Era 8 de setembro de 1683 e ali nascia a futura Itacoatiara.

Depois de uns 15 dias entre os Iruri celebrando missas, catequese e batismos, Jódoco Perez baixou levando consigo o filho do cacique Mamorini, que mais tarde retornaria aos seus parentes como intermediário nas negociações com os jesuítas. Mas, antes de partir, comprometeu-se com os nativos em mandar padres para assisti-los e continuar os trabalhos missionários. Serafim Leite disserta a respeito: “Jódoco Perez deixou bem dispostos os Iruri, e baixou com um filho do Principal que no Colégio do Pará aprendeu além do português a língua tupi” (18).

A História de Itacoatiara é vasta e complexa, e a análise de seus fundamentos não é para amadores e tampouco para negacionistas. O bom senso aconselha: em História nada é definitivo, mas o historiador deve insistir em cismar, deter o pensamento em busca da verdade. Quaisquer objeções a respeito da data e do local de nascimento de Itacoatiara não me parecem importantes. A quase unanimidade dos historiadores regionais tem se manifestado favorável aos fatos, conforme demonstraremos em seguida.

O etnógrafo Lourenço da Silva Araújo e Amazonas (1803-1864), refere: “*Itaquatiara* (Nossa Senhora do Rosário de): Freguesia na margem setentrional do Amazonas [...] Provem-lhe o nome de umas pedras que a vazante descobre em seu porto. [...] Também já teve o de Abacaxis, da terceira situação que teve nas margens deste rio, tendo sido a primeira, no rio Maturá, confluyente do Madeira, fundada pelos jesuítas” (19).

O vigário-geral da Capitania de São José do Rio Negro, padre José Monteiro de Noronha, afirma: “Vencidas duas léguas se chega à vila de Serpa, situada na paragem chamada das pedras pintadas; e no idioma geral dos índios: Itacoatiara. Esta vila foi a primeira vez fundada no rio Maturá, que faz barra na margem oriental do rio da Madeira. [...] De Maturá se mudou para o rio Canumã. Deste, para o rio Abacaxis. Deste, para a margem oriental do rio da Madeira pouco abaixo do furo, de que se faz menção no parágrafo 68. E desta paragem, para a em que presentemente está. Os seus primeiros povoadores foram os índios da

nação Iruriz, aos quais se agregaram os da nação Abacaxis, e de outras muitas” (20).

O historiador Arthur C  zar Ferreira Reis, ensina: “Os padres da Companhia de Jesus tomaram a seu cargo os índios do Madeira. [...] Dependendo de esforços inauditos, conseguiram reunir índios na foz do Maturá, de onde passaram para o Canumã. Ainda da  , tiveram de mudar-se levando os catecúmenos para a boca do Abacaxis. [...] Em 1757, o nascente povoado foi trasladado para a margem esquerda do Amazonas, a um sítio de pedras pintadas conhecido por Itacoatiara. É a cidade desse nome” (21).

O historiador e ex-juiz de Direito da Comarca de Itacoatiara, Manoel Anísio Jobim, diz: “[...]: Levanta-se a cidade de Itacoatiara em belo platô cenol  tico à margem esquerda do rio Amazonas sendo para aí trasladada em 1759. [...] Este local não foi o primeiro a ocupar a antiga povoação que lhe deu origem. [...] é assim que nasceu na foz do Maturá” (22).

O historiador Francisco Jorge dos Santos, professor aposentado da Universidade Federal do Amazonas, comenta: “No Madeira os jesuítas fundaram uma missão entre os   ndios Iruri (1683) na boca do Maturá. No ano seguinte passaram a assistir os Parapix  na, Aripuanã, Torerizes e Onikor  , provavelmente a partir dessa missão-sede. Em 1691, essa missão é trasladada para a aldeia dos Abacaxis, na confluência Madeira-Canumã, mais tarde (1757) foi mudada para a margem esquerda do rio Madeira, recebendo a denominação de Serpa e, finalmente – com nova mudança para a margem esquerda do Amazonas –, a de Itacoatiara” (23).

Consequentemente, o núcleo originário de Itacoatiara data de 1683. Nasceu no rio Maturá, foi transferido para Canumã, da   para Abacaxis (afluentes do rio Madeira) e, finalmente, para o local onde está assentada a cidade (na margem esquerda do rio Amazonas). Cópias

dos mapas cartográficos de 1690 e 1729, colhidas dos originais depositados na Biblioteca Nacional da França – que anexamos à página 105 ao final do presente Capítulo – ratificam os depoimentos acima.

O emérito historiador Pedro Calmon (1902-1985), ao prefaciar em 1942 o livro de Arthur Reis, “A Conquista Espiritual da Amazônia”, além de atestar o valor da obra e decantar o “gênio obstinado” do agora saudoso historiador amazonense, brindou com palavras incentivadoras aos que se ocupam em pesquisar e revelar fatos históricos: o autor [todo autor] não deve exagerar, não se exceder em panegíricos fáceis, não se extraviar em considerações vagas; deve aliar datas, recoser fatos, disciplinar topônimos... descobrir e revelar a verdade. Dar a Deus o que é de Deus e aos homens e mulheres o que lhes pertence (24).

Finalizando a descrição dos fatos... No retorno de sua viagem ao Madeira, o padre Jódoco Perez alcançou Belém em outubro de 1683 e em fevereiro do ano seguinte estoura a revolta de Beckman, motivada pela insatisfação dos homens de negócio com as medidas tomadas pela administração colonial na questão do comércio e na obtenção de trabalhadores escravos. A insurreição resultou na segunda expulsão dos jesuítas da Amazônia - acontecimento que também concorreria para atrasar os planos de desenvolvimento da missão dos Iruri.

Jódoco Perez passou dois anos em Portugal. Retomaria o cargo de Superior dos jesuítas, em 1687, e só no ano seguinte mandaria amiudar as entradas missionárias nos sertões do Madeira. Para reativar a missão dos Iruri, Jódoco enviou de Belém os padres João Ângelo Bonomi (1656-c.1711) e José Barreiros que, nas festas de Natal, levaram de volta o filho do tuxaua Mamorini, já batizado e conhecedor da Língua Geral. Eles alcançam a aldeia em março de 1689 e são surpreendidos com a presença de colonos de Belém explorando cacau, cravo e outras ‘drogas do sertão’ e apresando indígenas (25).

Nos primeiros instantes da sua estada no Madeira, os missionários pensaram até em desistir da missão, quase perderam a cooperação do cacique Mamorini. Segundo Bettendorff, crédulo das ameaças que os padres representavam ao seu modo de vida, o líder Iruri partiu para uma roça sua enquanto os missionários seguiram para a aldeia. “[...] Somente após tratativas, nas quais foi avisado de que, caso não retornasse, os padres voltariam a Belém, Mamorini regressou e enviou mensagens avisando a todas as aldeias pertencentes aos Iruri para que viessem visitá-los. Vieram eles com seus costumados presentes e, diante da boa vontade e dos pedidos para que também fossem às suas aldeias, os missionários recomendaram que cada grupo construísse igreja e casa que pudesse abrigá-los em suas visitas” (26).

Durante um ano, os padres João Ângelo e José Barreiros trabalharam junto aos Iruri e, antes de adoecerem e partirem, em fevereiro de 1690, já haviam iniciado a catequese e a construção da residência paroquial, do depósito e outras dependências necessárias ao progresso da missão. Em pouco tempo ela estava aparelhada com casas e igreja, sendo esta servida de uma imagem de Nossa Senhora do Rosário trazida do Maranhão. Inobstante, faltavam castiçais e um vaso para comunhão; rareavam as toalhas do altar pobre; enfim, a igreja de madeira e palha precisava de um sino.

Apesar dos progressos na implantação de Mataurá, ambos os missionários adoeceram e foram obrigados a retornar a Belém. Somente padre João Ângelo tornou à missão, no início de 1691, mas não ficou muito tempo, pois enfermado novamente afastou-se dali. Na ausência de João Ângelo, os Iruri, devido ao fato de “serem estas terras mui doentias”, foram deslocados para a aldeia de Canumã, à margem direita do rio homônimo, quase na sua confluência com o paraná do Urariá, distando uns 280 km do pouco original. Por outro lado, há o ingrediente apontado por Serafim Leite segundo o qual, durante a ausência dos missionários, vieram

“[...] os brancos e cativaram grande número de índios com grande escândalo dos mesmos índios, e protesto dos padres; não poderiam pensar os índios que eles o tinham ajuntado para serem mais facilmente cativos?” (27).

Do lamentável acontecido se queixaram efetivamente os índios, e os padres ainda mais que eles. E, assim, os jesuítas, desgostosos, se escusaram de permanecer trabalhando em Maturá. Em junho de 1691 transferiram a missão para a ribeira de Canumã.

NOTAS

1 - *Caiari*: termo tupi que alude à medrança de plantas de mandioca em suas margens. Cf. LOUREIRO (1978), REIS (1989) e SILVA (2013 e 2017).

2 - Cf. ACUÑA (1994), REIS (1989), LOUREIRO (1978), CYPRIANO (2007) e BETTENDORFF (1990).

3 - Bettendorff foi Padre Superior dos Jesuítas no Estado do Maranhão e Grão-Pará no período de 1669-1674. Teria um segundo mandato em 1690-1693. Cf. BETTENDORFF (1990), AZEVEDO (1999), LEITE (1943) e CYPRIANO (2007).

4 - Cf. autores antes citados, e mais SILVA (2013 e 2017).

5 - Caldeiras: corredeiras; quedas d'água; cachoeiras. Trechos de rio onde as águas, dada a inclinação do terreno, correm céleres. Cf. Autores citados e Dicionário Aurélio, 5ª Edição, Saraiva, 2010.

6 - Irurizes: o mesmo que Iruri. Etnônimo. Nação dos Iruri, indígenas do grupo tupi habitantes do Médio Madeira. Cf. FRITZ (1912), JOBIM (1948), BETTENDORFF (1990), NORONHA (2006), CYPRIANO (2007) e SILVA (2013 e 2017).

7 - Jaquezes: forma deturpada do etnônimo Maué. Indivíduo dos Maués, povo indígena extinto do tronco linguístico tupi, que habitava a região dos rios Urupadi, Andirá e Mariquã, na divisa do Amazonas com o Pará. Cf. BETTENDORFF (1990), CYPRIANO (2007) e Dicionário Aurélio citado.

8 - Cf. BETTENDORFF (1990) e CYPRIANO (2007) e SILVA (2013, 2017 e 2018).

9 - LEITE (1943), BETTENDORFF (1990), CYPRIANO (2007) e SILVA (2013,2017 e 2018).

10 - Cf. BETTENDORFF, citado por CYPRIANO (2007).

11 - Cf. BETTENDORFF (1990), BERREDO (1989), AZEVEDO (2008) e CYPRIANO (2007).

12 - Cf. autores acima citados.

13 - Pedro Luís Gonçalves: padre romano, coordenou o trabalho dos jesuítas no Maranhão e Grão-Pará em 1674-1683. Cf. BETTENDORFF (1990), LEITE (1943), AZEVEDO (2008) e SILVA (2013, 2017).

14 - Cf. autores acima citados.

15 - Cf. Francisco Gomes da Silva, in Fundação de Itacoatiara, 2017.

16 - Cf. João Felipe Bettendorff, in Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão, 2ª edição, 1990.

17 - Cruz: o símbolo maior da Cristianização. Era fincado pelos padres jesuítas nos espaços centrais dos aldeamentos indígenas. O primeiro exemplo do tipo, na América Portuguesa, aconteceu em 1500, quando do 'descobrimento' do Brasil. Cf. SITE www.revistaparoquias.com.br/.../post/conheca-a-cruz...

18 - Cf. LEITE (1943), BETTENDORFF (1990), AZEVEDO (2008) e SILVA (2013 e 2017).

19 - Cf. AMAZONAS (1984), MONTEIRO (2018) e SILVA (1998, 2013 e 2017).

20 - Cf. autores acima citados.

21 - Cf. REIS (1989), MONTEIRO (2018) e SILVA (1998, 2013 e 2017).

22 - Cf. SANTOS (1994), MONTEIRO (2018) e SILVA (1998, 2013 e 2017).

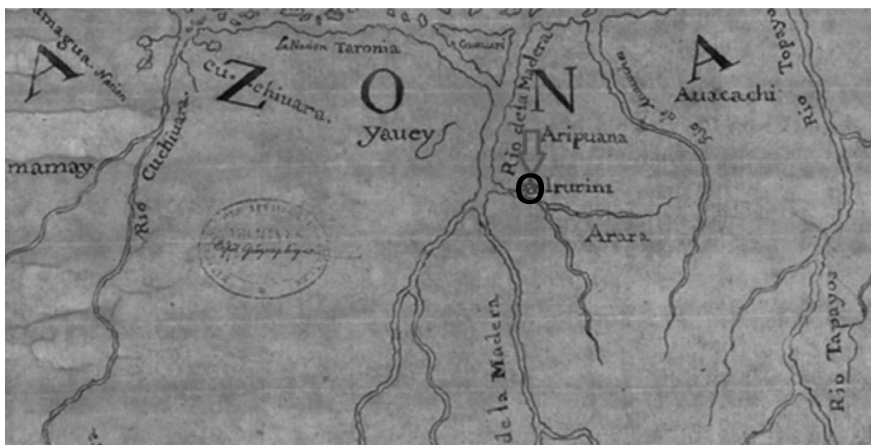
23 - Cf. BETTENDORFF (1990), LEITE (1943), AZEVEDO (2008) e SILVA (2013 e 2017).

24 - Cf. CALMON (1997) e REIS (1997).

25 - Cf. BETTENDORFF (1990), LEITE (1943) e CYPRIANO (2007).

26 - Cf. BETTENDORFF (1990) e CYPRIANO (2007).

27 - Cf. LEITE (1943), CYPRIANO (2007) e SILVA (2013, 2017 e 2018).



Tabula geographica del rio Marañon o Amazonas. Autor: Desconhecido. Ano: 1690. Fonte: Source Gallica. bnf. fr/ Biblioteque Nationale de France. Gentileza de Claudemilson Oliveira.



Confluent del l'Amazone et eu Madeira, Confluent de L'Amazone et du Rio Abacaxis. Autor: Monsieur Couvai cartografado sobre os desenhos e instruções do Rev. Ignacio dos Rey. Ano: 1729. Fonte: Source Gallica. bnf. fr/Bibliothèque Nationale de France. Gentileza de Claudemilson Oliveira.

Transladações

PARALELAMENTE AO ESVAZIAMENTO da missão de Maturá e sua consequente transferência para o rio Canumã, em toda essa região crescia a movimentação de colonos capturando índios mansos e aldeados. As canoas que iam ao sertão em busca de produtos naturais exportáveis (1), voltavam trazendo escravos para Belém. Pouco valia o dispositivo do Regimento das Missões (Lei régia de 21 de dezembro de 1686) conferindo aos religiosos a exclusividade da administração dos nativos aldeados, tanto no que diz respeito ao governo espiritual quanto ao temporal e político.

Canumã desemboca no paraná do Urariá e, portanto, a nova missão ficava mais próxima do Madeira. Entre agosto de 1691 e julho de 1696, o padre Antônio da Fonseca (1663-1734) passou a geri-la, cumulativamente com a missão de Tupinambarana, e esta ficava a uns três ou quatro dias em viagem de canoa abaixo da nova sede jesuítica. Ao mesmo tempo, no interflúvio Madeira-Canumã-Abacaxis prosseguiram as investidas militares e comerciais visando à coleta de 'drogas do sertão' e ao apresamento de índios. Por mais que resistissem eles sempre saíam em desvantagem.

Em 1692, as tropas dos capitães-mores João de Moraes Lobo e Faustino Mendes chegam à região fazendo escravos e cometendo atrocidades. Em junho lá esteve o padre Antônio da Cunha, por ordem do missionário João Maria Gorzoni (1627-1711), que praticou os

Abacaxis descendo vários deles para o Pará. Nos três anos seguintes, multiplicam-se queixas sobre a morte de índios decorrentes da irrupção da epidemia de 'bexigas' em todo o Estado (2), coincidentes com o registro de uma rápida retração dos Iruri como resultado do intenso contato com os brancos. Pouco tempo depois já não se falava mais desse grupo indígena como etnia.

Os índios Torá, oriundos do Maicy e do Baixo Jamarý, tributários do Madeira, continuando a hostilizar aldeias, ameaçam Canumã. Aqui e ali, os sertanistas e as tropas de guerra encontram dificuldades impostas por eles. Um violento ataque desses nativos resulta no desmantelamento quase total da missão. Nem a capela de palha, construída com mão-de-obra indígena, escapou da sanha dos invasores. Ficou em tão má situação que só não veio abaixo porque ficou sustentada por escoras. Às pressas retiraram de lá a imagem de Nossa Senhora (3).

Em 1696, a maioria dos moradores de Canumã debilitada pela varíola e sem poder oferecer resistência às seguidas incursões dos colonos escravistas, optou por ser agregada à povoação de Abacaxis, à margem direita do rio de igual nome, a leste de Canumã, e distante 80 km em linha reta da foz do Madeira. Era a segunda transladação da missão que originou nossa cidade (4). No final de 1696, o padre Antônio da Fonseca, cansado e doente, deixou a região e retornou ao Pará.

Em maio daquele ano, de Belém, o Padre Superior José Ferreira mandou nomear diretor de Abacaxis ao padre João da Silva, o qual, acompanhado do leigo Antônio Rodrigues, deixou a capital paraense e assumiu Abacaxis em 12 de setembro. Desde então o núcleo só fez crescer passando a reunir variegados contingentes étnicos. Antes de completar um ano a povoação já abrigava cerca de 500 pessoas, distribuídas por cinco grandes malocas rodeando uma assobradada casa paroquial e a igreja de taipa de mão coberta de palha (5).

Antes do Natal de 1696, Abacaxis recebeu a visita do Superior José Ferreira. Passou sete dias batizando e pregando aos índios. Pôde

testemunhar que a pajelança e a poligamia ainda eram presentes na região. Para maior eficiência da catequese e da conversão dos índios, padre Ferreira recomendou ao padre João da Silva o cumprimento do regulamento da Ordem e, especialmente, a disseminação de missas aos domingos e dias santos de guarda; a distribuição diária dos sacramentos; a continuidade das lições de catecismo às crianças; a abertura de uma escola de “ler, escrever e contar”; o desenvolvimento entre os meninos do ensino das artes (música, teatro, pintura, carpintaria, escultura, etc.) e das técnicas agrícolas.

No aldeamento, além das missas, era comum em épocas de grandes festejos a realização de encenações teatrais, danças comunitárias, procissões. Fiel às suas obrigações, desde logo João da Silva mandou melhorar o aspecto físico da capela e encomendou de Belém o restauro da imagem da Santa Padroeira (6). Já solicitara ao Superior José Ferreira a troca da pia batismal de barro por outra de cobre ou latão e a aquisição de um novo hostiário, alfaia e um crucifixo para o altar. Lembrando que as hóstias eram feitas de farinha de mandioca, na própria missão.

Por mais que se esforçasse, João da Silva não conseguiu abolir certas práticas indígenas, consideradas pagãs. Os nativos jamais aderiram integralmente ao Catolicismo. Mantiveram muitas de suas práticas tradicionais. Não foram raros os pajés e xamãs que permaneceram como focos de resistência, por vezes dissimulando que aceitavam os ritos cristãos. Apropriando-se de suas formas externas, continuavam em segredo o culto aos seus próprios deuses, imitando os gestos de bênção, usando cruzeiros e organizando cerimônias onde ofereciam às suas divindades hóstias de farinha e cuia de bebidas feitas de ervas mágicas.

No início de 1697, em virtude de doença, o padre João da Silva foi substituído por seis meses pelo padre Antônio da Silva. Inicialmente atendido pelo homeopata Francisco Potftiz, da equipe do governador

do Maranhão e Grão-Pará, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (1655-1725), depois foi levado para convalescer em Belém. A comitiva governamental, composta de uma armada de 60 navios, subia o rio Amazonas e em março daquele ano aportou em Abacaxis onde descansou vários dias, enquanto eram completados os remeiros faltantes, reparados os barcos e refeitos seus estoques de farinha, frutas, carnes de caça e peixes.

No começo do século XVIII, Abacaxis já era considerada uma aldeia grande situada “em sítio farto e alegre”, uma povoação historicamente reconhecida e consolidada. Segundo a lista de etnônimos mandada fazer pelo jesuíta Bartolomeu Rodrigues, a comunidade detinha um elevado contingente populacional e, entre seus moradores e vizinhos, destacavam-se os Abacaxis, grupos que, de quando em vez, eram atacados pelos Mura. Ao entorno da missão contavam-se 27 tribos de várias denominações. Inclusas as do trecho intermediário Madeira-Tapajós, totalizavam 75 (7).

João da Silva pensou em mudar a missão para outro sítio e não disse as razões. O padre Domingos de Macedo, que o sucedeu em 1698, projetara “desdobrá-la em duas”, talvez devido ao desordenado crescimento dela. Macedo foi substituído em 1704 pelo padre alemão Francisco Xavier Molovetz (1672-1709). Após a morte prematura deste, e, graças à boa performance da maioria dos administradores que por ali passaram, Abacaxis prosperou muito, e nesse ponto quem mais se destacou foi frei João de Sampaio, por três vezes gerente do aldeamento (1715-1721, 1728-1730 e 1733-1742).

Em Abacaxis João de Sampaio gastou o melhor de sua vida: ergueu casa de sobrado e uma igreja em cujo redor havia grandes malocas morando em cada uma delas 100 pessoas. Serafim Leite destaca: “[...] Recolheu cacau para diversas obras do culto, ali e na igreja de Santo Alexandre do Pará, desceu perto de 400 índios de diferentes nações, catequizou-os e foi o maior apóstolo do rio Madeira” (8). Em

1730 a missão abrigava 930 habitantes e, segundo o padre João Daniel, figurava como “[...] uma das mais populosas de todo o Estado, e se podia chamar uma cidade de gente; tinha muita casaria, feitas as suas moradias ao modo do mato, muito grandes, e casa destas tinha para cima de cem cabeças” (9).

Em pouco tempo, esse aparente clima de paz e progresso no Baixo Madeira seria mudado. Nos anos 1745-1755, em seguida à terceira administração do jesuíta frei João de Sampaio (10), reiteravam-se os casos de doenças sazonais e as refregas entre agentes portugueses e indígenas, resultando no esvaziamento populacional da região. Nos últimos anos do reinado de dom João V (1689-1750), o Estado do Maranhão e Grão-Pará foi assolado por um violento surto de Varíola que devorou mais de 40 mil pessoas, a grande maioria das quais escravos índios.

Por falta de mão-de-obra, o sistema produtivo, o comércio e as consequentes rendas tributárias foram fortemente afetados. Havia que revitalizar o tecido demográfico para impulsionar o processo de colonização. Para isso, o governo seguinte do rei José I (1714-1777) teve que lançar mão de três expedientes: o recrutamento de colonos, o descimento de índios do sertão para as povoações ribeirinhas e a introdução de escravos negros.

Pari passu, os padres da Companhia de Jesus passariam a ser vistos como um obstáculo às mudanças e reformas propostas pelo governo, liderado pelo primeiro-ministro Sebastião José de Carvalho e Mello (1699-1782), originando a cruzada antijesuítica que culminaria com a expulsão em 1759 desses religiosos de Portugal e de todas as suas colônias (11).

No interlúdio, a missão itinerante que originou Itacoatiara sofreria outras duas mudanças de lugar: em 1757, de Abacaxis para um sítio da margem esquerda do Baixo Madeira, cerca de 70 km abaixo de Borba; e em 1758, dali para o Sítio *Itaquatiara*, à margem esquerda do

Amazonas, onde, no ano seguinte, seria elevada à vila com o nome de Serpa.

NOTAS

1 – Desde meados do século XVII ao final do seguinte, intensa foi a procura de cacau, cravo, salsaparrilha, copaíba, pirarucu, peixe-boi, tartarugas e outros produtos de exportação, promovida pelos colonizadores europeus. Cf. LOUREIRO (1978), REIS (1989) e SILVA (2013 e 2017).

2 – Bexiga: nome popular da Varíola. Os sinais deixados por essa doença. Cf. FERREIRA (1993), SILVA (2013, 2017 e 2018) e SITE www.bing.com/search/.../varíola-ataca+o+rio+madeira+seculo+xvii/

3 – Cf. LEITE (1943), REIS (1989), JOBIM (1948) e SILVA (2013, 2017 e 2018).

4 – Missão itinerante: como muitas que originaram grande número de cidades amazônicas. Assim foi no Estado do Pará. No rio Madeira, a antiga Trocano, antes de ser elevada à cidade de Borba foi deslocada algumas vezes. A maior parte das atuais cidades do rio Solimões se originaram de missões itinerantes.

5 – Cf. LEITE (1943), REIS (1989), JOBIM (1948) e SILVA (2013, 2017 e 2018).

6 – O restauro da imagem foi feito no Colégio de Santo Alexandre, em Belém, pelo entalhador e pintor Manuel João, e fora esculpida por santeiros do Maranhão Cf. SILVA (2017 e 2018).

7 – Cf. LEITE (1943), MENÉNDEZ (1992), PORRO (1992), AMOROSO (1992) e SILVA (2017 e 2018).

8 – Cf. LEITE (1943), JOBIM (1948), LOUREIRO (1978), REIS (1989) e SILVA (2013 e 2017).

9 – Cf. DANIEL (1976) e SILVA (1997, 1999, 2013 e 2017).

10 – Administradores da missão de Abacaxis, após o jesuíta frei João de Sampaio: padres João Roque Hundertpfundt (1744); Irmãos leigos (1745-1746); Teotônio Barbosa (1747-1750); Antônio Maisterbourg (1751-1753); Anselmo Eckart (1754); e Antônio Maisterbourg (1755-1756). Cf. SILVA (2017) e SILVA: Administradores municipais de Itacoatiara (obra inédita).

11 – Cf. LEITE (1943), BERREDO (1989), BETTENDORFF (1990), WRIGHT (2006), AZEVEDO (2008), VIOTI (2010), VIEIRA (2015), JOBIM (1948) e SILVA (1997, 1999, 2010, 2013, 2017 e 2018).

Período Pombalino

O PERÍODO POMBALINO remete à época em que Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal, exerceu o cargo de primeiro-ministro do rei dom José I. Líder do ideário iluminista e de concentração de poder, Pombal, desde que assumiu o ministério, adotou uma política de combate ao poder e influência dos religiosos nas esferas sociais e de governo. O Período Pombalino dominou todo o período josefino (1750-1777) e, no que toca à política ultramarina, o governo elegeu como um de seus objetivos prioritários o domínio efetivo sobre a Amazônia, assentado em vários aspectos.

Em primeiro lugar foi feito o deslocamento do centro político e administrativo de São Luís para Belém, mediante a inversão do nome Estado do Maranhão e Grão-Pará para Estado do Grão-Pará e Maranhão. Para governador e capitão-general foi nomeado um irmão de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o qual tomou posse em Belém em 24 de setembro de 1751 (1).

Para o Marquês de Pombal o êxito das reformas a levar a cabo na Amazônia alicerçava-se numa nova atitude dos colonos para com os naturais da região. Era preciso ganhar a confiança dos índios, torná-los vassalos do rei, em igualdade jurídica com os portugueses. Tornava-se imperioso libertar os índios da tutela dos missionários

“[...] e de toda e qualquer forma de escravidão; civilizá-los pelo ensino da religião e da moral cristã, da aritmética e da língua portuguesa, dos usos e costumes europeus; dignificá-los pelo casamento entre portugueses e indígenas; pelo acesso à posse das terras em regime de sesmarias; pelo pagamento de salários justos como retribuição do seu trabalho; pela preparação para o exercício de cargos públicos na burocracia do Estado e no governo local das vilas e aldeias” (2).

Logo no início do governo Pombal, por influência política de Mendonça Furtado, fez-se o desmembramento da Capitania do Grão-Pará e Maranhão, resultando na criação em 3 de março de 1755 da Capitania do Rio Negro, porém, prometida para ser instalada somente em 1758.

Ainda, com vistas a libertar os índios da tutela dos padres regulares (jesuítas e outras ordens), seriam baixadas em 1755: **a)** a Lei de 4 de abril conferindo aos portugueses e luso-brasileiros o direito de casar com índias; **b)** a Lei de 6 de junho declarando liberdade total e sem reserva aos índios: como vassalos do rei; **c)** o Alvará de 7 de junho cassando o poder temporal aos regulares: até então, as quatro ordens presentes na região, com destaque para os jesuítas, além do poder espiritual, exerciam também o poder temporal sobre os índios. Conforme esse Alvará, os índios passariam a ser governados no temporal exclusivamente pelas autoridades públicas civis e judiciárias, e os índios idôneos poderiam não só habilitar-se como deveriam ser preferidos para o exercício de cargos públicos nas vilas, como os de juízes ordinários, vereadores e oficiais de justiça e, nas aldeias, para os cargos de sargentos-mores, capitães, alferes e meirinhos (3).

Como pedra de remate do edifício legislativo pombalino, posteriormente seria promulgada a Lei do Diretório para ser observada nas povoações em todo o Estado do Grão-Pará e Maranhão e extensiva ao Estado do Brasil. Estariam entre seus objetivos: o fortalecimento do

aparelho estatal; a dinamização do setor produtivo; a expansão da fé sob a tutela dos bispos; a reforma dos costumes; a libertação, civilização, dignificação e enquadramento político e social dos índios, tornando-os efetivamente vassallos do rei de Portugal.

A partir dali, tornou-se necessário estabelecer uma nova divisão social de trabalho. As mulheres cultivavam mandioca, o cará, a batata-doce, o jerimum, o milho, a macaxeira. Também cozinhavam, cuidavam das crianças e produziam o artesanato doméstico. Além da caça e da pesca, os homens realizavam a derrubada da mata para fazer roçados, a confecção de canoas, armas e utensílios de trabalho e a construção das ocas - habitações coletivas. Iam também apanhar palhas para cobrir as casas, tirar esteios e caibros das matas próximas.

Antes do Marquês de Pombal, a missão da Amazônia tinha sido entregue aos padres regulares, sem qualquer dispêndio do erário régio. Este terá sido o pecado capital dos monarcas predecessores do rei José I, na medida em que, em nome da sua subsistência, estas ordens religiosas, com os jesuítas à frente, passaram a explorar a mão-de-obra indígena nas suas aldeias e fazendas, na colheita das drogas do sertão e outras atividades produtivas. Além disso, controlavam o comércio do sertão, tendo até obtido isenção fiscal sobre os produtos por eles exportados e importados, consolidando assim cada vez mais o seu poderio econômico (4).

Na primeira carta enviada do Pará a seu irmão Sebastião José, datada de 21 de novembro de 1751, Mendonça Furtado procura retratar a realidade que encontrou na região e denuncia o que entende como “os grandes males do sistema político”. Para o novo governador do Grão-Pará e Maranhão, os missionários eram mais feitores de fazendas e comerciantes que conquistadores de alma; mantinham os índios no mais rigoroso cativeiro, porque eram senhores deles, eram senhores de tudo; condenavam as tropas de guerra, as tropas de resgate e os colonos pela captura e utilização dos índios, não por filantropia, mas

porque, por essa via, lhes subtraíam à sua jurisdição; eram arrogantes, ambiciosos, orgulhosos, despóticos, desleais e traidores (5).

Em carta de 8 de novembro de 1752, o governador queixar-se-á às autoridades do reino de serem os jesuítas uns despudorados infratores das leis do Estado e da Igreja. Em linguagem metafórica, mas incisiva, em carta de 18 de fevereiro de 1754 dirigida a seu irmão, Mendonça Furtado considera os missionários inacianos as ‘ervas daninhas’ do Pará e Maranhão – que tinham que ser extintas! (6)

Na investida contra os jesuítas, Mendonça Furtado contou com a estreita colaboração do bispo do Grão-Pará, dom frei Miguel de Bulhões (1706-1778), que já era conhecido pelo poder régio anteriormente à chegada do governador à Amazônia. Era visto, de certa forma, com “bons olhos” pela Coroa. Isto fica comprovado por meio das instruções régias que Mendonça Furtado recebeu para nortear sua gestão em 1751. Estava expresso nessa documentação que o prelado paraense seria um personagem importante na busca de informações sobre o “[...] excessivo poder que têm nesse Estado os eclesiásticos”. Também seria um aliado crucial para a apuração da “verdade [...] a respeito do mesmo poder excessivo e grandes cabedais dos regulares” (7).

Antes de frei Miguel de Bulhões, o clero secular pouco representou na Amazônia, graças ao exercício do poder temporal e domínio absoluto do clero regular sobre os índios. As duas dioceses criadas no Maranhão (1677) e no Pará (1719), ambas sufragâneas da Arquidiocese de Lisboa, tiveram baixa atuação privilegiando as capitais; os seculares contentavam-se em pastorear os fiéis de Belém e São Luís. Os regulares, ao contrário, mais diligentes, iam ao encontro dos nativos do interior e, mesmo nos lugares mais longínquos, ministravam o Evangelho distribuindo a mensagem de Cristo.

O clero secular, segundo o historiador português Antônio Ladislau Monteiro Baena (1782-1850), à época,

"[...] era muito assimilado aos costumes leigos e com pouca formação, resultando inicialmente da não existência, ou melhor da instabilidade dos seminários nestas localidades. [...] Segundo, pelos grandes períodos de vacância, onde a ordenação de ministros esperava a chegada de um bispo [...]. As vacâncias variavam em suas razões, algumas por razões políticas que retardavam a nomeação do sucessor, outras por diversos bispos que tomavam posse por procuração, vindo às dioceses bem mais tarde ou renunciando antes de fazerem sua entrada no governo da Diocese. Durante o século XVIII, o bispado do Maranhão caracterizou-se por longas vacâncias. [...] Na primeira metade do século o bispado ficou sem bispo trinta anos" (8).

Dom frei Miguel de Bulhões ingressou no projeto de Pombal visando à supressão do poder demasiado dos regulares, e efetivou uma aliança junto à Coroa em um enfrentamento aberto contra os jesuítas. A confiança que Mendonça Furtado tinha no prelado paraense era tamanha que quando teve de ausentar-se rumo ao rio Negro, em 1754, para a demarcação de limites do Tratado de Madri, deixou justamente o bispo Bulhões como governador interino.

Ao se oporem frontalmente contrários ao modelo pombalino de colonização, não acatando as leis do Estado, os jesuítas ousaram desafiar a autoridade régia. Tentaram arrastar para a sua causa as outras três ordens, mas sem sucesso. Os conflitos surgiram desde cedo e tenderiam a agravar-se. Do imbróglio saíam derrotados. Porém, é justo reconhecer: as missões religiosas da Amazônia – com predomínio das jesuíticas – cumpriram o duplo papel de assegurar a expansão do Catolicismo e garantir a ocupação territorial, levando a um maior domínio português na região.

A revitalização do tecido demográfico foi outro objetivo perseguido pelo governo josefino, implementado por seu primeiro-ministro, e focou no recrutamento de colonos, no descimento de índios do sertão para as povoações ribeirinhas e na introdução de escravos

africanos. Através da Companhia Geral de Comércio do Estado do Grão-Pará e Maranhão, criada por esse governo e destinada a controlar e fomentar o progresso, comprar e vender escravos, desenvolver a agricultura e o comércio – ao longo de vários anos foram aldeados milhares de índios e mandou-se buscar outro tanto de casais de açorianos que foram distribuídos por toda a região (9).

Dados oficiais referentes ao período 1755-1760 contabilizam centenas de escravos negros trabalhando em fazendas do atual Estado do Amazonas, sobretudo nos rios Negro e Madeira. Conforme registrado em meu livro “Fundação de Itacoatiara”, naquele período, nas cercanias de Abacaxis, a mão-de-obra de certos estabelecimentos rurais era ocupada por gente africana. Com a transferência da missão para o rio Amazonas e a consequente elevação dela à categoria de Vila, vários desses escravos para lá se transferiram formando um núcleo quilombola nas cercanias da Lagoa do Jauarí – assunto sobre o qual discorreremos mais adiante (10).

A atividade comercial do Grão-Pará e Maranhão intensificou-se fortemente após a criação da Companhia Geral de Comércio, a qual estimulou o desenvolvimento da agricultura e de todo o aparelho produtivo do Estado. O aumento de navios da frota anual cresceu. Além dos produtos rotulados de ‘drogas do sertão’, seguiam nos navios destinados ao reino, madeiras destinadas à construção naval, óleos naturais, aguardente de cana, tabaco, ouro em barra e em pó, aves e animais exóticos, peixe e carne de caça. No sentido inverso, cruzavam o Atlântico rumo ao Pará e Maranhão, escravos da Guiné e de Angola, moeda provincial, alimentos enlatados, armas e munições, peças de vestuário, fardamento para os soldados, materiais para construção, sinos, ornamentos e alfaia para o serviço religioso, etc. As receitas tributárias tenderam a aumentar, potenciadas pelo sequestro e venda dos bens dos jesuítas, pelo fim dos privilégios comerciais e fiscais de que gozavam e pelo aperfeiçoamento da máquina fiscal (11).

O primeiro-ministro Marquês de Pombal, à ordem de dom José I, mandou ampliar a defesa interna e externa do Estado; foi reforçado o sistema defensivo em homens e equipamentos. Criaram-se 13 freguesias diocesanas, para a instalação das quais foram enviados objetos sacros e ornamentos. O projeto de municipalização das principais aldeias foi adiado para mais adiante. Antes, Mendonça Furtado foi compelido a tratar da questão dos limites territoriais entre Portugal e Espanha (12).

Nomeado plenipotenciário e principal comissário das demarcações da região norte, pelo lado brasileiro, foi se encontrar com o representante espanhol José de Iturriaga, e a reunião entre ambos devia realizar-se na aldeia de Mariuá, no Alto rio Negro. Mendonça Furtado deixou Belém a 12 de outubro de 1754. Acompanharam-no 1.025 pessoas, sendo 24 pilotos, 205 soldados, 411 índios e 62 criados e escravos. Além do corpo técnico, seguiram ajudantes de ordens, oficiais militares, provedores, confessores, contadores, escrivães, etc. Foram em 23 canoas grandes e a maior delas conduzia o governador. No caminho, cerca de 165 índios remeiros desertaram, pelos maltratos e trabalhos pesados que lhes eram impostos. (13).

No percurso, a comitiva de Mendonça Furtado parou no Sítio *Itaquatiara*, pernoitou e, no amanhecer seguinte, foi celebrada Missa. Era 30 de dezembro de 1754 e, antes de partirem, o governador, seu confessor e o comandante da tropa militar gravaram em uma das pedras marginais o ano, uma cruz e a palavra TROPA simbolizando a sua passagem por ali (14).

Alcançando o rio Negro em 8 de janeiro de 1755, a expedição estacionou em Mariuá, onde foram abertas ruas, erguidos prédios e construídas pontes e ali ficou Mendonça Furtado até 1756, à espera de José Iturriaga. A 1º de janeiro, o governador foi ao rio Madeira onde inaugurou a vila de Borba, antiga aldeia de Trocano onde estabeleceu

uma guarnição, a fim de bloquear o contrabando de ouro de Mato Grosso.

Antes de retornar ao rio Negro, vindo de Borba em fevereiro de 1756, Mendonça Furtado parou em Abacaxis. Anotei no 14º livro de minha autoria:

“[...] Ouviu atentamento e com sensível interesse os moradores. Anotou suas queixas em relação à insalubridade do lugar, aos seguidos ataques dos Mura e à rispidez com que eram tratados pelo padre alemão que os paroquiava. Dali seguiu para Mariuá onde permaneceu até 23 de novembro” (15). Era a segunda vez que o padre Antônio Maisterbourg governava Abacaxis (1755-1756). Mostrava-se muito impaciente e descurava de seus deveres profissionais. Sobre ele, Mendonça Furtado denunciou ao Marquês de Pombal: “[...] rezava missa em um alpendre das casas da residência, que serve de igreja”; e ao bispo do Maranhão: a igreja era “[...] um depósito de cacau onde eram vistas as imagens despojadas de seus esplendores e coroas” (16).

De Abacaxis, Mendonça Furtado seguiu para Mariuá e ali permaneceu até 23 de novembro. Já em Belém, em fevereiro de 1757, fez publicar as leis régias de dom José I, baixadas através do primeiro-ministro Marquês de Pombal e datadas de 3 de março, 4 de abril, 6 e 7 de junho de 1755. Tratavam, respectivamente, da criação da Capitania do Rio Negro; da concessão de privilégios aos portugueses que casassem com índias; de incentivar a produção e o comércio; e da criação de uma nova política indigenista na região. A última delas, Lei do Diretório, revogando o Regimento das Missões de 1686, retirava a administração das aldeias das mãos dos jesuítas, concedia liberdade aos índios – os quais passavam a dispor livremente de suas pessoas e de seus bens –, e autorizava a ereção em vilas e lugares dos aldeamentos regionais substituindo-lhes os títulos indígenas por nomes portugueses (17).

Meados de 1757. Cansados da perseguição dos Mura, e procurando um lugar mais propício à sua saúde e tranquilidade, os moradores de Abacaxis abandonaram esse sítio e foram se fixar na margem esquerda do Baixo Madeira, defronte à Ilha das Guaribas: o local ficava a cerca de 80 km abaixo de Borba (18). Lá ficaram aguardando o retorno do governador Mendonça Furtado, o qual deixou Belém a 15 de janeiro de 1758. No caminho, dando curso ao processo de municipalização, ia criando vilas e lugares e instalando câmaras municipais. As missões se tornariam vilas com administração laica e subordinadas ao governo da Capitania, num processo acentuado de retirada dos religiosos das funções que caberiam ao poder do Estado. Mendonça Furtado deu conta desse roteiro à Corte, nos seguintes termos:

"[...] A 26 de março saí [da vila de Pauxís, atual cidade de Óbidos, no Estado do Pará] e navegando pela mesma costa setentrional do Amazonas, atravesssei para a austral e, entrando pelo rio Tupinambaranas para passar ao rio Madeira cujas barras (19) examinei, feitas pelos Magués (20), Abacaxis e Canumã, saí ao rio Madeira e a 14 [de abril] cheguei à vila de Borba, a Nova [...] Aí demorei-me dois dias, vim buscar a aldeia dos Abacaxis que era da administração dos padres da Companhia, com a resolução de a erigir em vila com o nome de Serpa; porém os seus moradores me requereram instantemente que se queriam tirar daquele sítio, porque não logravam uma hora de saúde, e que se conservavam ali violentados pelos padres que os administram. Conhecendo eu que o terreno era indígena" (21), porque sobre ser um sapal nem terras tinha junto a si em que se fizessem roças, lhes ofereci com boa vontade e perguntando-lhes para onde queriam ir fundar a nova vila, me apontaram logo alguns sítios a grandíssimas distâncias no centro das matas, o que me pareceu seria prejudicial se eles fossem estabelecer àquelas distâncias e por isso lhes deferi, mas pelo contrário lhes nomeei uns poucos de sítios para eles escolherem o que lhes parecesse melhor a bem da sua saúde e da sua conveniência.

[...] Em observância desta ordem foram ver os sobreditos sítios e escolheram entre eles um chamado *Itaquatiara*, sobre o Amazonas, a dois dias de distância da sua habitação antiga, e na verdade escolheram bem, porque as terras são as melhores que aí há, pois produzem todo o gênero de frutas e o rio naquele sítio abundantíssimo e sobretudo os passageiros [encontrarão] socorro e os índios não só tirarão grande lucro dos seus trabalhos na venda de mantimentos, mas civilizar-se-ão. [...] Na povoação que deixo nada se perde" (22).

Como visto, Mendonça Furtado tinha propósitos elevados em relação à futura Itacoatiara. Após distanciar-se de Óbidos, já em território amazonense, navegou pelos paranás do Ramos e Tupinambarana e, após alcançar o rio Madeira, tratou com os habitantes de Borba. De lá, aos 17 de abril, foi se encontrar com os moradores de Abacaxis. Conforme registrou na carta que enviou à Lisboa, vinha com a resolução de erigir a missão jesuítica "em vila com o nome de Serpa". Entretanto, face à queixa dos comunitários de que não estavam satisfeitos com o lugar, sugeriu-lhes outros mais propícios ao seu bem-estar, e eles optaram pelo Sítio *Itaquatiara*, "[...] a dois dias de viagem da primitiva habitação" (23). O governador conhecia muito bem *Itaquatiara* e sabia das potencialidades de toda a área adjacente.

A 6 de maio de 1758, já no Alto rio Negro, Mendonça Furtado instalou a vila de Barcelos, ex-aldeia de Mariuá, a qual passou a sediar a Capitania de São José do Rio Negro. A seguir, deu posse ao governador, seu sobrinho afim, Joaquim de Mello e Póvoas (c.1722-1787).

O estadista português retornou a Belém e, chegando a 1º de abril, transferiu as rédeas do governo ao seu substituto legal e em seguida viajou para Lisboa, aonde em 28 de maio de 1759 assumiu o cargo de secretário de Estado adjunto ao Marquês de Pombal e, pouco depois, o de ministro da Marinha e dos Negócios Ultramarinos. Porém,

antes de partir deixou orientações a Joaquim de Mello e Póvoas para dar continuidade ao trabalho de municipalização na Capitania de São José do Rio Negro. Em 3 de setembro de 1759, o rei dom José I mandou expulsar dos seus reinos e domínios os religiosos da Companhia de Jesus (24).

Quase vinte anos após a ascensão do governo pombalino é desfeita a unidade orgânica do Estado do Grão-Pará e Maranhão, optando-se por uma estrutura bipolar: suas quatro capitanias passam a constituir dois estados autônomos, sob a chefia de Lisboa: o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, criado em 1772 e sediado em Belém, e o Estado do Maranhão e Piauí, criado em 1774 e sediado em São Luís (25).

NOTAS

1 - Cf. AZEVEDO (1999 e 2004) e AZEVEDO E SILVA (2002).

2 - Cf. AZEVEDO E SILVA (2002) [<http://e%20SITE%20www.uc.pt/fluc/iheu/.../modelopombalino/>] e SITE www.uc.pt/fluc/iheu/.../modelopombalino/.

3 - Cf. Coleção das Leis, Decretos e Alvarás [...] Oficina de Miguel Rodrigues, Lisboa, 1761, citado por AZEVEDO e SILVA (2002).

4 - Cf. o autor acima mencionado.

5 - Cf. MENDONÇA (1963).

6 - Cf. o autor acima mencionado.

7 - Idem, idem.

8 - Cf. BAENA (1963) e RAMOS (1985).

9 - Cf. A.H.U., Pará, 16/05/1750 e 29 e 31/05/1751, in AZEVEDO E SILVA (2002). Também referido por REIS (1989), LOUREIRO (1978) e SILVA (2013 e 2017).

10 - Cf. BATES (1979) e SILVA (1997, 2013 e 2017).

11 - Cf. A.H.U, Pará e Maranhão, anos 1751 a 1755, in AZEVEDO e SILVA (2002), AZEVEDO (1999 e 2004) [<http://e%20SITE%20www.uc.pt/fluc/iheu/.../modelopombalino/>] e SITE www.uc.pt/fluc/iheu/.../modelopombalino/.

- 12 - Cf. AZEVEDO (1999 e 2004) AZEVEDO E SILVA (2002) e SITE acima referido.
- 13 - Cf. JOBIM (1948), LOUREIRO (1978 e 2011), REIS (1989), MONTEIRO (2002) e SILVA (1997, 2013 e 2017).
- 14 - É a Pedra Histórica de Itacoatiara, atualmente exposta na Praça da Catedral. Cf. SILVA (2013 e 2017).
- 15 e 16 - Cf. Textos inseridos à página 139 de "Fundação de Itacoatiara", 2ª Edição/ 2017.
- 17 - Cf. LOUREIRO (1978), AZEVEDO (1999 e 2004), REIS (1989) e AZEVEDO E SILVA (2002).
- 18 - Nota: O padre João Daniel, citado por Serafim Leite, Anísio Jobim, Mário Ypiranga e outros autores, refere que o núcleo esteve junto ao Lago do Sampaio, próximo ao sítio onde Mendonça Furtado reencontrou os comunitários. Cf. LEITE (1943), JOBIM (1948) e MONTEIRO (2018).
- 19 - Segundo Mário Ypiranga: "Seria uma referência a 'barracas', que o transcritor do apógrafo tomou por 'barras', e, completando o ilustre historiador, "visto ser comum à época o uso de abreviação das palavras, mesmo em cartas particulares e comuníssimas nos documentos oficiais". Cf. MONTEIRO (2018).
- 20 - Corrija-se para Maués. Cf. MONTEIRO (2018).
- 21 - Segundo Mário Ypiranga, "Ainda aqui parece ter havido má interpretação do texto original. Deve ser lido 'indigno'". Cf. MONTEIRO (2018).
- 22 - Cf. Carta de 4/07/1758 de Mendonça Furtado ao ministro português Tomé Joaquim da Costa Corte Real, in BELEM (1912), e ainda cf. LEITE (1943), JOBIM (1948), LOUREIRO (1978), REIS (1989), MONTEIRO (2018) e SILVA (2013, 2017 e 2018).
- 23 - Cf. Carta e autores anteriormente citados.
- 24 - Idem, idem.
- 25 - Cf. Collecção das Leys, Decretos e Alvarás, que comprehende o feliz reinado delrey fidelíssimo D. Joze o I, Lisboa. Officina de Miguel Rodrigues, vários anos, in AZEVEDO E SILVA (2002).



Marquês de Pombal. Sebastião José de Carvalho e Mello. Primeiro-ministro de Portugal no reinado de dom José I. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Marqu%C3%AAs_de_Pombal_\(1864\)_-_Ant%C3%B3nio_Joaquim_de_Santa_B%C3%A1rbara.png](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Marqu%C3%AAs_de_Pombal_(1864)_-_Ant%C3%B3nio_Joaquim_de_Santa_B%C3%A1rbara.png)



Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759). Fonte: Esta imagem provém do Wikimedia Commons, um acervo de conteúdo livre da Wikimedia Foundation que pode ser utilizado por outros projetos.

A Travessia. Vila de Serpa

O SÍTIO *ITAQUATIARA*, que em 1758 Mendonça Furtado indicara à transferência da missão de Abacaxis, era cercado por uma imensa área coberta de vegetação, nas categorias matas de terra firme, matas de várzea e matas de igapós, além de vários igarapés e lagos piscosos. Este espaço geográfico é no Médio Amazonas uma das áreas de maior e melhor ventilação. A sua privilegiada posição, sem muitos obstáculos topográficos, faz com que a influência da circulação dos ventos tenha uma predominância maciça quase durante todo o ano.

O lugar, sem dúvida, oferecia melhores condições de habitabilidade pública e comunicação com outros centros regionais, trazendo as condições de progresso e bem-estar buscadas há muitas décadas pelos primeiros habitantes de Itacoatiara. Demais disso, a localização estratégica do sítio atendia aos interesses da Coroa portuguesa possibilitando um maior controle sobre as aldeias vizinhas. O próprio Mendonça Furtado comemoraria a instalação do burgo naquele espaço:

“[...] O rio naquele sítio é abundantíssimo e sobretudo está na estrada real destes sertões, e com esta vila acharão os passageiros socorro e os índios [...] civilizar-se-ão” (1).

Milenarmente conhecido dos índios Aroaqui que, procedentes das fronteiras de Venezuela e Colômbia, residiram nas imediações circuitando pelo Baixo rio Urubu, os quais, perseguidos pelas tropas de guerra portuguesas, dali se retiraram em meados do século XVII – desde lá o sítio tornou-se um local tranquilo, parada dos viajantes ou estação de repouso de muitas personalidades que subiam e desciam o Amazonas em missão oficial, de estudo e/ou de pesquisa.

O Sítio *Itaquatiara* foi decantado pelos padres-historiadores João Daniel e José Monteiro de Noronha e inserido como sítio histórico na Planta do Rio Amazonas, elaborada em 1756 pelo engenheiro alemão João André Schwebel (1718-1759), cujo manuscrito original guarda-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Entre as altas figuras que ali pernoitaram destacamos: em 1744, o sertanista português Francisco Xavier de Moraes (1700-c.1788) e em 1754, o astrônomo húngaro Inácio Samartone (1718-1793) e o governador Mendonça Furtado (2).

A transferência da missão de Abacaxis para a margem esquerda do Amazonas iniciou-se em 18 de abril de 1758 e foi realizada por grupos de índios Abacaxis, Arara, Iruri, Mundurucu e Torá. Vieram centenas deles. Descendo o rio, suas canoas foram impulsionadas com cautela possibilitando uma viagem sem atropelo. Demonstravam assim não serem tão ingênuos: era tempo de cheia e desde o Madeira vinham beirando o rio até à sua foz. De lá atravessaram para o Amatari e continuaram remando rente à margem ‘driblando’ correntezas até findar a viagem.

A área escolhida para a futura sede municipal, ao largo do Sítio *Itaquatiara*, ficava uns 400 metros a montante do Igarapé do Jauari. Mas os primeiros dias foram utilizados para agasalar as famílias que chegavam e, para tanto, foram levantadas ao longo da beira do rio várias tendas de palha, material colhido nas matas próximas. Antes de partir para Lisboa via Belém, retornando do rio Negro, Mendonça Furtado providenciara a contratação de capatazes brancos para dirigir os

trabalhos de desmate e limpeza da área, a liberação de recursos destinados ao pagamento de mão-de-obra e à aquisição de mantimentos, tudo em consonância com a Lei do Diretório (3).

Conforme referi à página 144 do livro “Fundação de Itacoatiara”, edição de 2017,

“[...] Em nove meses de trabalho árduo, e às vezes descontinuado, aquele pedaço de mata densa transformou-se numa imensa clareira onde se colocavam dispersamente dezenas de construções simples em madeira e palha. Dali a pouco, o povoado alcançaria os foros de vila, ajustando-se à forma municipalista primária. Paulatinamente, àqueles pioneiros vieram se juntar remanescentes dos povos Aaná, Anicoré, Aponariá, Baniba, Bary, Cumaxiá, Curuaxiá, Juma, Juqui, Juri, Maué, Mura, Pariqui, Passé, Sará, Tururi e Urupá” (4).

Segundo opinei na mesma obra, “[...] As ferramentas usadas na cansativa faina consistiam de machados de pedra e, de permeio, alguns ‘modernos’ de ferro” (5). Entretanto, face à evolução das minhas pesquisas, optei por dar outro sentido ao trabalho de desflorestamento da área em foco: na realidade, o emprego dos machados de ferro não foi “de permeio”, foi massivo, total. Demais disso, creio que agi coerentemente ao afirmar que a operacionalização, em 1758, do desmate da área demarcando os fundamentos de nossa cidade, deu ensejo a que o Município de Itacoatiara se incorporasse aos pioneiros no uso da tecnologia dos machados de ferro, desde o século XVIII.

É preciso que se diga: a mata virgem tinha que ser abatida para que a civilização penetrasse no lugar dela. Há que se reconhecer, por outro lado, a total impossibilidade de serem derrubados, através de machados de pedra, em oito meses, várias centenas de gigantescos e grossos pés de árvore que dominavam um quadrilátero de mais de dois hectares que corresponde, atualmente, à Praça da Catedral e inclusa toda a área edificada até à beira do rio.

A difusão do uso dos machados de ferro em substituição aos de pedra fez aumentar sobremaneira a produtividade do trabalho reduzindo o tempo para a derrubada das árvores (5). Para não alongarmos este assunto, leiamos o cientista suíço Emilio Augusto Goeldi (1859-1917):

“[...] Tive a oportunidade de assistir a uma palestra no Rio de Janeiro, [...] me impressionou a descrição que o palestrante traçou de um índio Baikiri, [...] no momento em que vibra o machado de pedra pré-histórico para, de maneira penosa, pôr a seus pés a enorme árvore da floresta nativa necessária para suas atividades. [...] O autóctone, que, nas cabeceiras do Xingu permaneceu alheio a qualquer contato com a cultura, passa a manhã inteira junto à árvore escolhida, iniciando com sua ferramenta grosseira um trabalho durante o qual o encontra o sol do meio-dia e, em tom de despedida, o da tardinha. [...] Os dias se passam, semanas depois o Baikiri ainda golpeia o tronco da árvore da mesma maneira - um milagre da perseverança - gastando luas num trabalho que para um machado de aço norte-americano seria coisa de algumas horas” (6).

Graças à Companhia Geral de Comércio foi possível adquirir muitos machados de ferro, que Mendonça Furtado mandou empregar na abertura da clareira disposta às primeiras edificações de Serpa e na feitura de muitos roçados nas circunvizinhanças. A partida de Mendonça Furtado da Amazônia, prejudicou enormemente seus planos em relação à Vila. De acordo com o filósofo e escritor amazonense Alfredo Lopes,

“[...] Itacoatiara é, dos biomas amazônicos, o mais adequado para a bioprospecção de negócios, pela variedade e generosidade genética que deixou atarantado o irmão do Marquês de Pombal, Mendonça Furtado. Ele descortinou a bonança da (geo)biodiversidade monumental. [...] Instalou governança especial no Baixo Amazonas, olhando miríades de riquezas nas cercanias da vila de Serpa, pelas evidências

estratégicas de navegação e oportunidades, evidências que expedições europeias já haviam notado” (7).

Concluído o desmatamento e feita a limpeza do terreno designado à instalação da Vila, a povoação se definiu em torno de uma grande praça quadrangular, de frente para o rio Amazonas, em cujo centro foi construída a igrejinha e à sua frente fincada uma grande cruz. À direita da capela, quase rente à orla, foi erguida a Casa da Câmara e um pouco atrás as casas dos agentes públicos. Nos fundos da igreja ficava o Cemitério e, no lado oposto, a escola, as oficinas, um pomar e a horta. Além do Cemitério, espalhando-se para os lados, ficavam as moradias dos índios. Todas as construções eram em madeira e palha. A população do burgo, estimada em mais de 400 pessoas, era em sua maior parte de índios aculturados; havia uns 55 residentes brancos e dois ou três escravos negros.

O ato de criação da comuna decorria das instruções deixadas por Mendonça Furtado ao governador Joaquim de Mello e Póvoas. Procedente de Borba, Mello e Póvoas chegou no dia 31 de dezembro de 1758, véspera do evento, à frente de uma comitiva composta do vigário-geral da Capitania José Monteiro de Noronha; do comandante militar Gabriel de Souza Filgueiras; do juiz João Nobre da Silva; do procurador da Câmara de Barcelos Agostinho Cabral de Souza; do tabelião e escrivão da mesma Câmara sargento-mor Francisco Xavier de Andrade; do engenheiro alemão Felipe Sturm; e de alguns oficiais da força militar e ajudantes de ordem.

Na manhã de 1º de janeiro de 1759, em obediência ao Código Filipino e à legislação acessória que regulavam o regime municipal português, deu-se o ato solene de instalação da Vila de Nossa Senhora do Rosário de Serpa, nome oficial da nova circunscrição administrativa. O título “Serpa” reportava-se a uma das comunidades da Real Casa de Bragança e, principalmente, atendia ao que fora determinado por Mendonça Furtado antes de deixar a Amazônia: os nomes gentílicos

das aldeias, quando elevadas a vila, deveriam ser substituídos por topônimos portugueses (8).

A cerimônia revestiu-se das formalidades de praxe. Levantado o Pelourinho, símbolo das franquias municipais, à feição de coluna, o governador Mello e Póvoas, cercado de seus auxiliares e convidados, declarou criado o povoado mandando ler o nome dos que nomeara para diretor da Vila e para integrar a Câmara Municipal. Na sequência, os vereadores prestaram o Juramento dos Santos Evangelhos e a sessão foi encerrada com a Missa em ação de graças rezada pelo vigário-geral padre José Monteiro de Noronha.

A Câmara foi composta de cinco membros, inclusive o presidente e o procurador, que seriam eleitos anualmente. O diretor não tinha mandato fixo; era um cargo de confiança do governo. Respondia pela administração do burgo, pela arrecadação dos dízimos e o controle da mão-de-obra indígena. Entre seus encargos estavam: o de estimular o uso da língua portuguesa entre os nativos; animá-los para o desenvolvimento do trabalho agrícola e a prática do comércio; estimular uma relação amistosa entre índios e brancos, assim como o casamento entre os mesmos.

De acordo com Arthur Reis, “[...] escolhidos entre os nativos, os vereadores em sua quase totalidade não sabiam ler nem escrever, donde as atas serem assinadas de cruz. [...] Aquele mais ilustrado, capaz de redigir uma ata, na realidade estava com o poder nas mãos” (9). Infelizmente, não conseguimos descobrir esses primeiros escolhidos. Os elementos documentais referentes a esse período perderam-se durante a guerra da Cabanagem (1835-1840). Nessa mesma cerimônia de instalação da Vila foi instalada a Paróquia de Serpa, segmento da Igreja Católica que, em nível local, substituíra à Ordem dos jesuítas – um assunto que será tratado no Capítulo seguinte.

O governador Joaquim de Mello e Póvoas, após presidir a instalação de Serpa, dirigiu-se à missão de Saracá, no Baixo rio Urubu, e

a erigiu em Vila com o nome português de Silves. De volta a Barcelos encomendou ao engenheiro militar Felipe Sturm a confecção das plantas de Borba, Serpa e Silves. Nos desenhos que realizou para as vilas de Serpa e Silves é visível a base de planejamento militar. Para Serpa, o engenheiro propôs um hexágono regular, fazendo a Vila literalmente na forma de uma fortaleza. Para Silves, o plano apresentado prevê uma Vila com duas grandes praças retangulares. Os originais de ambas se encontram em perfeitas condições na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa (10). Mas adiante, à página 153, será inserida uma cópia da planta de Serpa.

De Barcelos, Joaquim de Mello e Póvoas, em carta-relatório de 16 de janeiro de 1760, deu conhecimento às autoridades portuguesas das providências tomadas e, no final do ano, viajou para São Luís onde foi assumir o governo do novo Estado do Maranhão e Piauí (11).

NOTAS

1 - Cf. Carta de 4/07/1758, de Mendonça Furtado, enviada ao ministro português Tomé Joaquim da Costa Corte Real, in BELÉM (1912). Ainda cf. LOUREIRO (1978), REIS (1989) e SILVA (1997, 2013 e 2017).

2 - Cf. JOBIM (1948), MENDONÇA (1963), LOUREIRO (1978), CEDEAM-UFAM (1983), REIS (1989) e SILVA (1997, 2013 e 2017).

3 - Cf. MENDONÇA (1963), REIS (1989) e SILVA (2013 e 2017).

4 - Cf. SILVA (2017).

5 - Cf. DIAS (1970).

6 - Cf. GOELDI (2009). Nota: Emílio Goeldi foi diretor do Museu Paraense que leva o seu nome.

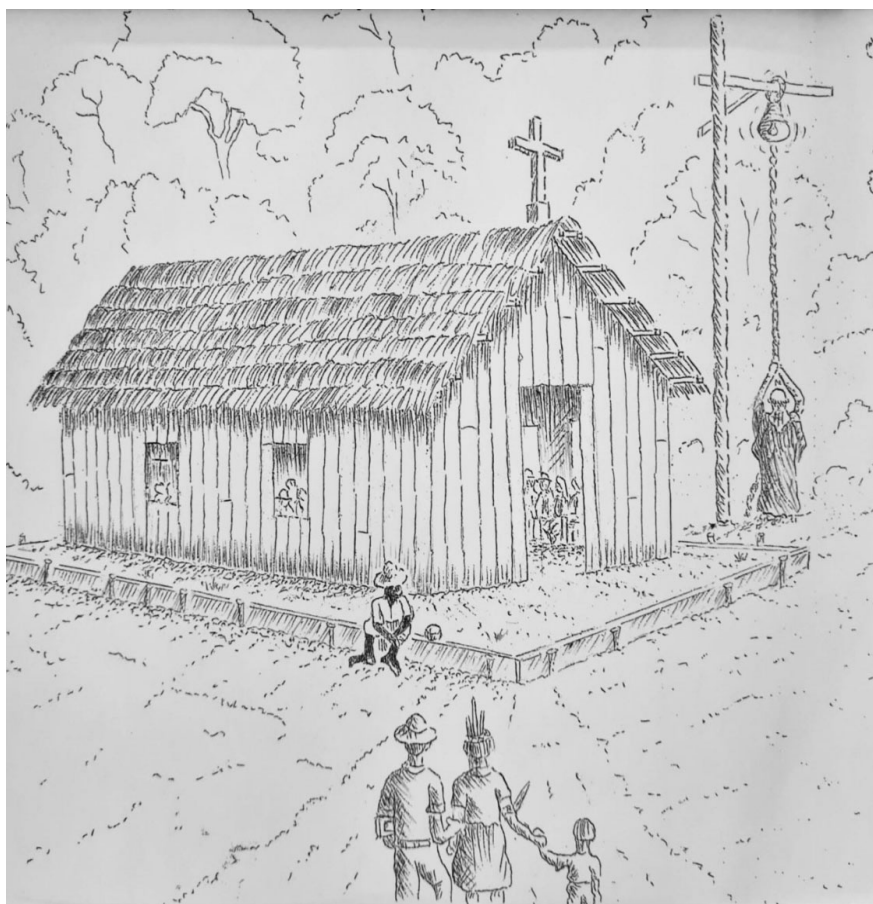
7 - Cf. LOPES (2014), in artigo no Blog de Francisco Gomes: www.francisco-gomesdasilva.com.br, Seção de Política e Economia, 30/06/2014.

8 - Cf. JOBIM (1948), CANTANHEDE (1958), LOUREIRO (1978), REIS (1989), MONTEIRO (2002 e 2018), SANT-ANA NERY (2018) e SILVA (1965, 1997, 2013 e 2017).

9 - Cf. REIS (1934) e MONTEIRO (2018).

10 - Cf. ARAUJO (2012) e TEIXEIRA (2012).

11 - Cf. LOUREIRO (1978), REIS (1934 e 1989), MONTEIRO (2002) e SILVA (2013 e 2017).



Capela de madeira e palha. Primeira Igreja da Paróquia de Serpa (1759). Desenho figurativo. Bico de pena do pesquisador e documentarista Thyrso Munhoz.

Paróquia do Santo Rosário

DESDE QUANDO O GOVERNO do Marquês de Pombal manifestou-se desinteressado em manter os jesuítas trabalhando na Amazônia, na década de 1750, a vida espiritual na região passou a viver dias angustiosos. Para o governo, os regulares eram comerciantes e não missionários. A situação pioraria com a notícia levada a Lisboa acusando os jesuítas de “[...] estarem a despojar as igrejas das aldeias e demais estabelecimentos que mantinham no interior, de imagens, alfaías e outros objetos do culto” (1). Sentindo-se ofendidos, os jesuítas se negaram a continuar missionando. A crise tanto cresceu que, em 1759, eles seriam expulsos da Amazônia.

Para dirigir os povoados, criados à luz da Lei do Diretório, Mendonça Furtado designou funcionários civis. E para cuidar da formação espiritual das vilas criadas, o bispo frei Miguel de Bulhões instituiu as paróquias. (Lembremos que a transformação dos aldeamentos missionários indígenas em vilas e paróquias seculares – processo de secularização das missões –, decretada entre os anos de 1755 e 1758, e a expulsão dos jesuítas da Amazônia, resultaram de medidas reformistas do governo do primeiro-ministro Marquês de Pombal). Porém, face à insignificância do número de sacerdotes seculares na região, as dificuldades para preencher as vagas de vigário não foram sem conta. Convidados, os prelados de ordens se negaram: não se sujeitariam ao bispo Bulhões.

Portanto, não havia clero para as freguesias. O Seminário de Belém, mantido por ordem régia, não produzia efeitos como era esperado. Para amenizar a situação da capital do Estado, em agosto de 1758 trouxeram de Lisboa dez frades da Congregação de Santo Antônio. A recém-criada Capitania de São José do Rio Negro, no Alto Amazonas, onde fora instalada uma Vigararia-Geral, confiada ao padre José Monteiro de Noronha, ficaria vários anos sem padres (2).

Simultaneamente à inauguração da Vila, em 1º de janeiro de 1759 foi instalada a Paróquia, e, ambas, receberam o mesmo título: Nossa Senhora do Rosário. Na legislação que estabelece a simbologia associada às freguesias portuguesas, surgem menções aos oragos dessas freguesias. Este fato tem dois significados: o religioso, de estender a proteção do Santo ou Santa protetor(a) para além do templo, a toda a freguesia; e é um arcaísmo que reflete nos dias atuais as origens antigas das cidades. Dessarte, padres e agentes do governo português concordaram em consignar na Ata o título: Vila de Nossa Senhora do Rosário de Serpa.

Talvez não tinha trinta dias antes da instalação da Vila e os comunitários se juntaram para construir a pequena capela em madeira e palha, de chão batido e ‘mobiada’ com bancos rústicos de madeira e balcão improvisando um altar. Era o que se podia fazer naqueles tempos difíceis. Os comunitários agiam na base da coragem e do entusiasmo. Contrastando com o ambiente acanhado, sem afetação, ali foi colocada a imagem relicária de Nossa Senhora.

Muitas imagens portuguesas vieram para a Amazônia, trazidas pelos missionários com a intenção de catequizar os nativos. A imagem de Nossa Senhora do Rosário, destinada a servir como Padroeira da futura Itacoatiara, teve um condutor especial: Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Antes mesmo de assumir o governo da Amazônia, ele decidiu nomear a vila com o nome de Serpa e o fez em homenagem à freguesia homônima encravada na região do Alentejo, donde seus ascendentes

eram originários. O orago oficial da freguesia portuguesa de Serpa (3) é Santa Maria, festejada anualmente a 1º de janeiro – dia escolhido pelo governador Mendonça Furtado para instalar a Serpa amazônica.

Nessa escultura o barroco da primeira metade do século XVIII evidenciou o espiritualismo e, mais que tudo, a perfeição estética das imagens em madeira policromada oriundas de Portugal. A imagem da Virgem do Rosário mede sessenta e seis centímetros de altura e quarenta e três de largura. Apresenta-se sobre um pedestal e desperta atenção por suas feições europeias: estatura ligeiramente inferior à média, rosto arredondado, pele branca, cabelos ondulados escuros e olhos castanhos. Carrega em seu braço esquerdo o Menino Jesus e segura, na mão direita, o Rosário ou Terço. Suas vestes possuem panejamentos ondulantes com ornamentos dourados. O pequeno Jesus mantém sobre a palma da mão esquerda uma bola representando o globo terrestre. Coroas cobertas de metal prateado enfeitam a cabeça de ambos.

A Contrarreforma Católica deu uma atenção redobrada à imaginária sacra, seguindo antiga tradição que afirmava que as imagens de santos, pintadas ou esculpidas, eram intermediárias para a comunicação dos homens com as esferas espirituais. As imagens deveriam cumprir com o quesito de serem instrutivas e moralmente exemplares para os fiéis, buscando persuadi-los. Nos séculos XVII e XVIII, a estratégia dos jesuítas para converter os gentios era repassar preceitos necessários à afirmação do Catolicismo, por meio do ensino da música, teatro e ofícios manuais. Através das imagens, as barreiras linguísticas e conceituais eram aliviadas. Ao mesmo tempo, os primeiros missionários acreditavam que, por meio dessas práticas se dava o melhor método para ‘amansar’ o selvagem.

Além do Culto a Jesus, o Catolicismo incentiva o Culto à Virgem Maria e aos santos. A Igreja sempre venerou Maria como sua Mãe, e há uma razão lógica: ela é a Mãe de Jesus, Cabeça da Igreja. As primeiras

imagens que ilustraram os altares da antiga missão itinerante que originou a nossa cidade foram produção regional, oriunda das oficinas do Grão-Pará e Maranhão, porém, a imagem da Santa Padroeira, que aqui se venera há 263 anos, é de matriz portuguesa (4).

Nos anos iniciais da Ordem dos jesuítas na Amazônia as esculturas vinham principalmente de Portugal, por meio de doação de fiéis ou sob a forma de encomendas à Coroa portuguesa. A produção de artigos escultóricos em São Luís e Belém se iniciaria somente após a instalação das aldeias de catequese, em meados do século XVII. As bases desse trabalho têm origem nas oficinas jesuíticas instaladas nas referidas cidades, e foram elas que ditaram os modelos de confecção e influenciaram a produção de imagens de santos mesmo após a saída da Ordem da região.

A Companhia de Jesus procurou aproveitar todos os recursos, tanto de materiais quanto de mão-de-obra, para a confecção das imagens sacras. A produção das oficinas do Estado do Grão Pará e Maranhão se favorecia pela abundância de madeira e tabatinga (5). A importação de obras foi aos poucos cedendo lugar à produção regional, à medida que a Ordem dos jesuítas trazia ao Estado artífices de diversos países da Europa, ditando assim o sistema de confecção de pintura e escultura montado para dar conta dos ornamentos para as igrejas da Amazônia (6).

De acordo com o padre João Daniel, o cedro vermelho (*cedrela odorata*) era madeira abundante e largamente utilizada pelos escultores. Em meados do século XVII teve início à coleta e exportação de madeiras colhidas à borda da costa marítima da Amazônia maranhense, no trecho localizado nas proximidades do rio Moju. O envio desse material para o Reino ganhou grande impulso a partir da criação, em 1755, da Companhia Geral de Comércio, com monopólio de compra e transporte de escravos africanos e com a responsabilidade de expansão mercantil dos produtos tropicais. Ressalte-se que a madeira

embarcada para Portugal não era somente enviada em estado bruto, ou seja, em toras, mas também beneficiada aqui mesmo na Colônia (7).

O acervo dos colégios de Nossa Senhora da Luz (São Luís) e Santo Alexandre (Belém) é composto, principalmente, por peças dos séculos XVII e XVIII, na sua maioria em madeira; outras obras estão abrigadas em igrejas e capelas no interior dos estados do Pará e Maranhão. Em relação às missões de catequese do atual Estado do Amazonas, nada restou do acervo existente, à época: até as imagens da aldeia itinerante que deu origem à Itacoatiara, desapareceram.

Vinculada à Diocese do Grão-Pará, também conhecida por Bispado de Belém, a Paróquia de Serpa, nos primeiros tempos, passou por momentos críticos. A Diocese, em face de responder por uma extensíssima jurisdição, defrontava-se com um número deficiente de elementos para cobrir as atividades religiosas do Estado inteiro. O retraimento desses serviços, que era uma consequência da expulsão dos jesuítas, trouxe prejuízos inclusive à Paróquia de Serpa, a qual, durante um certo período, sofreria com a falta de cura fixo.

A carência de sacerdotes era, em parte, suprida pelo vigário-geral da Capitania, que, quando possível, vinha desobrigar os fiéis da Vila paroquial. Comumente recorria-se aos vigários “encomendados”, porque, durante um largo período, nas paróquias só atuavam párocos “colados”. Os “encomendados” eram padres chamados a exercer provisoriamente o seu mister; sustentavam-se cobrando taxas da população pelos serviços religiosos prestados, enquanto os “colados” eram nomeados em caráter permanente, não podiam ser removidos a não ser por vontade própria e eram incluídos na folha de pagamento estatal recebendo um salário chamado cônica (8).

Desde 1769, um sino de bronze em tamanho médio, instalado em uma torre sineira fincada em uma das laterais do pequeno templo, batia as horas e chamava os fiéis à Missa. A novidade viera de Portugal, enviada pelo então ministro da Marinha e Ultramar, Mendonça Furtado

– era o “Sino de Serpa” e, segundo a crônica colonial, até chegar ao seu destino daria muito o que falar: havia se perdido nos escaninhos da burocracia colonial (9).

Em 1772 o governo português mandou criar o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, a partir da cisão do Estado do Grão-Pará e Maranhão. A outra unidade criada foi o Estado do Maranhão e Piauí. No ano seguinte o vigário-geral José Monteiro de Noronha, é transferido para Belém e em seu lugar assume frei Francisco de Nazaré. Em 21 de setembro de 1774, o ouvidor e intendente-geral da Capitania Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (10), em cumprimento às Ordenações do Reino, desembarca na Vila de Serpa, em viagem de inspeção, e marca eleições municipais para a segunda oitava de Natal – 10 de janeiro do ano seguinte (11).

O ouvidor-geral passou dois dias em Serpa. Teve boa impressão do lugar “[...] cuja praça vistosa forma um paralelograma, a igreja e as casas do pároco e do encarregado do povoado acham-se em bom estado, mas as casas dos moradores estão sem cobertura, cadeia não há e o seu diretor Manoel Teixeira é negligente e descuidado” (12). A população local algarismava-se em 366 habitantes: 285 índios (142 mulheres e 143 homens), 59 brancos e 22 escravos. Dez anos depois, segundo Antônio Ladislau Baena, seriam 1.200 habitantes (13).

Com o falecimento de dom frei Miguel de Bulhões, em 30 de setembro 1778, assume a Diocese de Belém dom frei Caetano Brandão (1740-1805), o qual, em maio de 1787, visita a Paróquia de Serpa, sendo recepcionado pelo diretor da Vila Antônio Vieira Corrêa da Maia. Na subida do rio dom Caetano achou a Capela de Serpa “[...] em estado miserável, estava em osso, negra e toda esburacada, e determinou a sua imediata reparação. Na volta, encontrou-a caiada e já com diferente aspecto” (14).

À medida do passar do tempo, quando se esperava substanciais melhorias à Vila de Serpa, eis que em 1791 a pequenina igreja foi devorada por um misterioso incêndio – sendo a imagem da Padroeira milagrosamente salva. Seria, quatro anos depois, reconstruída pelo governador Manoel da Gama Lobo d'Almada (c.1735-1799). Ainda que um prédio pequeno e malfeito, avarandado (media 11 metros de frente por 8,5 metros de fundo), construído de taipa de mão, sendo uma parte coberta de palha e outra, de telha, seu aspecto não guardava relação alguma com a acanhada igreja de madeira e palha de antes.

Cognominado por Arthur Reis de “[...] o maior administrador do Amazonas no período colonial” – Lobo d'Almada assumira a direção da Capitania do Rio Negro em 9 de fevereiro de 1788. Segundo o novo governador, Barcelos – por estar longe das vilas e povoados amazônicos e especialmente do poder decisório em Belém – não podia permanecer como capital; por isso, decidiu transferir a sede do governo para o Lugar da Barra (atual cidade de Manaus). A partir da nova capital, Lobo d'Almada, “[...] em visão de estadista”, revolucionou a administração e, por isso, passou a ser perseguido pelo governador do Grão-Pará, Francisco de Sousa Coutinho (1764-1823) (15).

Esclarece ainda o grande historiador Arthur Reis,

“[...] Sem ser vila, o Lugar da Barra disputava às que existiam, a Barcelos principalmente, as honrarias de que gozavam em virtude da situação política. A sua população cresceu. A da Capitania também. Lobo d'Almada levantava o rio Negro do abatimento em que vivia. Por toda a parte se lhe notava a energia construtora [...]. Tudo se desenvolvia. Sentia-se confiança no amanhã radioso que surgia com a obra maravilhosa realizada. [...] E cresceu tanto a fama do grande administrador, fomentando a velha inveja e a desconfiança do governador do Grão-Pará. [...] O último golpe veio da carta régia de 2 de agosto de 1798, para transladar a capital da Capitania a Barcelos.

[...] No ano seguinte Barcelos voltou à sua velha condição. [...] Lobo d'Almada não resistiu às contrariedades [...], faleceu a 27 de outubro de 1799" (16).

Em 1796, por imposição da Junta de Justiça do Grão-Pará, a Câmara Municipal de Serpa passou a ser presidida por juizes-de-fora (17), nomeados diretamente por Lisboa. Saía, assim, das mãos dos nativos aculturados o exercício do voto e da vereança, passando esse direito aos representantes da classe proprietária – os chamados “homens bons”.

NOTAS

1 – Cf. REIS (1942).

2 – Cf. REIS (1942) e SILVA (1997, 1999, 2013, 2017 e 2018).

3 – Serpa: cidade raiana portuguesa pertencente ao distrito de Beja, na região do Alentejo. Topônimo que remonta ao domínio romano, há cerca de 2.000 anos. Dista de Lisboa 159 km. Cf. SITE www.serpa|visitportugal.com/pt/content/serpa.

4 – Cf. ALVES (2007), COSTA (2009), MELO (2010) e SITE www.artesacra-crista.blogspot.com/2007/.../sobre-arte-imaginária/.../.html.

5 – Madeira: especialmente o cedro. Tabatinga: termo tupi dado à argila (barro branco), muito encontrada na beira dos rios amazônicos. Argila que era usada em substituição ao gesso. Cf. ALVES (2007), MELO (2010) e SITE monografias-ufop/bitstream/monografias_PinturaEsculturaljesuitica.pdf.

6 – Cf. MELO (2010 e 2013).

7 – Cf. DANIEL (1976) e MELO (2010 e 2013).

8 – O vigário-geral da Capitania recebia a cônica anual de 240 mil réis, os vigários colados 50 mil réis, os encomendados eram gratificados pelos paroquianos (quando dos batizados, casamentos e enterros), além das ofertas voluntárias. Cf. REIS (1942), LEITE (1943), RAMOS (1952 e 1985) e SILVA (1997 e 1999).

- 9 - Cf. A. H. U. - Códice AHU-_ACL_CU_020_Cx._D._155" e SILVA (2017 e 2018).
- 10 - Português, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, foi o terceiro ouvidor e intendente-geral da Capitania do Rio Negro (1773-1799). Cf. SAMPAIO (1985), REIS (1989) e SILVA (1997).
- 11 - Eleições para mandato de um ano (1775-1776), objetivando a escolha de três vereadores e dois juízes de paz. Cf. SAMPAIO (1985), REIS (1989) e SILVA (1997).
- 12 - Cf. SAMPAIO (1985) e SILVA (1997).
- 13 - Cf. BAENA (1969) e SILVA (1997 e 1999).
- 14 - Cf. JOBIM (1948), BAENA (1969) e SILVA (1965 e 1997).
- 15 - Cf. JOBIM (1948), LOUREIRO (1978), REIS (1934, 1989 e 2006), MONTEIRO (1994, 2002 e 2018) e SILVA (1965, 1997, 1999, 2010, 2013, 2017 e 2018).
- 16 - Cf. REIS (1934, 1989 e 2006).
- 17 - Cf. SITE www.boletimjuridico.com.br/artigo/teoria-geral-do-direito/



Igreja Matriz colonial da Vila de Serpa. Meados do século XIX. Colhida do livro "*Município de Itaquatiara*", de Mário Ypiranga Monteiro, 2018.

Predomínio da Vila de Serpa

O SÉCULO XIX FOI UM período repleto de ocorrências históricas e políticas relevantes. Uma época de guerras e descobertas importantes para a história mundial. Um momento de grandes transformações para a população do Brasil, que, logo no início do período (1808), se depara com o episódio inédito de receber o monarca de sua metrópole, dom João VI (1792-1816) (1). Também é estabelecida na cidade do Rio de Janeiro a capital política e econômica do Império Português (2). Ressalte-se que, até 1815, o Brasil foi tão-somente uma Colônia de Portugal. Daquele ano em diante, quando seria proclamada a nossa Independência, passamos a carregar o título de Reino Unido a Portugal e Algarves.

Anteriormente, as relações políticas do Grão-Pará e Maranhão eram essencialmente com Portugal provocando um certo distanciamento em relação ao Estado do Brasil. No século XIX, o progresso, a urbanização e a vinda de algumas missões científicas iriam subtrair a Amazônia de seu isolamento. Em relação à Capitania do Rio Negro, o contraste é que os primeiros governadores nomeados após a morte de Lobo d'Almada ou duraram pouco tempo no cargo ou não estiveram à altura dele (3).

Em outubro de 1800, o coronel José Antônio Salgado assumiu o governo em Barcelos e não deixou sinal de sua passagem. Seria

substituído pelo coronel José Simões de Carvalho, o qual nem chegou a tomar posse falecendo em outubro de 1805. O capitão José Joaquim Vitório da Costa assumiu em 1806 e seu mandato duraria 12 anos. Homem de negócios e explorador do trabalho indígena, ocupou-se de seus próprios interesses. A única providência de monta de seu governo foi transferir, a 29 de março de 1818, a capital para o Lugar da Barra (4).

Aqui um parêntese para informar que, em 1803, chega à Vila de Serpa o bispo diocesano do Pará dom Manoel de Almeida de Carvalho (1748-1818). Cumprindo o roteiro de uma viagem pastoral aos rios Amazonas e Negro, dom Manoel foi recebido com a maior pompa. O caráter das desobrigas triunfalistas de então e a ostentação de riqueza dos bispos, expressa principalmente em suas vestes talaes, distanciavam muito da pobreza da população e da humildade das igrejas locais. Porém, tais eventos eram rotineiros e serviam tanto para animar a vida religiosa, através da ministração dos sacramentos e divulgação das normas evangélicas, quanto para avaliar e propor a melhoria das condições físicas das igrejas ribeirinhas. A Matriz de Serpa melhorava sempre e nada lembrava do seu decadente aspecto anterior (5).

O governador José Joaquim Vitório da Costa governou até 1818. Despachando no Lugar da Barra, realizou ali alguns melhoramentos urbanos e, com o auxílio das câmaras de Silves, Parintins e Barcelos, postulou a criação de um governo autônomo para o rio Negro. Contrário à Constituição Portuguesa de 1820, negou-se a jurá-la sendo por isso deposto. Em seu lugar assumiu o coronel Antônio Luiz Pires Borralho, nomeado em 1821, que não chegou a embarcar em Belém. Por esse motivo, a partir de 29 de setembro daquele mesmo ano, governou uma Junta que, por não se enquadrar em dispositivos legais, foi dissolvida (6).

Nesse agitado período da política amazonense, a Vila de Serpa aparece referida e toma verdadeiramente o seu lugar na evolução da Capitania. Sua Câmara Municipal, então presidida pelo vereador João

da Silva e Cunha (7), demonstrava-se combativa e correta no trato de suas obrigações e, assim, o povoado da Barra do rio Negro passou a depender de Serpa. A respeito, o historiador Mário Ypiranga Monteiro, ratificando a escrita de seus confrades Arthur Reis e Bertino de Miranda (1864-1919), disserta:

“[...] A situação de capital da Província, em determinado período de agitações políticas, é, entretanto, a mesma no que contende com a autonomia. Ainda mesmo como capital, é considerada para todos os efeitos um simples subúrbio de Serpa, que, agora decadente o predomínio de Barcelos, passa a florescer à custa da Barra. De fato, era ali em Serpa que iam os moradores da capital ‘requerer licença para abrir casas de negócios, para pescar nas praias, para colher as drogas e os frutos, para legalizar, enfim, a posse de suas terras’. Como sucedia antes, fica na Barra um representante da Câmara de Serpa, o Juiz de Julgados, cuja alçada se resume em dar conhecimento das ocorrências e ‘exercer a política urbana e suburbana’. Apenas o ouvidor da Comarca e o comandante militar, além de alguns funcionários subalternos, residiam na capital. E tudo isso por quê? Porque a Barra não possuía ainda a predicação de vila, que só obteria mais tarde. A condição humilhante de distrito tornava-a completamente inútil diante do assessoramento das outras vilas. [...] Esse estado de coisas perdurou, nada obstante o sacrifício do povo, obrigado a deslocar-se, em canoas, a fim de legalizar seus negócios em Serpa. Era uma situação realmente incrível” (8).

Por outro lado, a Capitania do Rio Negro permanecia na mesma condição de subalterna ao Grão-Pará. A decadência continuou no rio Negro, mas no Solimões e no Baixo Amazonas era um pouco melhor a situação. Segundo Arthur Reis, o povoamento alargou-se sensivelmente. Cuidou-se com mais carinho da agricultura e fundaram-se fazendas de gado pelas várzeas do Amazonas. No ínterim, explodia em Belém o

movimento que inauguraria a série de perturbações pugnando pela separação do Brasil de Portugal, um sentimento que se espraiaria por toda a região.

A 11 de outubro de 1820, o zoólogo Johann Baptist von Spix (1781-1826) e o botânico Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) chegam a Serpa. Apesar de integrarem a missão científica austríaca, eram alemães, e estavam empenhados em descobrir e reproduzir em seus estudos e obras a biodiversidade brasileira. De fato, a viagem dos dois pesquisadores europeus propiciou a mais completa exploração da fauna e da flora brasileiras até os dias de hoje, dando origem a uma série de produções responsáveis por revelar detalhes fascinantes e profundos do Brasil ao Velho Mundo. Em apenas 3 anos – de 1817 a 1820 – percorreram mais de 10 mil km, passando por diversos estados, entre os quais São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas (9).

Chegaram à meia noite e permaneceram quatro dias pesquisando em Serpa e nos arredores. Descrevem a vila como se estivesse instalada em “[...] uma ilha entre o rio Amazonas e as bifurcações do lago do Saracá”. Definem-na como um local “tão pobre de indústria, como de população, [...] e tudo aqui indicava a máxima decadência, observação que mais significativo tem visto Serpa ser um dos mais antigos povoados de toda a Província do Rio Negro e, mesmo na ocasião de nossa estada, era ainda a sede municipal da Fortaleza da Barra, situada a oeste, e que não possuía então o seu Senado da Câmara. Os poucos moradores índios tinham perdido todo o vestígio de suas diferentes origens, e falavam a língua geral. Era gente desleixada e apática” (10).

Spix e Martius deixaram Serpa a 17 de outubro seguindo em direção ao Lugar da Barra. A caminho, no paraná do Arauató, mataram alguns mutuns e, após percorrerem sobre a beleza desses galináceos silvestres, levaram alguns exemplares deles para a Europa.

Continuando as condições subalternas do Lugar da Barra, o comprometimento da Câmara de Serpa extrapola para além do território municipal. Transportando-se à Barra, lá realiza as sessões ordinárias de 7 a 17 de março de 1821. Regressa a Serpa em 4 de abril e no dia 22 desse mês recebe o juramento à Constituição Portuguesa de 1820, seguido da obediência ao rei dom João VI. No Lugar da Barra, as juntas governativas se sucedem. À que se formou em 30 de setembro seguiu-se outra composta do ouvidor Domingos Nunes Ramos Ferreira, do coronel Joaquim José Gusmão e do vereador mais velho da Câmara de Serpa, e seu presidente, João da Silva e Cunha.

A 1º de julho de 1822, volta à Barra a Câmara de Serpa e, reunida extraordinariamente, no dia seguinte na Igreja Matriz, jura a Constituição Portuguesa, desta feita em nome da Capitania. No dia 12 (11), vemos a Câmara em sessão plena em Serpa, onde, na mesma oportunidade, o ouvidor Ramos Ferreira realiza uma audiência geral de correição.

Ramos Ferreira ouve a todos e registra as queixas e exigências dos moradores. Os prédios do Paço e da Cadeia Pública reclamavam consertos, “o Pelourinho fora retirado da Praça contra o voto de todos. Devia, portanto, voltar para o lugar primitivo”. Havia uma pendência entre o pároco e a Câmara sobre os direitos de domínio da casa que o primeiro ocupava. “O ouvidor determina que a casa seja entregue à Câmara e que o Pelourinho volte para a frente da igreja” (12).

A 3 de junho de 1822 a Junta Governativa da Capitania foi ampliada, dela constando, além do presidente Antônio da Silva Carneiro, os membros Bonifácio João de Azevedo, Manoel Joaquim da Silva Pinheiro, Vicente José Fernandes e João Lucas da Cruz. Por esse tempo já circulavam notícias do que se passava no sul do País; conhecia-se a marcha dos acontecimentos em favor da Independência (13).

Consumado, no dia 7 de setembro, o grito de Independência do Brasil, só a 9 de novembro a Barra tomou conhecimento do acontecido. E a 22 do mesmo mês reunida a Câmara de Serpa, especialmente convocada, realizou-se o juramento de obediência, fidelidade e adesão a dom Pedro I (1798-1834). A Junta Governativa, mais uma vez, foi reformulada, excluindo-se o elemento português. Como presidente ficou Bonifácio João de Azevedo e os demais membros: Raimundo Barroso de Bastos, Plácido Moreira de Carvalho, Luiz Ferreira da Cunha e João da Silva e Cunha, eleitos a 23 e empossados a 24 de novembro (14).

Na sequência, é promulgada no Rio de Janeiro a Constituição Imperial de 25 de março de 1824, a qual, dentre outras relevantes medidas, instituiu o Catolicismo como religião oficial do Estado brasileiro. Durante todo o período imperial, a união entre o Estado e a Igreja Católica seria determinante para a legitimidade do Regime Monárquico, repercutindo diretamente na cidadania e na vida cotidiana dos brasileiros. Todavia, os anseios de autonomia do Amazonas não foram atendidos. Esperava-se que a Capitania do Rio Negro fosse transformada numa Província do Império, mas a Carta Magna silenciou e, assim, ela permaneceu como Comarca anexa à Província do Pará (15).

Segundo o historiador Arthur Reis, apesar da “[...] injustiça clamorosa”, os amazonenses “não procederam violentamente. Juraram a Constituição Imperial, com toda a solenidade, no Lugar da Barra, em presença da Câmara de Serpa e da Junta Governativa. [...] O ato teve lugar a 6 de fevereiro de 1825, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição” (16). Entretanto, o ouvidor Ramos Ferreira e a Junta Governativa entraram em aberto conflito, disputando a supremacia do governo, o que justificou a pronta intervenção do Pará: em julho o presidente José Félix Pereira de Burgos aboliu a Junta, “fazendo conservar a autoridade judiciária no ouvidor e a municipal na Câmara de Barcelos”, e removeu esta “daquela vila para o Lugar da Barra”. Tais atos, lavrados em Belém, mereceram a pronta aprovação do governo imperial, colocando em risco a

preponderância política de Serpa sobre a futura Manaus. Mas, a disputa entre ambas pelo gerenciamento político e administrativo da Capitania (e depois Comarca) do Rio Negro, durou mais de uma década (1819-1833)! (17). É o que veremos no Capítulo seguinte.

NOTAS

1 – Cf. GOMES (2007), LOPEZ e MOTA (2008) e MASCARENHAS (2013).

2 – A família real deixou Lisboa em fins de 1807 desembarcando em Salvador em 22/01/1808. No dia 26 de fevereiro partiu para o Rio de Janeiro, que seria declarada capital do Império. A chegada ao Rio de Janeiro ocorreu em 8/03/1808. Cf. SITE www.todaamateria.com.br/a-vinda-da-familia-real-para-o-brasil/

3 – Cf. LOUREIRO (1978), MIRANDA (1984), REIS (1989), MONTEIRO (1994 e 2002).

4 – Cf. autores acima referidos.

5 – Cf. SILVA (1999 e 2018).

6 – Cf. LOUREIRO (1978).

7 – Presidente no período legislativo 1818-1820. Cf. SILVA (1997 e 2010).

8 – Cf. REIS (1934) e MONTEIRO (1994, 2018).

9 – Cf. SITE <https://redescobrimdoovale.blogspot.com/.../o-periplo-de-spix-e-martius.html>.

10 – Cf. SPIX e MARTIUS (1938) e SILVA (1997).

11 – A data de 12/07/1822, aqui referida, é mencionada por Bertino de Miranda. Arthur Reis diverge: diz que o evento ocorreu no dia 27/02/1822. Cf. MIRANDA (1984) e REIS (1989).

12 – O Pelourinho da Vila de Serpa jamais seria encontrado, o que se confirma da leitura da Ata da Câmara de Serpa, de 12/10/1865 (cf. verbete nº 42, inserto à página 128 do livro *Cronografia*/1, deste Autor) e de alguns comentários do historiador Mário Ypiranga Monteiro, em sua obra *Fundação de Manaus*, 1994, pgs. 108, 109 e 111. Um mistério a ser revelado através de pesquisa séria e profunda!

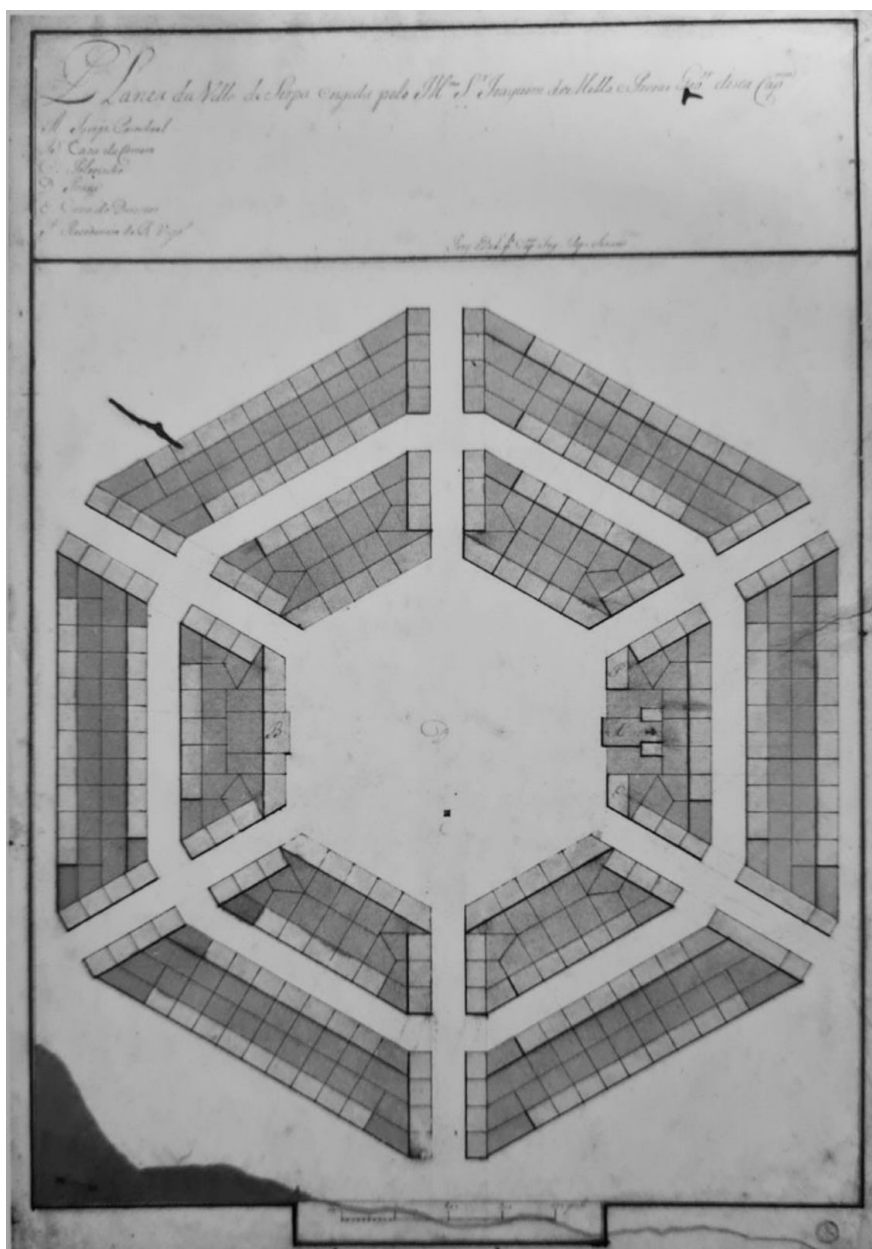
13 – Cf. LOUREIRO (1978) e REIS (1989).

14 – Cf. LOUREIRO (1978), MIRANDA (1984), REIS (1989) e MONTEIRO (1994 e 2002).

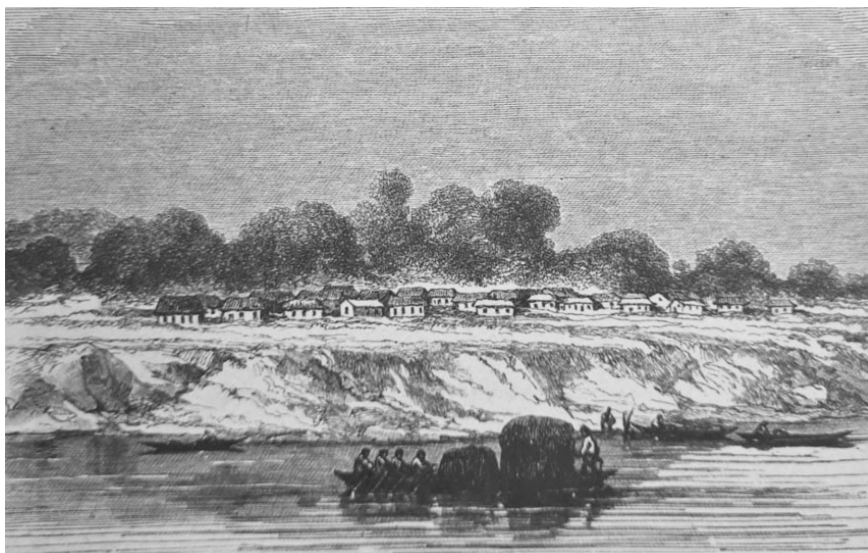
15 – Cf. os autores citados e o SITE www.destaque1.com/constituicao-imperial-de-1824-e-a-religiao...

16 – Cf. REIS (1989).

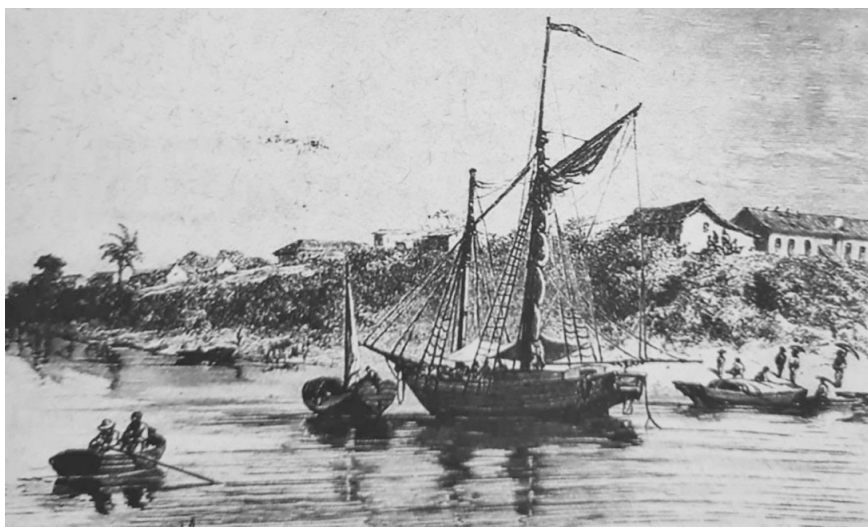
17 – Cf. REIS (1989), MONTEIRO (2018) e SILVA (1965, 1997, 1999, 2010 e 2018).



Planta da Villa de Serpa erigida pelo coronel Joaquim de Mello e Póvoas, governador da Capitania de São José do Rio Negro. Delineada pelo engenheiro militar alemão Felipe Sturm. Manuscrito. Biblioteca Nacional, Lisboa, Iconografia D 201 A.



Vista parcial da Vila de Serpa. Figura do naturalista francês Paul Marcoy, 1847.



Vista parcial da Vila de Serpa. Figura do pintor e naturalista francês François-Auguste Biard, 1858.

Decadência & Recomeço

A EXTINÇÃO DA SUPREMACIA política da Vila de Serpa sobre o Lugar da Barra, teve início em meados de 1825 com o decreto do governador do Grão-Pará, José Félix Pereira de Burgos, ordenando a remoção da Câmara de Barcelos para a futura Manaus. Essa providência, efetivada em dezembro desse mesmo ano, atentava contra a desenvolta atuação da Câmara de Serpa à frente do governo da antiga Capitania (e agora Comarca) do Rio Negro, iniciada em 1819, e derogava – de fato – a superioridade da comunidade serpense sobre as demais povoações (1).

Continuando as desavenças no Amazonas, em 1º de outubro de 1828, o Imperador dom Pedro I promulgou a Lei Regulamentar das Câmaras Municipais, dando nova forma às edilidades, rompendo com uma longa tradição que garantiu o exercício de uma multiplicidade de atribuições aos órgãos. As câmaras das cidades passariam a contar com nove vereadores e as das vilas com sete (eram três), além de um secretário. Cada legislatura duraria quatro anos. A eleição ocorreria sempre no dia 7 de setembro, estando aptos a votar os cidadãos brasileiros no gozo de seus direitos políticos e os estrangeiros naturalizados. A presidência caberia ao vereador mais votado.

O Regimento de 1828 definiu as câmaras municipais como “corporações meramente corporativas”, vedada a jurisdição contenciosa

que exerceram ao longo do período colonial. Com a perda das funções judiciais, este papel tornou-se responsabilidade do juiz de paz, cargo existente em cada freguesia ou paróquia. Nesse novo arranjo, as câmaras “ficavam subordinadas aos presidentes provinciais, primeiros administradores delas”, e às assembleias provinciais (2).

Com a nova legislação imperial, esperava-se que a Comarca do Rio Negro fosse elevada à Província. Ao contrário, ela continuaria subordinada ao Grão-Pará. As seguidas reclamações e queixas partidas do rio Negro e dirigidas ao Imperador do Brasil não foram atendidas (3). Com o decreto de 1825, a governança da região continuou sob o comando da Câmara de Barcelos, trazida para funcionar no Lugar da Barra e apenas designada de Câmara Governativa da Comarca.

Para complicar ainda mais a situação, em meados de 1828 o governo paraense entendeu de fazer recolher a Câmara de Barcelos à povoação de origem, além de decretar intervenção militar na Comarca do Rio Negro, nomeando como interventor ao coronel Joaquim Felipe dos Reis, que logo assumiu. Os primeiros anos dessa administração ocorreram calmos e nos anos seguintes a Comarca viveu dias agitados. Em 1831, no Rio de Janeiro, com o pretexto de resolver a crise que grassava não só no Amazonas, porém, em outros locais do Império, e que tomou maior dimensão com a abdicação de dom Pedro I – naquele ano – foi outorgado o Código de Processo Criminal de 29 de novembro 1832 (4).

O novo diploma jurídico unificava a legislação esparsa; criou a Guarda Nacional visando à manutenção da ordem pública ameaçada por uma série de revoltas provinciais, que contestavam a centralização do poder nas mãos de parte da elite política de então; e tratou da nova organização judiciária, que manteve nas províncias a divisão em distritos de paz, termos e comarcas. Todavia, ao descentralizar o processo atribuindo aos presidentes provinciais o direito de proceder “quanto antes a nova divisão de termos e comarca”, o governo imperial ‘reforçou’

o poder de mando e o caráter repressivo e violento do governo paraense – e assim a Comarca do Rio Negro continuou sujeita ao Pará, e a Câmara de Serpa foi sumariamente extinta (5).

O presidente do Grão-Pará, José Joaquim Machado d'Oliveira, através do Ato de 25 de junho de 1833, dividiu o território da Província em três comarcas: a do Grão-Pará, a do Baixo Amazonas e a do Alto Amazonas, sediada em Manaus, novo nome dado ao Lugar da Barra, e, assim, desaparecia a Comarca do Rio Negro. O Alto Amazonas, além de Manaus, ficou com mais três vilas, e sedes de termos: Tefé (antiga Ega), Maués e Barcelos. As outras passaram a simples povoados: Silves (antiga Saracá), Santo Elias do Jaú (ex-Airão), Borba, Araratema, Vila Nova da Rainha (atual Parintins) e Tupinambarana (6).

A Comarca do Alto Amazonas continuou governada pelos comandantes militares enviados de Belém, e essa sujeição aumentou a frustração e a revolta do povo amazonense. O movimento nativista descambou para a luta armada e mais uma vez lá estava o idealista João da Silva e Cunha, ex-presidente da Câmara de Serpa. Em 1821 ele integrou a Junta Governativa que substituiu o deposto governador Manoel Joaquim do Paço. Sua presença foi atuante e temerária nas muitas reuniões realizadas antes e após a Independência. Novamente membro da Junta em 1832, na revolta desse ano, ao lado de frei José dos Santos Inocentes (c.1773-1852) e outros bravos, bateu-se destemidamente até ver, com uma ponta de frustração, serem derrubados os intentos autonomistas do Amazonas. Exerceria, entre 1834 e 1836, a função de juiz de órfãos da nova Comarca. Com absoluta razão o historiador Arthur Cézar Ferreira Reis o denominou de “o patriota das agitações autonomistas de 1832” (7).

Embora a preponderância política de Serpa sobre Manaus tenha sido, DE FATO, encerrada em julho de 1825 – consoante informado no Capítulo anterior – DE DIREITO, o encerramento só ocorreria oito anos depois. Em 25 de junho de 1833, segundo Mário Ypiranga Monteiro,

“[...] A última cerimônia realizada pela Câmara de Serpa com respeito ao Lugar da Barra [...] foi o recebimento do exemplar do Código de Processo Criminal, o qual, na divisão da Província em Comarcas e Termos, para completar a execução do famoso Código, fora omitido o nome da vila. Essa passou, de repente, à condição inferior, perdendo a predicação. Crê-se geralmente ter sido involuntário o esquecimento. Mas nós perguntamos: diante da situação em que figurava a Barra, não teria sido mesmo proposital a omissão do nome da vila que vinha prejudicando a posição da Barra? Não teria havido políticas? Nunca se pode averiguar (8).

O celebrado historiador amazonense ainda disserta:

“[...] Esse famoso Código ocasionou duas injustiças: o não reconhecimento da Província do Amazonas e o não reconhecimento da vila de Serpa. Todavia, este último engano veio beneficiar o então Lugar da Barra, que fugia da órbita de influência da vila de Serpa, ascendendo ao prestígio de vila - Vila de Manaus, de acordo com o artigo 27 do mesmo decreto que punha em execução o Código de Processo. [...] Portanto, Serpa voltava à condição de freguesia de Nossa Senhora do Rosário, incorporada ao termo de Manaus (9).

Mário Ypiranga, apoiado em Arthur Reis, reafirma com autoridade: a preponderância de Serpa sobre o Lugar da Barra só cessou no final de 1833:

“[...] Foi com o Código de Processo Criminal, expedido em 1832, que se elevou o Lugar da Barra à categoria de vila. [...] Ainda não era o máximo, mas já era um passo dado no sentido de uma autonomia. [...] As falhas do Código não prejudicaram apenas a Capitania, que deixou de ser elevada à Província: Serpa perde nessa conjuntura política a predicação de vila, por lamentável omissão, passando a simples freguesia [...]

E a sua Câmara eleita? Qual a situação da Câmara de Serpa? Extinguiu-se por força daquela falha do Código de Processo? Não parece. Tanto que o historiador Arthur Reis acena com um documento precioso, em que o governador da Província do Pará incrimina ao presidente e vereadores da Câmara Municipal da vila de Manaus, em 1834, por não haverem procedido a eleição em tempo hábil, o que se verificaria de fato a 17 de dezembro de 1833” (10).

O criminoso rebaixamento de Serpa, além de atrasar suas conquistas materiais, golpeou fundamente os brios e a espiritualidade da vila. O decreto do governo paraense veio em represália à independência com que se portara a Câmara de Serpa. Enquanto esta expôs sinais de combate defendendo o coletivo amazonense, Manaus mirou a si mesma. Do episódio resultou a lição de que em política não há justiça; há, sim, vencedores e vencidos. Embora vitimada pelo ódio e pela incompreensão, Serpa cuidaria de dar prosseguimento à sua caminhada.

Em 1832, em pleno apogeu da luta pela autonomia do Amazonas, o vigário do então Lugar da Barra, frei José dos Inocentes, foi removido para Serpa. Atribui-se que sua remoção ganhou o caráter de castigo por haver tomado parte do levante sangrento contra a sede do governo, que resultou na morte do comandante militar Joaquim Felipe dos Reis e na deposição de seu substituto coronel Francisco Ricardo Zany. Frei José permaneceu como vigário encomendado de Serpa até esta perder a condição de vila. Seu retorno à Barra deu-se pela incumbência recebida de oficial, em 21 de dezembro de 1833, a missa solene de inauguração da nova vila de Manaus (11).

Passados dois anos da perda de sua autonomia política, Serpa iria se defrontar com a Guerra da Cabanagem, levante armado que envolveu toda a Amazônia. Os cabanos – índios, caboclos e escravos africanos – vingando-se das explorações, em 5 de janeiro de 1835

tomaram Belém e avançaram por todo o interior. Em cinco anos de combate foram mortas mais de doze mil pessoas. Em 1836, Serpa e Amatari foram duramente atingidas e Manaus cedeu duas vezes. Em 6 de agosto do ano seguinte, Ambrósio Aires (c.1798-1837), o mais valente defensor da Comarca, foi massacrado e morto em Autazes.

Encerrada a sedição, em 1837, a repressão se amplia até 1840: os cabanos são perseguidos, mortos, torturados e reduzidos à escravidão. Serpa ficou na maior penúria. Sua população, que em 1840 ascendia a cerca de 700 pessoas, diminuiu consideravelmente. A produção agrícola e pastoril local praticamente desapareceu. O Arquivo Municipal foi saqueado e dali sumiram importantes documentos, como a Ata de fundação da antiga vila, a lista de seus primeiros mandatários e a carta régia da Coroa portuguesa que delimitou o seu patrimônio urbano (12).

Para o naturalista francês Paul Marcoy (1815-1888), que passou por Serpa em julho de 1847, a visão do lugar não era das mais promissoras:

“[...] A vila de Serpa consiste de umas trinta casas dispostas em linha num barranco amarelo-pardo que se eleva a dez pés sobre o nível da água. As casas ficam tão juntas uma das outras que a certa distância parecem um só edifício. Ao redor das casas há uma extensão considerável de grama amarela e ressecada; ao fundo eleva-se o paredão verde da floresta. Isto é Serpa! [Navegando junto à margem], procuramos em vão por um morador ou por uma janela aberta no alinhamento de casas. Tudo estava fechado e silencioso. Assim que mudamos o rumo, o barulho das roldanas mal engraxadas [da nossa embarcação] acordou alguns cães de guarda que não havíamos visto. Sete ou oito deles, todos em pele e osso, arremeteram para a margem do rio seguindo-nos com latidos furiosos. Essa cidade fantasma, que logo perdemos de vista, [...] devia estar mergulhada num sono profundo” (13).

Diferente opinião manifestou o bispo diocesano dom José Afonso de Moraes Torres (1805-1865) que, procedente de Belém, entre 7 e 18 de setembro daquele ano, visitou Serpa e descreveu-a “[...] com pouco mais de cinquenta casas e uma igreja coberta de telhas, espaçosa e bem construída”. A Vigararia estava sob o comando do padre João Antônio da Silva, o qual desde 1831 morava no lugar. Durante seus impedimentos, entre 1843 e 1848, a religião foi professada pelos padres Nuno Alves do Couto e Gaspar Porfírio Delgado. Espírito exaltado e adepto da legalidade, João Antônio, além de vigário foi professor em Serpa; lutou contra os cabanos e, no auge da sedição em 1837, foi preso. Segundo dom José Afonso, ele “[...] era um homem bom, insigne pescador, manejava bem o arco e a flecha, com que dava de comer à pobreza de Serpa” (14).

O bispo dom Afonso de Moraes Torres pensou em construir um Seminário em Serpa “[...] para aproveitar alguns moços, aliás talentosos mais sem meios para irem estudar na capital desta Província” (15). Durante a sua passagem pela freguesia crismou pouco mais de trezentas pessoas e em seguida foi visitar Silves.

À época, o isolamento dos padres os expunha à uma vida dissoluta e a se envolverem na política. Subordinados ao governo, a côngrua mensal que lhes competia sempre atrasava e mal dava para garantir-lhes o sustento. Para suprir suas necessidades materiais, os vigários teriam que buscar outras alternativas, inclusive fora de sua sede paroquial (16).

Naqueles idos, Henry Walter Bates e Alfred Russel Wallace (1823-1913) viram Serpa com simpatia. Os cientistas ingleses aportaram na freguesia no final de 1849. Bates chegou primeiro, às vésperas do Natal; não escondeu o desarrumo da área urbana de Serpa, dizendo-a “com cerca de oitenta casas” (17) e ressaltando ter sido a freguesia “em outros tempos sede do governo distrital, com jurisdição sobre a Barra do rio Negro” e, que à altura de sua chegada, ela se mostrava

“[...] cheia de animação por causa do grande número de pessoas que tinham vindo de fora para as festas. O porto estava cheio de embarcações, grandes e pequenas, desde as montarias com seu toldo em arco feito de cipó trançado e folhas de maranta, até os barcos de dois mastros dos mercadores, que para ali tinham acorrido na esperança de comerciar com os agricultores vindos de distantes pontos da região para assistir às festas. [...] A população constituída, em sua maioria, de índios semicivilizados, que moravam, como de hábito, em choças de barro. As ruas tinham um traçado irregular e estavam cheias de mato. [...] As poucas pessoas da raça branca residentes ali, bem como os mestiços de classe mais alta, moravam em casas mais bem construídas, caiadas e cobertas de telhas. Todos os moradores do lugar me pareceram [...] mais cordiais no trato e mais rudes de hábitos do que os brasileiros que eu havia conhecido até então. [...] Alguns eram gente de peso, proprietários de navios mercantes, de escravos e de vastas plantações de cacau e fumo” (18)“.

Bates desembarcou em 23 de dezembro e deixaria Serpa no dia 28. Foi à Missa na Igreja Matriz, acompanhou a procissão de Nossa Senhora, ouviu populares, anotou gestos e hábitos de negros e índios e pesquisou a natureza circunvizinha. Na freguesia dedicou particular atenção às festas populares, e, em especial, às do *çairé* e São Benedito. Acompanhemos sua narrativa:

“[...] Permanecemos cinco dias em Serpa. Algumas cerimônias realizadas no Natal não deixaram de ser interessantes, tanto mais quanto eram, com ligeiras modificações, as mesmas que os missionários jesuítas tinham ensinado há mais de um século às tribos indígenas induzidas por eles a se estabelecerem ali. Pela manhã todas as senhoras e moças do lugar, trajando blusas de gaze branca e vistosas saias de chita estampada, seguiram em procissão até a igreja, depois de darem uma volta pela cidade a fim de chamar os

vários ‘mordomos’, cuja função era ajudar o ‘juiz’ da festa. Cada um desses mordomos segurava uma comprida vara branca, enfeitada de fitas coloridas; inúmeras crianças participavam também da procissão, cobertas de grotescos enfeites. Três índias velhas iam na frente, levando o *çairé*, que consiste num traçado de cipó semicircular, recoberto de um tecido de algodão e incrustado de pedaços de espelho e enfeites semelhantes. Elas agitavam essa peça para cima e para baixo, cantando ininterruptamente um hino monótono e plangente na língua tupi e se voltando de vez em quando para os que vinham atrás, os quais nesse momento interrompiam a sua marcha. [...] À noite o povo se entregou a alegres folguedos por toda a cidade” (19).

Da Praça da Matriz Bates dirigiu-se ao bairro do Jauarí, onde, em um terreiro amplo, aberto e pouco iluminado, atrás da lagoa homônima, assistiu à Festa de São Benedito. Os negros, devotos do santo africano, faziam sua comemoração à parte e

“[...] passaram a noite toda cantando ao compasso de um tambor comprido chamado ‘gambá’ e do *caracaxá*. O tambor era feito com um pedaço de tronco ôco, fechado numa das extremidades por um couro esticado; era colocado horizontalmente no chão, e o tocador montava nele, percutindo-o com os nós dos dedos. O *caracaxá* era feito de um pedaço de bambu cheio de entalhes, os quais produziam um som áspero e matraqueante quando se passava uma vareta ao longo deles. Nada se comparava, em monotonia, a esses sons, cantos e danças, que continuaram pela noite a dentro com inexaurível vigor. Os índios não executaram nenhuma dança, já que os brancos e mamelucos tinham monopolizado todas as morenas bonitas do lugar, atraindo-as para os seus bailes, e as índias mais velhas preferiam assistir à festa ao invés de tomar parte nela. Os maridos de algumas delas juntaram-se às danças dos negros, e dentro em pouco estavam bêbados. Era divertido observar como se

tornavam loquazes, sob a influência do álcool, os taciturnos índios. Os negros e os índios justificavam as suas bebedeiras dizendo que os brancos também se estavam embriagando do outro lado da cidade, o que era a pura verdade” (20).

Na festa de Nossa Senhora do Rosário, o movimento da freguesia se fazia com a chegada dos barcos que atracavam na orla trazendo muitos devotos. O sino tocava, anunciando a alvorada. O padre se fazia presente celebrando missa, batismos e casamentos. Todas as noites realizavam-se novenas. A dança do *çairé* e a Festa de São Benedito eram dois eventos de final de ano. Muito concorridos na freguesia, começaram no século XVII, ainda na missão jesuítica de Canumã, depois passaram à Vila de Serpa e finalmente à Cidade de Itacoatiara, e vigeram provavelmente até as primeiras décadas do século XX.

Manifestação folclórico-religiosa, ou encontro da cultura indígena com a religião católica, o *çairé* é uma festa de louvor ao Divino Espírito Santo. De acordo com o Barão de Sant-Ana Nery (1848-1901), trata-se de

“[...] um semicírculo de madeira, de 1,40 metro de diâmetro [e nele] dois outros menores são inscritos, tangentes um ao outro, e tocando o grande diâmetro. [...] Todo o relato bíblico do dilúvio está contido nessa representação simbólica. O grande arco representa a arca de Noé; os espelhos significam a luz do dia; os doces e as frutas, a abundância que reinava na arca; o algodão e o tamborim, a espuma embranquiçada e o ruído das ondas do dilúvio; o movimento que se imprime ao *çairé* lembra o balançar da arca sobre as águas. Os três círculos tomados em conjunto figuram a Trindade, distintos embora se penetrando. As três cruzes são a imagem do Calvário, com Cristo crucificado entre os dois ladrões, e assim por diante. [...] Os missionários, assim, tornaram acessíveis a essas inteligências [índios] os principais dogmas do Catolicismo. Não se preocuparam com os rigores

teológicos. Só tinham uma finalidade: tornar mansas e boas essas infelizes criaturas humanas. [...] Conseguiram desse modo, tirar aos índios uma parte de sua ferocidade, e desfigurar insensivelmente suas crenças primitivas” (21).

Em seguida à retirada de Bates, Alfred Wallace chega a Serpa. Era final de dezembro, mas este ainda pôde assistir a uma procissão na Praça da Matriz. Encheu-se de curiosidade sobre as danças e enfeites que constavam do cerimonial cristão. Foram-lhe oferecidos vinhos e doces. Comeu peixes e frutas. Ao visitar o Sítio *Itaquatiara*, a leste da freguesia, achou os desenhos esculpidos sobre os rochedos da margem do rio parecidos com os do Orenoco, região que visitara tempos atrás (22).

Os negros que Bates e Wallace viram dançando no bairro do Jauari eram descendentes dos quilombolas que fugiram do Madeira em meados do século XVIII, ou foram transferidos para Serpa à época ou nos anos seguintes à instalação da vila. Calcula-se que tencionaram construir uma capela em homenagem à Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, mas, perseguidos pelas autoridades e pela Igreja, desistiram da ideia. Para sobreviverem, ocupavam-se fazendo trabalhos braçais ou em atividades de caça e pesca. Viviam nas matas e, ao mesmo tempo, em contato com a sociedade envolvente que os rodeava, os vigiava, controlava e perseguia.

Quando, em meados do século XVIII, teve início o processo de *caboquização* da Amazônia – a mescla de sangue entre brancos e índios – a grande miscigenação que em poucos anos iria dar às comunidades regionais (inclusive à missão que deu origem a Itacoatiara), uma geração nova, ampliada ainda pela intrusão de mamelucos e caribocas, o negro foi praticamente alheado dessa mudança de hábitos. A respeito, assim se manifesta Mário Ypiranga Monteiro:

“[...] Mediocre foi a intrusão do negro como força dinamizadora de qualquer fenômeno, étnico, social, econômico. Enquanto as leis josefinas cumulavam de isenções e privilégios a mescla de branco com o natural, o negro ficou, sempre, um elemento obliterado mesmo economicamente. [...] A legislação pombalina [Alvará de 4 de junho de 1755] fomenta esses enlaces” (23).

No mesmo passo quanto ao aviltante preconceito contra os negros, no período colonial, também comenta Bertino de Miranda:

“[...] Casar com índia é ser preferido sempre para todos os cargos e distinções de nobreza. [...] Mello e Póvoas se limitou a insuflar nos moradores os casamentos mistos. Para tirar aos brancos e aos índios todo o pretexto de contágio com a outra raça, um decreto régio declarava infame os que se casem com as negras, ou vice-versa, as mulheres brancas e as índias que se ajuntam aos negros” (24).

Voltando à Serpa... Já era manhã do primeiro dia de 1850 quando Alfred Wallace seguiu em direção a Manaus, onde reencontraria o seu conterrâneo Henry Walter Bates.

A histórica passagem dos cientistas ingleses por Serpa permitiu-nos conhecer esses dois momentos marcantes do sagrado e do profano itacoatiarenses. Marcantes e interessantíssimos pelo conteúdo cultural e etnográfico, probatórios de que Itacoatiara é um laboratório de conhecimentos, um território de resistência que guarda um pouco da memória de um Brasil profundo, complexo e cheio de desafios. Esses e tantos outros eventos revelam-se desafiadores, concitam estudiosos e cientistas amazônico-brasileiros a irem fundo em suas pesquisas sobre a vida, os costumes e a memória das populações interioranas.

Na década de 1840, Serpa era grande produtora e exportadora de manteiga de tartaruga. Acondicionada em potes, internamente

servia à cozinha e às iluminações pública e privada. Um dos locais de produção era a Ilha da Trindade, ou do Cumaru, nas proximidades da boca do Madeira, e por isso apelidada de Ilha da Mantegueira (25). A direção da freguesia, desde 1843, estava sob os cuidados do capitão da Guarda Nacional Manuel Joaquim da Costa Pinheiro. Henry Walter Bates o conheceu e dele se tornou amigo. Dizia-o um homem cheio de vida, inteligente e generoso. Famoso em todo o interior pela assistência e ajuda que dava aos residentes e viajantes estrangeiros. Então, era fiscal procurador da freguesia Leonardo Ferreira (26).

A freguesia, apesar de abandonada pelo poder central, estava na dianteira das demais povoações da Comarca do Alto Amazonas. Segundo Araújo e Amazonas, “[...] Seus habitantes eram em número de 1.720, distribuídos em 170 fogos. Cultivavam, além do necessário à sua subsistência, algodão, café e tabaco. Pescavam pirarucu, tartaruga e peixe-boi. Teciam panos e redes de algodão. Manipulavam azeites de tartaruga, de peixe-boi e de andiroba. Extraíam breu, salsa, cravo e copaíba. Criavam em reduzida escala algum gado muar” (27).

A passagem de Bates e Wallace – coincidindo com os 90 anos de criação da Paróquia de Serpa (1759-1849) – além de seu elevado conteúdo histórico, redundou em testemunhar a reunião íntima do sagrado e do profano, a interação perfeita entre a tradição indígena e a religião cristã. Já afirmáramos duas décadas atrás (28),

“[...] Após a encenação espiritual e contemplativa da missa de final de ano, no interior da Matriz, à tardinha os fiéis se transportavam à rua para formar a procissão em homenagem à Santa Padroeira. Nessa parte da cerimônia algumas mulheres, enfeitadas de fitas e flores, iam dançando pelas ruas no trajeto para a igreja, com o padre à frente, da maneira mais burlesca possível. A procissão – evento da Igreja Católica que data de muito longe, tradicional, e anima as festas anuais do povo católico – ocorria da seguinte maneira:

a multidão em filas, e o sacerdote à frente, marchava entoando preces e conduzindo a imagem da Santa sobre o andor ornamentado de fitas e flores. [...] O arraial - outra transmissão de valores espirituais que procede de muitas gerações - marcado pelo entoar de músicas solenes e caracterizado pelo forte ajuntamento de populares locais e romeiros chegados na véspera, [...] comestíveis, jogos e diversões expostos nas barracas irregularmente distribuídas pela praça da Glória e pela travessa Mítica (29). [...] A quermesse, feira com leilão de prendas expondo frutos e animais. [...] O povo se entregava a alegres folguedos”.

Ao tempo, a luta pela emancipação política da Comarca do Alto Amazonas caminhava para um bom desfecho. Em julho de 1849, no recinto do Senado, no Rio de Janeiro, reabriu-se o debate em torno da proposição aprovada pelo plenário da Assembleia Legislativa Geral, em 19 de junho de 1843 - elevando a Comarca amazonense à categoria de Província, desvinculada do Grão-Pará. Destarte, através da Lei nº 582, de 5 de setembro de 1850, sancionada pelo Imperador dom Pedro II (1825-1891), o Amazonas ganhou autonomia política e administrativa passando a integrar o Império do Brasil. A freguesia de Serpa, liderada pelo então diretor Damaso de Souza Barriga (c.1813-1876), comemorou festivamente o acontecimento.

O diretor Damaso de Souza Barriga assumiu em meados de 1850 substituindo a Manuel da Costa Pinheiro, e eles se revezariam no governo da freguesia até a reinstalação da Vila, em junho de 1858. Em 1851, a Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Serpa passou ao comando do padre Manuel Inácio Raposo - e naquele mesmo ano foram criadas a Agência Postal e a Coletoria de Rendas de Serpa, seguidas do Cartório de Registro Civil. A futura Itacoatiara tinha um amplo horizonte de futuro pela frente.

NOTAS

1 - Não podemos esquecer: a Câmara Municipal de Serpa foi instalada em 1º/01/1759. Cf. SILVA (1965, 1997, 2010, 2013, 2017 e 2018). A respeito, também, REIS (1934) e MONTEIRO (1994 e 2018).

2 - Cf. SITE <https://mapa.arquivonacional.gov.br/.../420-regimento-das-camaras-municipais/>

3 - Cf. LOUREIRO (1978), REIS (1989) e MONTEIRO (2002 e 2018).

4 - Cf. SITE <https://mapa.an.gov.br/.../codigo-de-processo-criminal-de-primeira-instancia-de-1832/>

5 - Cf. autores referidos na Nota nº 3 e SITE citado na Nota anterior.

6 - Cf. REIS (1989).

7 - Cf. REIS (1931 e 1934), LOUREIRO (1978) e SILVA (1997 e 2010).

8 e 9 - Cf. MONTEIRO (1994 e 2018).

10 - Cf. REIS (1934) e MONTEIRO (1994 e 2018).

11 - Cf. REIS (1989) e SILVA (1997 e 2010).

12 - Cf. SILVA (1997 e 2010).

13 - Cf. MARCOY (2001) e SILVA (1997 e 2010).

14 - Cf. Arquivo da Prelazia de Itacoatiara referenciado em SILVA (1999).

15 - A obra, planejada por dom José Afonso de Moraes Torres, seria instalada em Manaus e as obras foram iniciadas 14/05/1948: é o Seminário São José. Cf. REIS (1989) e SILVA (1997, 1999, 2010 e 2018).

16 - Cf. REIS (1942) e SILVA (1997, 1999 e 2010).

17 - Neste ponto, Henry Walter Bates demonstrou-se equivocado. Segundo Mário Ypiranga, três anos antes (1846) Serpa possuía 550 casas “com uma média estimada em mil habitantes”. Cf. MONTEIRO (2018).

18 - Cf. BATES (1979) e SILVA (1997, 1999 e 2010).

19 - Na língua nacional, o termo *çairé* traduz-se por sairé. Hoje, totalmente desconhecido em nosso Estado, o evento só é comemorado, anualmente, em Alter do Chão, uma cidade do oeste do Pará. Cf. os autores citados na Nota anterior.

20 - Cf. BATES (1979) e SILVA (1999 e 2010) e SITE <https://revistaraca.com.br/festa-de-sao-benedito/>.

21 - Cf. SANT-ANA NERY (2018).

22 - Cf. WALLACE (1939) e SILVA (1997, 1999 e 2010).

23 - MONTEIRO (1994).

24 - MIRANDA (1984).

25 - Cf. MARCOY (2001).

26 - Cf. MONTEIRO (1994).

27 - Cf. AMAZONAS (1984) e SILVA (1999 e 2010).

28 - Cf. SILVA (1999).

29 - Praça da Glória: é a atual Praça da Catedral abrangendo o trecho em frente ao Restaurante Panorama. Travessa Mítica: pequena rua (viela) que ficava na lateral esquerda da velha Matriz colonial, entre a atual rua Monsenhor Joaquim Pereira e a Avenida Parque. Cf. SILVA (1997, 1999, 2010 e 2018).

Restau da Vila

SIMULTANEAMENTE À INSTALAÇÃO da Província do Amazonas e à posse do presidente João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha (1798-1891), ocorridas em 1º de janeiro de 1852, é introduzida a navegação a vapor na região, uma iniciativa da Companhia de Comércio e Navegação, criada pelo industrial e banqueiro gaúcho Irineu Evangelista de Souza, barão e depois visconde de Mauá (1813-1889) (1), e, assim, ampliavam-se as possibilidades econômicas da nova unidade federativa do Império brasileiro.

Anteriormente à entrada dos navios dessa empresa, os barcos a remo e à vela gastavam mais de um mês no trecho Belém-Manaus. O navio “Marajó”, que inaugurou o novo sistema de transporte, aportando em Serpa em janeiro de 1853, fazia o mesmo percurso gastando dez dias de subida e seis de baixada através do rio Amazonas. O trecho Serpa-Manaus era feito em 12 horas, aproximadamente.

Durante cerca de 20 anos, os navios da empresa de Mauá e da inglesa *The Amazon Steam Navigation* operaram na Amazônia tanto nos serviços de embarque e desembarque de cargas e passageiros, quanto na atividade de permutar mercadorias estrangeiras com produtos extrativos em Manaus, Serpa e demais povoações ribeirinhas, e para tomar lenha que servia de combustível para os vapores (2).

A representação política do Amazonas, à época, constava de uma Assembleia Legislativa, com 20 membros (3), e da bancada com

um senador e um deputado designados para atuar na capital imperial. O quadro demográfico registrava 29.798 habitantes, dos quais 750 escravos. Duas décadas depois, devido à valorização do produto da borracha e à introdução da navegação a vapor estimulando a imigração de nacionais e estrangeiros, a população amazonense subiria para 53.012 pessoas. Em 1852, a Província formava uma única Comarca dividida em dois termos: o da capital compreendendo os municípios de Manaus, Tefé, Barcelos e Silves, e o de Maués, abrangendo esse município e o de Parintins.

À exceção de seu de Diretor, Serpa não possuía representação política. Em 21 de outubro de 1852, a dependência da freguesia fora deslocada de Manaus para Silves. Somente após a edição da Lei provincial nº 26, de 7 de dezembro de 1853, Serpa voltaria a integrar o termo judiciário da capital, oportunizando a que o juiz de paz Luiz Fernandes do Nascimento assumisse o posto em 17 de fevereiro do ano seguinte.

Nos logradouros públicos de Serpa não havia nomenclatura oficial nem placas de numeração de casas. Além da Praça da Glória (mais tarde 13 de Maio e hoje Praça da Catedral), eram nove logradouros identificados por nomes tradicionais: rua das Gaivotas (atual Waldemar Pedrosa); rua Nova (hoje Desembargador Meninéa); rua Formosa (atual Saldanha Marinho/Barão do Rio Branco); rua da Glória (atualmente Quintino Bocaiúva); travessa do Oriente (atual Avenida Sete de Setembro); travessa dos Empregados (depois travessa da Fraternidade e atualmente rua Monsenhor Joaquim Pereira); travessa Mítica (à esquerda da Matriz colonial e mais tarde travessa da Igualdade, a qual seria extinta em 1930); travessa da Marta ou Romana (atualmente Avenida Conselheiro Ruy Barbosa); e travessa Barroca ou dos Martins (atual travessa da Rampa, ao lado do Casarão dos Ramos) (4).

A Força Pública estacionada na freguesia constava de 28 praças e um oficial, e a Educação de apenas uma escola primária do sexo masculino, criada em outubro de 1852. Isto não quer dizer que em

Serpa já não houvessem professores. Havia, naturalmente, desde 1845, o padre-mestre, o vigário. O problema da falta de professores vinha de longe, e não era exclusivo de Serpa. Carente desses profissionais leigos, a Província do Amazonas preenchia os claros com sacerdotes (5).

Idos de 1853: a Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Serpa estava por concluir e seus ornamentos “se encontravam em péssimo estado”. Provavelmente começado em 1840 e, embora parecesse normal para os padrões locais, o prédio era pequeno, media exatamente onze metros de frente por oito e meio de fundos. Parecia mais largo devido às varandas laterais, e era em parte coberto de telhas e em parte coberto de palha. As banquetas de madeira prateadas, doadas por um paroquiano para servir aos dois altares laterais, estavam se depreciando. Em face das ausências do vigário colado, a Igreja recorria ao trabalho dos interinos, que nem sempre eram habituais. Substituindo ao padre Manoel Inácio Raposo, em agosto de 1854 assumiu, por pouco tempo, o vigário de Silves padre Daniel Pedro Marques de Oliveira (6).

Os fiéis lutavam com extrema dificuldade para consertar sua Igreja. Sensível aos apelos públicos, o presidente da Província Herculano Ferreira Pena (1811-1867) mandou repassar à comissão encarregada das reformas 1.050 telhas de barro e a quantia de 200 mil réis. O adjutório oficial e os quase 300 mil réis de donativos arrecadados entre os paroquianos proporcionariam um considerável avanço nas obras da Matriz. Parte das telhas tipo *marselha* e todo o madeirame utilizado na armação da cobertura, portas, janelas e outras obras de arremate eram provenientes da olaria e da serraria da Colônia Agro-industrial.

Por decreto de 27 de novembro de 1854, o padre Luiz Martinho de Azevedo Couto foi nomeado vigário colado de Serpa, exercendo a função cumulativamente com a de vigário-geral da Província. Porém, tendo que se retirar para tratamento de saúde em Belém, por um largo período esteve ausente da Província. Nos três anos seguintes, a Paróquia foi sucessivamente encomendada aos padres frei João de Santa Cruz,

José Bernard Pinto e Roza e Francisco de Paula Cavalcante Albuquerque. Além das funções sacerdotais, o primeiro (em 1855-1856) e o terceiro (em 1857) acumularam a função de professor de primeiras letras em Serpa (7).

Como visto, o mundo profano e o mundo sagrado cumulavam-se de vitórias em Serpa - conjuntamente ou de per si. Certamente, os segmentos civil e religioso locais seguiam a máxima: “O sagrado é necessário ao homem como o ar que ele respira. O sagrado funda o próprio sentido do profano e revela o fundamento da vida”.

Resultante das deliberações tomadas em Roma, na metade do século XIX, os católicos de Serpa davam grande ênfase ao Culto a Nossa Senhora. Adotado desde o início da colonização, o Culto Mariano influenciou enormemente a catequese dos índios. Ele se desenvolveu em toda a Província do Amazonas favorecido pelo tipo de sociedade patriarcal em que predominava a figura materna na afetividade, projetando-se facilmente na piedade.

De acordo com o poeta Elson Farias,

“[...] A devoção à Nossa Senhora era uma atitude pedagógica que tornava mais factível a aproximação dos nativos da religião cristã-católica. Os ensinamentos baseados na devoção à figura da Mulher-Mãe Divina fortaleciam a comunicação entre catequistas e catequizados. Esse sentimento impulsionava a ação dos missionários e marcava definitivamente sua atuação pastoral na região (8).

Generalizado por toda a Igreja latina, o Marianismo consagrou-se a partir da proclamação da Imaculada Conceição da Virgem Maria, solenemente definida, em 1854, como dogma pelo Papa Pio IX (1792-1878). Como é próprio da doutrina católica, a grandeza da imagem de Maria está na Maternidade Divina. Porém, dois outros atributos aparecem constantes na definição da fé: a Virgindade e a Plena Santidade como consequência da sua prerrogativa de Mãe de Jesus Cristo.

O Bispado do Pará, objetivando a descentralização das atividades religiosas na Amazônia, em 13 de abril de 1855 criou a Comarca Eclesiástica do Amazonas, sediada em Manaus, cuja direção foi entregue ao cônego e vigário-geral Joaquim Gonçalves de Azevedo (1814-1879), e a nova Pastoral Litúrgica foi dividida em 6 distritos sendo a Paróquia de Serpa incluída na primeira categoria, cujo vigário colado, padre Luiz Martinho de Azevedo Couto, vencia a cônica anual de quatrocentos mil réis.

Em 1855, Serpa é atacada pela *cólera-morbus* que contaminou sessenta e quatro pessoas e matou outras quatorze. Recrudescida a epidemia no ano seguinte, outro flagelo grave, o da febre amarela, atingiu a freguesia fazendo dezenas de vítimas. A Paróquia contribuiu decisivamente na superação desses problemas, além de haver atuado em defesa dos índios atingidos pelo *mal da bexiga* – nome popular da varíola, que matou muitas pessoas no correr daquele ano; era tratada com medicamentos homeopáticos, em quarentena (9).

O grupo Mauá, sediado no Rio de Janeiro e subsidiado pelo governo imperial, fundara no ano anterior a Colônia Agroindustrial Itacoatiara, num terreno de 40 mil braças quadradas (cerca de sete mil hectares), a oeste da freguesia fazendo frente para o rio Amazonas e estendendo-se ao lago de Serpa, onde foram instalados olaria, serraria, estaleiro, oficinas mecânica e de serralheria, e a maior parte da área destinava-se ao cultivo agrícola.

O primeiro diretor do empreendimento foi o engenheiro francês Le Gendre Decluy, mais tarde substituído pelo ex-oficial alemão Moritz Becker. Os colonos - 23 chineses e 21 portugueses – três anos depois ganhariam a companhia de 38 africanos livres procedentes de São Mateus/ES e Sirinham/PE. O corpo técnico auxiliar da diretoria da Colônia consistia de dois administradores, um escrivão, um médico e um engenheiro (10).

Em 1857, maltratados e mal remunerados, alguns colonos se rebelaram contra o diretor da Colônia, obrigando a que o chefe de

Polícia Sebastião José da Silva Braga viesse de Manaus para apurar a ocorrência, e vários deles foram presos e processados. O empreendimento foi extinto, em 1860, e arrendado a um morador de Serpa; o cafezal abandonado, mais tarde seria vendido em hasta pública ao Seminário Episcopal de Manaus. A maior parte dos africanos estacionada no lago de Serpa abriu roçados e se envolveu na produção e comércio de farinha e no abastecimento de lenha para os barcos da navegação a vapor.

Só depois de decorridos 155 anos da extinção da Colônia Agroindustrial, seria feita justiça aos descendentes dos trabalhadores que atuaram no referido empreendimento – os denominados “Africanos livres da Colônia Itacoatiara”. Os esforços do professor doutor Claudemilson Oliveira e do documentarista Thyrso Munhoz, pautados em pesquisas de campo e em farta documentação técnico-bibliográfica, resultaram na criação do Quilombo do lago de Serpa. Conforme noticiado em 2015, no jornal ‘A Crítica’, de Manaus, ambos

“[...] foram responsáveis pela produção e envio do dossiê sobre esta comunidade à Fundação Palmares, que concedeu aos moradores o título de remanescentes de quilombos. [...] Os afrodescendentes da Colônia Agroindustrial Itacoatiara vivem hoje no Quilombo Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa (Diário Oficial da União nº 239, de 10 de dezembro de 2014)” (11).

Ano de 1856. Ainda ressentidos com o injustificável rebaixamento da vila, os moradores do distrito de Serpa lutavam com todas as forças para recuperar o seu antigo predicamento e, assim, reconstruir o município. Pelo mapa estatístico da época, sua população correspondia a 2.477 habitantes, sendo 2.425 livres (1.794 adultos e 631 menores) e 52 escravos (38 adultos e 14 menores). Entre os libertos, 1.339 eram homens e 1.086 mulheres. E os escravos, 29 pertenciam ao sexo masculino e 23 ao feminino. Os residentes estrangeiros somavam 110.

No mesmo ano de 1856, o empresário inglês Robert Mac-Cullock, subsidiado pelo governo da Província, instala no paraná da Eva uma fábrica de aguardente de cana. Seu projeto pretendia avançar para a instalação de uma serraria com máquina a vapor de força de vinte cavalos, mas não foi avante. Quanto ao engenho, avaliado em dez contos de réis, a maior safra de cana-de-açúcar, em 1858, lhe propiciaria produzir cerca de 40 pipas de cachaça. Os trabalhos de colheita e moagem eram realizados por índios da nação Mura (12).

O quadro econmico da freguesia melhorava sempre. Crescia o número de comerciantes e de empresários da indústria extrativa. Segundo os registros da Coletoria de Rendas, em 1855 foram exportados para o Estado do Pará tabaco de corda, café em grãos, cacau, estopa, banha de peixe-boi, breu, castanha, óleos e drogas medicinais, borracha, manteiga de ovos de tartaruga, farinha de tapioca, mixira de tartaruga e pirarucu seco. No exercício seguinte, além dos itens citados, Serpa exportou couros secos e salgados, madeira em tábua e em toras, tijolos, telhas, tartaruga, peles de animais, etc. (13).

Entretanto, a freguesia ralava-se de preocupações para superar o rebaixamento sofrido. No segundo semestre de 1857, eis que os reclamos cívicos de Serpa finalmente chegam à Assembleia Legislativa. Depois de vários desencontros, projeto de lei do deputado provincial José Coelho de Miranda Leão (14) propondo a recuperação do foral de vila vai a plenário,  debatido, votado, aprovado e transformado na Lei n 74 de 10 de dezembro, sancionada pelo presidente da Província Francisco José Furtado (1818-1870), conforme a anotação abaixo:

Lei n 74, de 10 de dezembro de 1857.

Eleva a Freguesia de Serpa  categoria de Vila com a mesma denominação, que ora tem.

Francisco José Furtado, Presidente da Província do Amazonas, &.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial decretou, e eu sanciono a Lei seguinte:

Art. 1º. Fica elevada à categoria de Vila, com a denominação que ora tem, a Freguesia de Serpa, e autorizado o Governo a marcar os limites.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Secretário da Província a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio do Governo da Província do Amazonas, aos dez dias do mês de dezembro de 1857, 36º da Independência e do Império.

Francisco José Furtado.

Sebastião de Melo Bacuri, a fez (15).

Noventa dias depois, realizam-se eleições municipais sendo eleitos vereadores: Manuel Joaquim da Costa Pinheiro, Antônio José Serudo Martins, Damaso de Souza Barriga, Manoel Porfírio Delgado, João da Cruz Pinheiro, Raymundo Cândido Ferraz e Agostinho Domingues de Carvalho. Dois deles foram designados para servir como juizes de paz.

O exercício do juiz de paz, conforme a lei correspondente, envolvia a justiça conciliatória e o julgamento de causas cujo valor e/ou pena não ultrapassasse certos limites, a imposição do termo de bom viver, a manutenção da ordem pública e emprego da força pública, vigiar o cumprimento das posturas municipais, a condução das eleições, enfim, funções administrativas, judiciais e policiais as mais amplas (16).

Na primeira metade do século XIX, conforme observado pelo pintor e naturalista francês François-Auguste Biard (1798-1882), após

visitar Serpa, a bacia do rio Madeira foi intensamente percorrida por negociantes estrangeiros, sobretudo portugueses.

Na manhã de 24 de junho daquele ano deu-se solenemente a (re)instalação da Vila de Serpa - embora sem o prenome Nossa Senhora do Rosário. Ali renascia a sua Câmara Municipal. A cerimônia ocorreu no prédio da Guarda Nacional, à rua Nova, onde, até fins de 1833, funcionou a antiga Câmara/Cadeia Pública. Seguindo as instruções da Lei provincial de 26 de fevereiro de 1858, combinadas com as normas do Código de Vereadores (Lei imperial de 1º de outubro de 1828), o vereador Salustiano de Oliveira, presidente da Câmara de Silves, deu por inaugurada a nova vila empossando os recém-eleitos e proclamou presidente ao vereador Manuel Joaquim da Costa Pinheiro. Este, após congratular com o povo e conclamar seus pares a ajudá-lo na grave tarefa que ali se iniciava, convidou os presentes a assistirem à Missa em Ação de Graças celebrada pelo pároco padre Francisco Benedito da Fonseca Coutinho (1817-1877) e encerrou a sessão (17).

Competia à nova Câmara o duplo papel de dirigir a administração e encaminhar o processo legislativo municipal. Os edis não eram remunerados, porém, todos exerciam alguma atividade profissional. As sessões eram diárias, à exceção dos finais de semana, feriados e dias santos de guarda. Estranhamente, desde 7 de julho de 1858, a Câmara passou a funcionar na residência do vereador Damaso Barriga, à esquina da Praça da Glória com a rua Formosa, cedida gratuitamente por um ano e, findo esse prazo, o móvel seria alugado por vinte e cinco mil réis mensais (18).

Com a morte, em dezembro, do presidente Manuel Joaquim, a presidência passou ao vereador Antônio Serudo Martins, efetivado em janeiro do ano seguinte. Na legislatura iniciada em janeiro de 1859 e encerrada em janeiro de 1861, foram promulgadas as Posturas Municipais (texto de quinze artigos pendente de homologação pelo governo provincial); fundada a Companhia dos Pescadores, destinada a abastecer a população desse gênero alimentício; publicada a tabela

de preços do Mercado Público; definidas as normas de limpeza pública; e autorizada a confecção da planta topográfica da vila, encomendada ao engenheiro alemão Moritz Becker, mais tarde naturalizado brasileiro com o prenome Maurício; e designada uma comissão para oficializar a denominação dos logradouros públicos (19).

O restabelecimento da vila justificava os esforços da administração que corria célere para recuperar o tempo perdido. A melhoria dos aspectos urbano e social de Serpa animava a todos. O número de casas no nascente bairro da Colônia aumentara para 36, aí incluídas as oficinas da Agroindustrial encerrado em 1860, e onde o fabrico de telhas e tijolos e a serragem de madeira para exportação continuavam. Disso nos dá conta o médico alemão Robert Avé-Lallemant (1812-1884) que passou por Serpa em 25 de junho de 1859 e, que, retornando, ficou na vila de 7 a 12 de agosto daquele ano. Aqui trechos do depoimento do renomado cientista:

“[...] Serpa é porto de escala de vapores, o entreposto natural para o grande rio Madeira e até para além das últimas cachoeiras, até onde o comércio pode penetrar. A vila apresenta, inegavelmente, os indícios de uma vida que desperta cada vez mais. Uma fila de casas bonitas, caiadas, cobertas de telhas novas, ostenta muitos armazéns bem arranjados e lojas, não se podendo compreender como podem existir tantos comerciantes ao lado uns dos outros, sem que se vejam fregueses. Esse comércio compõe-se quase todo de portugueses e brasileiros brancos, a maioria dos quais vive com uma índia, de maneira que as crianças mestiças pululam por toda parte. [...] Numa grande praça coberta de mato alto, ergue-se uma igreja caiada e coberta com telhas bastante grande para Serpa, que pelo menos tem um aspecto decente e podia servir de modelo às que estão sendo construídas em Tefé e São Paulo de Olivença. Mostraram-me também uma Câmara Municipal com uma Cadeia, uma casa de segunda classe. Fiquei conhecendo igualmente um padre; não pude, porém, descobrir um médico na vila de Serpa, nem na Colônia

próxima. Todos os habitantes são homeopatas e conhecem toda a espécie de meios e modos de se curar. Mas centenas de pessoas necessitam dum bom médico, dum cirurgião e dum parteiro, embora este só raramente seja necessário” (20).

Assim, os melhoramentos em Serpa foram gradualmente aparecendo. Em 1860 fez-se a rampa do porto para desembarque. Tratou-se de construir o novo Cemitério, murado e guarnecido de grades de ferro, denominado São Miguel e implantado na área atualmente ocupada pela Igreja de São Francisco; substituía ao antigo Cemitério dos Índios, nos fundos da velha Matriz, e ligado ao centro da vila através da “Estrada do Cemitério”, um caminho estreito e tortuoso - a atual rua Cassiano Secundo.

Cercada de rocinhas, pequenos lotes de agricultura de subsistência, Serpa avançava para os fundos e para os lados, e se beneficiava do movimento comercial impulsionado pela entrada de regatões procedentes do Pará, que iam aos Autazes e ao Madeira negociar com os extratores de borracha (21). Esse tipo de comércio foi se consolidando ao longo do século XIX e início do século XX. Tal foi a importância da migração portuguesa para a região que, na década de 1860, o Madeira era o único rio do Amazonas a ter um agente procurador do consulado português (22).

Consoante a historiadora paraense Paula de Souza Rosa,

“[...] Na contramão da historiografia, os imigrantes portugueses da bacia do rio Madeira passaram por diversos processos de mobilidade e interiorização. Chegados a Belém eram enviados para as povoações do interior, como Óbidos, Serpa, Maués, Santarém e outras. Com o tempo, se dirigiam para as áreas de expansão da fronteira extrativista. [...] A linha de navegação fazia o trajeto Belém-Manaus, com paradas em várias localidades, até mesmo Itacoatiara (Serpa), ponto de transbordo das mercadorias que seguiam para o Madeira. As mercadorias chegadas ao porto de

Serpa eram transportadas das ubás ou igarités [...] para os vapores e seguiam para Belém ou Manaus e vice-versa” (23).

Em julho de 1861, o diretor de Obras da Província, João Martins da Silva Coutinho (1830-1889), a mando do presidente provincial Manuel Clementino Carneiro da Cunha (1825-1890), inspecionou a Igreja de Serpa que estava carecendo de reparos. Desde um ano atrás, era vigário interino o padre Fidélis Honório Rodrigues Guedes. A 8 de agosto de 1862, o décimo bispo do Pará dom Antônio de Macedo Costa (1830-1891) realiza sua primeira visita a Serpa. Uma década depois ganharia fama face à sua participação na luta contra a Maçonaria – a célebre Questão Religiosa – desagradando a dom Pedro II que mandou prendê-lo em Belém (24).

A prática de iluminar ruas em Serpa começou lá pelos idos de 1863. O Acendedor de Lampiões, servidor municipal incumbido de acender as lanternas movidas a óleo de tartaruga, penduradas em postes de madeira plantadas nas esquinas da vila, fazia esse serviço diariamente. Os lampiões só não eram acesos nas noites de luar.

Entre 1862 e 1871, os vereadores Antônio Serudo Martins, Raymundo Ferraz e Damaso Barriga, além do procurador municipal Agostinho Domingues de Carvalho, colaboraram no jornal político e literário “O Catequista”, editado em Manaus. Provavelmente, seus textos referiam temas locais aludindo especialmente sobre a elevação de Serpa à categoria de cidade. Serudo Martins presidiu a Câmara de janeiro de 1859 a janeiro de 1861, de novembro de 1864 a janeiro de 1865 e durante a legislatura de 1865-1869. Por sua dedicação à causa pública, em 1865 foi condecorado por dom Pedro II com a Medalha Imperial de Cavaleiro da Ordem da Rosa (25).

Em 1864, para trabalhar na agricultura, instalaram-se em Serpa várias famílias bolivianas. Procedentes do Madeira, onde ganharam muito dinheiro no comércio da goma elástica, dividiam-se em grupos:

uns montaram propriedades na Costa da Conceição e outros nas proximidades da vila, provavelmente em terras da ex-Colônia Agroindustrial, onde realizaram plantação de algodão e criação de galinhas, porcos e outros pequenos animais lucrativos.

Como ocorria em toda a Província, a economia de Serpa estava fundamentada no serviço de extração e venda de produtos naturais. Assim, estando seus habitantes absorvidos no serviço de coleta, a agricultura era muito decadente, levando à escassez de mantimentos. Os gêneros de primeira necessidade, entre os quais a carne e a farinha, eram adquiridos do Pará. Não havendo progredido a Companhia dos Pescadores, o peixe utilizado no consumo público continuava sendo coletado por nativos cedidos pela Diretoria dos Índios. Não fazia muito tempo a olaria e a serralha da Colônia Itacoatiara haviam sido fechadas (26).

Face ao Ato da Câmara, de 13 de outubro de 1865, autorizando a contratação de mulheres no Serviço Público, repetia-se em Serpa a rotina criada com a ascensão, na metade do século XIX, do regime Capitalista, em que os empregadores preferiam substituir a mão-de-obra masculina pela feminina, “mais dócil e mais barata”. Destarte, algumas mulheres serpenses da época foram admitidas no Setor da Limpeza Pública com o salário diário de quatrocentos réis, abaixo do valor percebido pelos diaristas masculinos, de quinhentos réis diários (27).

Apesar das dificuldades de comunicação, a Câmara procurava se ligar aos fatos externos mantendo estreita correspondência com as autoridades do Império e da Província. Segundo as atas das sessões de 16 e 18 de janeiro de 1866, o presidente-vereador Raymundo Cândido Ferraz mandou abrir inscrição pública com o intento de arrecadar recursos para conceder uma espada de honra a dom Pedro II, por ter “Sua Majestade marchado para o campo de batalha na Guerra do Paraguai”. A campanha, denominada por seus mentores de “um negócio de tanto patriotismo”, resultou na apuração de 20.500 réis - importância

enviada ao Rio de Janeiro, via Manaus, porém, não se teve notícia se chegou ao seu destino. Conforme as atas de 27 e 28 de abril do mesmo ano, a Câmara mandou celebrar Missa em regozijo ao nascimento, ocorrido em 19 de março, do primeiro filho da princesa Leopoldina Bragança (1847-1871), neto e príncipe herdeiro de dom Pedro II. Também o dia 7 de setembro foi solenemente comemorado em Serpa. Nesse dia, somente na iluminação do Paço Municipal foram gastos, com azeite e fio para pavios das lamparinas, 5.598 réis (28).

NOTAS

1 - Irineu Evangelista de Souza. Industrial e banqueiro, pioneiro da industrialização no Brasil do século XIX. Cf. LOUREIRO (1978 e 1989), REIS (1989) e SOUZA (2009).

2 - Cf. LOUREIRO (1978 e 2007).

3 - Quando da instalação da Primeira Legislatura Provincial, em 5/09/1852, somente 11 deputados tomaram posse, em Manaus, sendo 8 titulares e 3 suplentes. Cf. IMPRENSA OFICIAL (1980).

4 - Cf. SILVA (1997, 1999 e 2010).

5 - Cf. REIS (1942), MONTEIRO (2018) e SILVA (1997, 1999 e 2018).

6 - Cf. SILVA (1997, 1999, 2010 e 2018).

7 - Cf. SILVA (1997, 1999 e 2010).

8 - Cf. FARIAS (1993) e SILVA (1999).

9 - Cf. SILVA (1997, 1999 e 2010).

10 - Cf. MONTEIRO (2018) e SILVA (1997, 1999, 2010 e 2018).

11 - Cf. OLIVEIRA (2020) in SITE www.franciscogomesdasilva.com.br

12 - Cf. SILVA (1997, 1997/2, 1999 e 2010).

13 - Cf. SILVA (1997, 1999 e 2010).

14 - Cf. MONTEIRO (2018).

15 - Texto recolhido de MONTEIRO (2018).

- 16 - Cf. VELLASCO (2003).
- 17 - Cf. SILVA (1965, 1997, 1997/2, 1999, 2010 e 2018).
- 18 - Em 1862 a Câmara adquiriria, por compra, ao preço de quatro contos de réis, o mencionado prédio. Cf. MONTEIRO (2018) e SILVA (1997, 1999 e 2010).
- 19 - Cf. SILVA (1965, 1997, 1997/2, 1999 e 2010).
- 20 - Cf. AVÉ-LALLEMANT (1980) e SILVA (1997, 1999, 2010 e 2018).
- 21 - Cf. SILVA (1997, 1997/2, 1999 e 2010).
- 22 - Cf. ROSA (2019).
- 23 - Cf. Autora e obra referidos.
- 24 - Cf. AMAZONAS (1856, 1859 e 1863-1864), LOUREIRO (1989) e SILVA (1997, 1999, 2010 e 2018).
- 25 - Cf. SILVA (1997, 1999 e 2010).
- 26 - Cf. Autor e obras anteriormente citados.
- 27 - Cf. SILVA (1997).
- 28 - Cf. SILVA (1997, 1999 e 2010).

Enfim, Cidade de Itacoatiara!

EM 1868 O MUNICÍPIO de Serpa atingiu 4.627 habitantes, equivalentes ao dobro da população de dois anos antes. O volume de recursos arrecadados pela Coletoria local, no exercício anterior (22,5 contos de réis) (1), representava mais de dez por cento da receita líquida apurada em toda a Província. A supremacia desses números destoava enormemente do *status* educacional: os alunos da escola primária para meninos, naquele ano, eram somente 15. Só depois de a população muito reclamar, o governo da Província recriaria, em 23 de maio de 1869, a escola de primeiras letras do sexo feminino (2).

O forte da economia amazonense, à época, decorria da produção e comércio da borracha, e este era feito através de inúmeras canoas de regatão conduzidas a remo por indígenas “recrutados” nas aldeias ou aliciados dos comerciantes bolivianos que desciam o rio Madeira. A maioria destes, centralizados em Humaitá com incursões permanentes em Serpa, era constituída de capitalistas portugueses, com representações em Belém e Manaus. Conflitos entre brasileiros, portugueses e bolivianos eram comuns. Havia problemas entre regatões e autoridades da Província do Amazonas ocasionados pelo não pagamento dos impostos (3).

Para prestar assistência e/ou proteger interesses de seus nacionais, os governos de Bolívia e Portugal decidiram instalar vice-

consulados em Serpa. O da Bolívia, inaugurado em 1867, desde lá esteve sob o comando do vice-cônsul dom Ignácio Arauz (4) e o referido órgão foi encerrado provavelmente em 1890. Quanto ao Vice-Consulado português de Serpa, da mesma época, não nos foi possível identificar seu primeiro vice-cônsul, porém, é certo e incontestável que o segundo e último foi o cidadão português José Joaquim Affonso Antunes. Teria assumido em 1894, ficando no cargo até sua extinção em 1905 ou 1906. Casado com Catharina Brazão Antunes, também portuguesa, José Joaquim desincumbiu-se bem da missão; retornou à sua terra natal deixando em Itacoatiara família numerosa e honrada (5).

Em 1868, o engenheiro, desenhista e fotógrafo alemão Franz Lëuzinger (1835-1890) esteve visitando o Amazonas. Relator da expedição científica designada por dom Pedro II para planejar e executar obras viárias no Brasil, Lëuzinger fez o percurso de Belém a Manaus em embarcação da Companhia do Amazonas. Ao retornar, em 27 de maio, parou em Serpa, de onde a comitiva seguiu até o rio Madeira (6). Deixou relato confirmando ser Serpa um dos mais importantes portos da Província, à época, e ponto obrigatório de parada dos comerciantes que subiam ou desciam o Amazonas, ou que viessem mesmo de Mato Grosso, através do Madeira (7).

Dois anos antes, deu-se a chegada do imigrante norte-americano Jazon Williams Stone (c.1836-1913). Participou da Guerra de Secessão dos Estados Unidos, entre 1861 e 1865, porém, não aceitando a derrota da causa defendida pelos sulistas americanos, em 1866 deixou o País vindo parar em Serpa. Aqui montou a Fazenda Terra Preta, no bairro do Jauari, onde aplicou o que lhe restava de economia em negócios de criação de gado e plantações de tabaco e frutíferas. Para operar seus negócios, Stone celebrou sociedade comercial com José Hermida, sob a razão social de Stone & Hermida, a qual possuía um barco a vapor que regateava pelo interior. A empresa tornou-se grande exportadora de tabaco servindo especialmente ao mercado europeu (8).

A 28 de agosto de 1869, o bispo dom Antônio de Macedo Costa visitou, pela segunda vez, a Vila de Serpa, sendo recebido pelo vigário Gaspar Porfírio Delgado. A bordo de uma lancha cedida pelo governo provincial, o Prelado paraense esticou sua visita às paróquias de Manaus e Silves. Embora tenha permanecido pouco tempo em Serpa, ainda lhe foi possível celebrar Missa na Matriz local onde distribuiu o sacramento da Crisma a quase trezentos fiéis. Voltou a Belém e de lá dirigiu-se a Roma onde, a 8 de setembro, participou da cerimônia de abertura do Concílio Vaticano I, que, no ano seguinte, proclamaria o dogma da infalibilidade papal (9).

Isso ocorreu há 152 anos (1870-2022)! O tema nos remete à teologia católica, segundo a qual o Papa, em comunhão com o Sagrado Magistério, quando delibera e define solenemente algo em matéria de fé ou moral, *ex cathedra*, está sempre correto. Nesses anos todos o assunto tem exigido da parte dos católicos não somente a disponibilidade para a polêmica e a luta, mas também uma atitude de prudente reflexão e estudo dos problemas colocados. Dentre os vários líderes da Igreja que se pronunciaram a respeito, destacamos os papas Paulo VI (1897-1978) em 1969; João Paulo II em 1993; Bento XVI (1927) em 2006; e o atual - Papa Francisco em 2014 e 2017 (10).

Das pesquisas feitas sobre o tema, exsurge claramente que o Concílio Vaticano I definiu não só o dogma da infalibilidade, mas sobretudo o poder pleno e imediato do Papa sobre todos os bispos e toda a Igreja. O caminho a seguir nesta confusa situação não é por certo o de substituir o Papa e os bispos à frente da Igreja, em cujo supremo timão permanece sempre Jesus Cristo.

Na verdade, após muitos anos de reflexão histórica e teológica, chegou-se à conclusão que a autoridade do Papa não residia apenas no Pontífice, mas no Papa unido aos bispos e a todo o rebanho de fiéis. Portanto, o Papa não é infalível quando exerce o seu poder de governo:

as leis disciplinares da Igreja, diversamente das leis divinas e naturais, podem de fato mudar.

A infalibilidade do Papa não significa de forma alguma que ele usufrua, em matéria de governança e de ensino, de um poder ilimitado e arbitrário. A tese da minoria anti-infalibilidade, derrotada pelo Papa Pio IX, em 1870, ressurgiu no Magistério do Vaticano II (1962-1965) sob a nova forma do princípio da colegialidade. Se o Vaticano I havia concebido o Papa como o condutor de uma sociedade perfeita, hierárquica e visível, o Vaticano II e, posteriormente, os textos pós-Concílio, redistribuíram o poder no sentido horizontal, atribuindo-o às Conferências Episcopais e às decisões sinodais.

Hoje, o poder da Igreja parece ter sido transferido para o Povo de Deus, que compreende as dioceses, as comunidades de base, as paróquias, os movimentos e associações de fiéis. A categoria do Povo de Deus, que é absolutamente central nos textos conciliares, havia sido calada. O Papa Francisco a revigorou. Houve um vigoroso relançamento dela no Pontificado de Francisco (11).

Voltando a Serpa... Em abril de 1870, o presidente da Câmara Municipal, vereador Elias Pinto de França (c.1821-c.1897), mandou abrir uma estrada em direção ao centro da mata, ao norte da vila, alinhada pela frente da Câmara. Seis meses depois, o primeiro estirão medindo cerca de 300 metros, ficou pronto sendo tomado por habitações; mais para o centro foram abertos roçados de mandioca e realizadas plantações. O plano inicial da presidência da Câmara previa uma estrada com 60 palmos (13 metros) de largura e duas milhas (3.200 metros) de extensão, que se estenderia até o Vale do Ventura (hoje lagoa da Poranga). É a atual Avenida Parque (12).

Ainda em 1870, foi iniciada a fixação dos primeiros postes de iluminação pública a gás carbônico. Até então a iluminação de Serpa era feita com manteiga de ovos de tartaruga. Os primeiros lampiões a

gás, comprados em Manaus, substituindo às antigas lanternas a óleo de tartaruga, colocados sobre postes de madeira de 12 palmos cada um, foram instalados em frente à Câmara e ao longo da nova estrada e da rua Formosa (atual Saldanha Marinho) (13).

Em meados de 1870, por proposição do vereador Manuel Henrique da Silva Dourado, a Câmara proibiu a salga do pirarucu “na época em que os peixes principiaram a ter filhos” e a captura de filhotes de tartaruga nos meses de agosto a dezembro. A prematura preocupação de Serpa em defesa das espécies fluviais, só uma década depois seria reconhecida pelas autoridades superiores: a Lei provincial de 1º de junho de 1882 finalmente proibiu a captura de tartarugas recém-nascidas em todo o território do Amazonas (14).

No centro de Serpa já faltava espaço para agasalhar a crescente população decorrente da mestiçagem, que aumentava, e do maior número de imigrantes que chegavam. A única praça do lugar, defronte à Matriz, continuava um terreirão dominado pelo capinzal. As poucas casas em adobe de barro e cobertas de telha, destoavam do casario pobre de antanho, em parte coberto de cavaco e em parte de palha. Na segunda e terceira ruas da frente levantavam-se, lentamente, dois ou três palacetes de alguns proprietários de seringais. De quando em quando um vapor fundeava-se ao largo da vila e dois ou três navios à vela amarravam-se em seu improvisado cais (15).

A oeste, desligados da vila, vários casebres formavam o novo e ainda desorganizado bairro da Colônia, para onde se ia e donde se vinha através de um caminho que atravessava ao meio a mata densa e fechada tendo, em suas laterais, de modo disperso, sítios cheios de árvores frutíferas e pequenas criações. Dito caminho ou Estrada da Colônia, no início da República, na Cidade de Itacoatiara, passaria a ser rua Álvaro França. A leste, graças à abertura de caminhos ligando o centro da vila ao lago do Jauari, nascia o bairro do mesmo nome. Tal ligação dava-se

tanto pela rua da Orla quanto pela rua Nova do Jauarí - esta, mais tarde, passaria a ser rua Desembargador Meninéa (16).

Ao tempo, exercia a Vigararia-Geral do Amazonas o padre José Manoel dos Santos. Dedicado ao trabalho pastoral, mandou recuperar os templos católicos da capital e do interior. O vigário interino de Serpa, padre Gaspar Porfírio Delgado, velho e cansado, enfermou gravemente vindo a falecer em janeiro de 1873. Enquanto não vinha o substituto, os serviços paroquiais iam sendo ministrados, intermitentemente, pelo vigário colado de Silves, padre Daniel Pedro Marques de Oliveira. Somente a 7 de julho de 1873 seria designado o novo vigário, padre Manuel Ferreira Barreto (1819-1878), que atuaria até 1878 - quatro anos após a elevação de Serpa à Cidade. Foi o último vigário da Paróquia da Vila e viria a ser o primeiro da Paróquia de Itacoatiara.

Nos três anos anteriores à decretação da cidade, Serpa deu lugar a vários acontecimentos significativos. Pela terceira vez, desde novembro de 1870, o vereador-suplente Damaso de Souza Barriga dirigia a Câmara e, a seguir afastou-se para assumir vaga na Assembleia Legislativa da Província (17). Pelo decreto imperial nº 5.146, de 27 de novembro de 1871, é criado o Termo Judiciário de Serpa. Em 1873 é inaugurado o novo prédio da escola de primeiras letras do sexo masculino, onde foram matriculados 52 alunos.

A política, tanto em Manaus como em Serpa, era disputada entre liberais e conservadores; ambas correntes eram concordes em manter a ordem monárquica e o regime servil. Significativa parcela da população de Serpa era analfabeta e, conseqüentemente, marginalizada do processo político e social. Como ocorria em todo o País, nas eleições municipais prevaleciam o suborno e a violência. A Igreja colaborava na manutenção desse estado de coisas, não tanto pela ação direta, mas principalmente pela omissão de seus membros.

Inobstante, a partir de 1874, os tempos se mostrariam auspiciosos, tanto para Serpa quanto para Itacoatiara. Em 1º de janeiro desse ano foi instalada a Alfândega de Serpa (18); e no dia 8 do mesmo mês, o abolicionista Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (1840-1919) (19) passou a ensinar gratuitamente na escola do sexo masculino. A luta pela elevação da cidade saía do âmbito local passando a constituir uma preocupação provincial. Conforme os ‘considerandos’ do projeto de 10 de abril de 1874, firmado pelo deputado Damaso Barriga e avalizado por outros seis parlamentares, “Convinha dar à Serpa maior importância política que a tem atualmente, visto o progresso que tem tido ali o comércio, a indústria, a edificação de prédios, etc” (20).

Cumpridos os trâmites legais, o projeto foi aprovado em 22 de abril. Três dias depois era sancionada a Lei, pelo presidente da Província, conforme anotação abaixo:

Lei nº 283, de 25 de abril de 1874.

Eleva à categoria de Cidade, com a denominação de Itacoatiara, a Vila de Serpa.

Domingos Monteiro Peixoto, bacharel formado em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife, e Juiz de Direito, Oficial da Imperial Ordem da Rosa, Cavaleiro da de Cristo, e Presidente da Província do Amazonas.

Faço sabe a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica elevada à categoria de Cidade, com a denominação de Itacoatiara, a Vila de Serpa.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

O Secretário da Presidência a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio da Presidência da Província do Amazonas, em Manaus, aos 25 dias do mês de abril de 1874, 53º da Independência e do Império.

L. S. Domingos Monteiro Peixoto.

O 2º Oficial Antônio José Barreiros a fez.

Nesta Secretaria da Presidência do Amazonas foi a presente lei selada e publicada, aos 25 dias do mês de abril de 1874

O Secretário Teodoro Tadeu d'Assunção (21).

Em maio de 1874, aproveitando o ambiente de absoluta liberdade de imprensa gozada em toda a Província, é inaugurado o primeiro periódico do interior amazonense, “O Itacoatiara”, que desapareceria em abril do ano seguinte. Posteriormente, passaria a circular o jornal “A Voz do Madeira”, igualmente de curta direção. A 5 de junho de 1874 dá-se a solene instalação da Cidade de Itacoatiara.

Segundo Mário Ypiranga Monteiro,

“[...] Os foros de cidade iriam dar a Itacoatiara maior força política, maior expressão social e um relativo progresso. Continuava pertencendo, na qualidade de distrito, à Comarca da capital. [...] em 1875, foi agitada na Assembleia Legislativa Provincial a questão da criação de uma Comarca, desta vez integrada pelos termos de Itacoatiara, Silves e Maués” (22).

E assim foi feito. O deputado Damaso Barriga e outros quatro proponentes, na sessão legislativa provincial de 21 de abril de 1876, apresentaram o projeto de criação da Comarca, o qual, após vários debates, foi convertido na Lei nº 341, de 26 de abril de 1876, quando presidente da Província o doutor Antônio dos Passos Miranda. O decreto imperial nº 6.253, de 12 de julho de 1876, baixado pela Princesa Isabel

(1846-1921), declarou a Comarca de Itacoatiara de primeira entrância, cuja instalação ocorreu em 11 de setembro e nesse mesmo dia empossado em Itacoatiara seu primeiro juiz, Fellipe Honorato da Cunha Meninéa (1828-1919) (23).

Desde a elevação da Vila à Cidade foram ameadas as chegadas dos imigrantes judeus. Vinham somar com os portugueses que chegaram antes. Posteriormente, viriam sírios, libaneses, espanhóis, italianos, sul-americanos, etc. Tencionavam trabalhar, criar família, crescer, ser feliz e, ao mesmo tempo, contribuir de modo eficaz e permanente com o desenvolvimento social, político, econômico e cultural da jovem cidade. Com o passar do tempo, muitos descendentes dessas famílias se destacariam na vida profissional e pública do Município, do Amazonas e do Brasil.

NOTAS

1 - Real (plural réis): nome da unidade monetária utilizada no Brasil desde sua colonização até 5/10/1942, quando foi substituída pelo Cruzeiro (Cr\$), na razão de 1 cruzeiro por 1 mil-réis. Conto de réis é uma expressão adotada no Brasil e em Portugal para indicar um milhão de réis (Rs 1:000\$000), que correspondia a mil vezes a importância de um mil-réis (Rs 1\$000). Cf. GOMES (2007), AMATO (2018) e SITES moedasdobrasil.com e diniznumismatica.com.

2 - A Escola primária feminina foi criada, inicialmente, em 27/05/1862. Porém, à falta de professora, não funcionou imediatamente. Cf. SILVA (1997, 1999 e 2018) e MONTEIRO (2018).

3 - Cf. SILVA (1997) e ROSA (2019).

4 - Cf. ROSA (2019)

5 - Cf. SILVA (1998 e 1999).

6 - Cf. KELLER-LËUZINGER (2021) e SITE amazonialatitude.com/.../relatos-de-uma-expedicao...

7 - Cf. SOUZA (1873) e MONTEIRO (2018).

- 8 - Cf. AMAZONAS (1870-1871), SANT-ANA NERY (2018) e SILVA (1997 e 1999).
- 9 - Cf. SILVA (1997, 1997/2, 1999, 2010 e 2018).
- 10 - Cf. GAARDER (2000), NABELO (2002) e SITES www.vaticannews.va/pt/papa/news/2020-07/primado-e-infalibilidade... e www.vatican.va/content/francesco/pt.html.
- 11 - Papa Francisco é argentino e membro de uma família de imigrantes italianos. O primeiro jesuíta a tornar-se papa da Igreja Católica. Também é o primeiro oriundo da América Latina. Cf. SITES [<http://www.vatican.va/content/francesco/pt.html>] www.vatican.va/content/francesco/pt.html e www.a12.com/redacaoa12/santo-padre/.../acoes-do-papa-franciscoe www.a12.com/redacaoa12/santo-padre/.../acoes-do-papa-francisco...
- 12 - A Avenida Parque mede atualmente cerca de 1.900 metros de extensão e 32 de largura. Cf. SILVA (1997, 1997/2, 1999 e 2010).
- 13 - Cf. AMAZONAS, volume 16 (1870-1872), SILVA (1997, 1999 e 2010) e MONTEIRO (2018).
- 14 - Cf. SILVA (1997, 1997/2, 1999 e 2010) e MONTEIRO (2018).
- 15 - Cf. SILVA (1997, 1997/2, 1999 e 2010).
- 16 - Cf. SILVA (1997, 1998, 1999 e 2010).
- 17 - Damaso Barriga renunciou à vereança em 13/03/1876 para assumir, em definitivo, o cargo de deputado provincial. Cf. Atas da Câmara de Serpa, apud SILVA (1997 e 2010).
- 18 - A Alfândega vinha substituir à Coletoria. Criada pelo decreto imperial nº 5.204, de 25/01/1872, trinta anos antes da criação da Alfândega de Manaus. Cf. SILVA (1997, 1997/2, 1999 e 2010).
- 19 - Bento Aranha: filho do fundador da Província do Amazonas João Batista Tenreiro Aranha. Exercia em Serpa o cargo de Escriturário da Alfândega e, à noite, dava aulas para meninos. Sua esposa Josefina, então, passou a ensinar na escola primária do sexo feminino. Cf. REIS (1989) e SILVA (1997, 1999 e 2010).
- 20 - Cf. SILVA, citado anteriormente, e MONTEIRO (2018).
- 21 - Coleção das Leis da Província do Amazonas, tomo XXII, parte primeira, p. 23-14. Manaus, 1874, in "O Município de Itaquatiara", obra de Mário Ypiranga Monteiro/ 2018. Cf. MONTEIRO (2018).
- 22 - Cf. MONTEIRO (2018).
- 23 - Cf. SILVA (1997, 1999 e 2010) e MONTEIRO (2018). O Decreto baixado pela Princesa Isabel consta da Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1876.



Nova Imagem de Nossa Senhora do Rosário. Esculpida entre junho e agosto de 2021 pelo artista Nelson Freire, sob encomenda de um fiel anônimo e extremado adorador da Santa Padroeira (material utilizado: mistura de argamassa, massa acrílica e cola branca). Mede 1,06m. Elevada ao Altar da Catedral em 31/05/2022. Foto do padre Acácio Rocha da Silva.

Adendo

Muito Belo Rosário

Elson Farias

O prelado católico e etnólogo Dom Frederico Costa, em contato com os povos do alto Rio Negro, onde o *Nheengatu* permanece falado significativamente na primeira década dos anos de 1900, identificou versos escritos nessa língua, mas em poemas elaborados pelos missionários para melhor comunicar-se com aquelas etnias, à maneira do que já haviam feito os jesuítas nos começos da civilização brasileira no século XVI. Dom Frederico Costa recolheu um hino intitulado *Catú Reté Rosario*.

Louvando-me do vocabulário *Nheengatu* Rupi, publicado na *Carta Pastoral* desse prelado católico sobre a matéria, ousei traduzir esse hino, como vai a seguir:

CATU RETÉ ROSARIO

I

*Catú reté rosario
Virgem Mar'lára;
luáca ra-pé
lané raçuçára!*

II

*Padre Nosso – Imbuéçaua
Christu lané-lára,
Rupi çaiçuçaua,
lané umbué*

III

*Rosario Manha,
luáca lára
Xa-servire putari
Catuçaua neíára*

IV

*Xa-putare, Ce lára
Ce manuçaua ramé
No rosário curi
Ce Piciruçaua reté*

V

*I-Paia Gloria
Tahira iuiri
Espírito Santo iuiri
Upain ara. laué.*

MUITO BELO ROSÁRIO

Meu belo rosario
a Virgem Maria
caminho do céu
do Nosso Senhor!

Reza o Padre Nosso
Cristo nosso dono
um amor maior
Ele nos ensina

Mãezinha do céu
oh, mãe do Rosário,
quero te servir
com toda bondade.

Eu sirvo o meu dono
até minha morte,
rosário futuro
do meu salvador

Dou glória ao paizinho,
seu filho também,
Espírito Santo
Todo dia, amém.

A IGREJA DO ROSÁRIO

Elson Farias

Missa era só de manhã,
comungar só em jejum,
de noite eram só novenas,
assíduas rezas do terço,
o padre velho no altar
a bom enganar o sono
preso às contas do rosário.

Nas festas da Santa a igreja
ficava toda enfeitada,
na praça em frente o arraial
ia pela madrugada,
leiloavam-se leitões,
frangos assados de forno,
bolos de boa qualidade.

Apreciando os leilões
tive um sonho de consumo,
era um dia ter dinheiro
para arrematar um bolo
e comê-lo todinho,
mal sabendo que o sentido
era um sonho de menino.

Na igreja a Nossa Senhora
do Rosário deu-me um tino!

Os textos acima pertencem a **Elson Farias**, poeta e ensaísta, natural de Itacoatiara. **O primeiro**, colhido do livro “As Náiades e a Mãe-Dágua”, pgs. 50/51, Editora Valer, Manaus, 2020. **O segundo** - poema recolhido da obra “Pedra Pintada”, ainda inédito, foi publicado no Blog do Francisco Gomes, em 7/10/2019.

FICARAM MARCAS

Marília Menezes

Entre as águas do rio há grandes pedras.
Pedras com marcas, desenhos, inscrições.

ITA – pedra, nome indígena.
COATIARA – gritos, riscos: Reflexões.

Riscos nas pedras que indicam
Os índios que ali viveram.
Os pais e mães desse povo
Que ali cresceram, morreram.

As marcas, porém, ficaram:
Signos do que tem ficado
da presença missionária
que ali tem pelejado.

Criando comunidades,
Gerando uma nova Igreja...
Marcas que são novos marcos
de uma vida que viceja.

Marcas que são quais caminhos...
são sinais a percorrer,
comunicando a mensagem
para quem sabe entender.

Marcas que geram outras marcas.
Não no rio que desce aos mares
Mas nas pedras destas almas;
Pedras vivas, angulares.

Os seus traços comunicam.
São símbolos para se ler.
Falam por si, têm linguagem
Para a História compreender.

Entre as águas do rio há grandes pedras.
Pedras com marcas, desenhos, inscrições.
PEDRAS PINTADAS – riscos,
DIREÇÕES.

(Em Itacoatiara, 1965. Lembrando Dom Jorge
Marshell e toda a Igreja de Itacoatiara, AM.).

LEMBRANDO ITACOATIARA

Marília Menezes

Itacoatiara, no Amazonas!
Teu nome é cheio de vida e simbolismo:
ITA – a pedra,
pedra da Fé dos Missionários
que, impulsionados por Cristo,
a radicaram em teu chão.

Tu és uma cidade sobre a pedra.
Não pedra rejeitada por tolos construtores,
mas uma pedra angular.
Forte, tão forte,
que nem a força do rio conseguiu arrancá-la.
E isto é maravilhoso para nós!

COATIARA – pedra pintada, com desenhos gravados sobre pedras!
Nestas tuas pinturas –
inscrições e sinais, que vejo eu?
Vejo o rio Amazonas que te banha.
E descubro inda mais: posso ver uma cruz que te ilumina.

As pinturas parecem hieroglifos,
mas encerram um sentido
para quem sabe ler o que nos dizem.

Parece-me vermelha essa tintura...
Evangelizadores deixaram o seu sangue
na argamassa de pedra do teu chão!
Grande Itacoatiara!

Distingo tua História desde que te mirei, do barco missionário:
entre as curvas do rio eu vi a cruz da tua Igreja.
E era já a cruz do Rosário da Virgem,
na escola desse nome, com coragem
implantamos a Escola que era mista
entre as primeiras da Amazônia,
criamos o Pedagógico
para revolucionar a Educação!

Chão vermelho de barro,
chão vermelho de barro!
Que dor e sacrifícios enfrentados nessa primeira estrada que surgia
para ir a Manaus.
Mas não havia medo em nossas vidas!

Hoje vejo que em tudo o que fizemos
deve haver mesmo a força de uma PEDRA!
E a tinta de SANGUE é necessária
na escrita de uma História que prossiga!

(Belém, Círio, 2013).

Os poemas acima são da autoria de **Marília Menezes**: religiosa católica, poeta e contista - natural de Belém. **O primeiro texto** foi publicado originariamente no livro de sua autoria, "Caminhos Missionários", Belém, 1993, e no Blog do Francisco Gomes em 29/05/2013. **O segundo**, publicado no Blog do Francisco Gomes em 20/11/2013.

5 DÉCADAS DA PRELAZIA DE ITACOATIARA

Salomão Barros

Desde o primeiro cenáculo, Maria é protetora
Daqueles que se fizeram comunidade inovadora,
Alicerçando na história a Igreja do Redentor,
Sob a luz do Santo Espírito, o nosso Consolador.

No solo da Amazônia a fé brotou promissora.
Uma missão renovou a paróquia acolhedora,
Os sacerdotes de *Scarboro* cultivaram com amor
O início daqueles anos que a diocese sonhou.

Nossa Senhora do Rosário, da antiga Vila de Serpa,
Resguardou o nascimento da prelazia da cidade,
Após mais de 200 anos da chegada de sua imagem.

D. Paulo, Jorge e Carillo, pastores de função certa,
Sucessores dos apóstolos, em nossa sociedade,
Traduzem as 5 décadas desse projeto de coragem

Soneto, do professor e poeta itacoatiarense **Salomão Barros**, vencedor no Concurso Mariano de Poesia Sacra de Itacoatiara (COMPOSI), categoria Aberta, declamado por ele próprio em 2013, quando o COMPOSI completou seu primeiro decênio, coincidindo com o ano de aniversário de meio século da Prelazia de Itacoatiara. Foi publicado no Blog do Francisco Gomes em 2/11/2013.

ABENÇOADA

Rafael Neves

Quão grande és tu, Senhora do Rosário,
Quão grande és tu, Maria, mãe da Igreja.
A tua paz aos teus fiéis é benfazeja,
Rogai por nós em teu bendito santuário.

Virgem Maria, exemplo de mulher,
Tuas contas têm um ar de primavera,
A bênção, minha mãe, sobre essa terra,
Derrama sobre nós amor e fé.

Nossa Senhora do Rosário, envia-nos uma missão
Para que o jovem do município, com compromisso,
Tenha humildade no coração.

Que neste período ninguém fique submisso
Ao pecado e compulsão,
E possamos realizar o serviço.

Esse soneto, de autoria do professor, poeta e escritor **Rafael Neves**, natural de Itacoatiara, foi premiado no COMPOSI e compõe sua Antologia.

MARIA, LUZ DO AMOR

Leonildes Conceição

Maria, Senhora Aparecida
Luz da minha vida,
do povo brasileiro proteção,
és padroeira da nossa Nação.

Maria, Conceição Imaculada
de Jesus, mãe amada,
padroeira do meu Estado,
deste povo estrela forte,
Amazonas, estrela do Norte.

Virgem mãe do Rosário,
de ITACOATIARA padroeira,
e estrela guia
deste povo em romaria.
Quarenta anos de louvor
na nossa Prelazia.

No caminho da Santidade
rezando o Rosário,
nossa querida cidade,
recebe benção e AMOR
de Jesus o REDENTOR,
e de MARIA do puro AMOR.

Poema da professora, poeta e escritora **Leonildes Conceição** - natural de Itacoatiara.

Referências

ACUÑA, Cristóbal de. Novo Descobrimento do grande rio das Amazonas. Tradução de Helena Ferreira. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

ALVES, Moema de Bacelar. Universidade Federal do Pará: A Escola Jesuítica e a Produção Sacra no Grão-Pará e Maranhão, III Encontro de História e Arte da Arte. São Paulo: IFCH-Unicamp. PDF, 2007.

AMATO, Cláudio et al. Livro de Moedas do Brasil, 15ª Edição. São Paulo: Artgraph Editora, 2018.

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo e. Dicionário Topográfico, Histórico e Descritivo da Comarca do Alto Amazonas. Manaus, 1984.

AMAZONAS, Relatórios dos Presidentes da Província do Amazonas. Volumes referentes aos anos de 1856, 1859, 1863-1864 e 1873-.

AMAZONAS, Universidade do. Autos da Devassa Contra os Índios Muras do rio Negro e Nações do rio Tocantins (1738-1739). Manaus, 1986.

ARANHA, Sylvia. Batalha Naval de Itacoatiara. Onde o Sul se encontra com o Norte. Manaus: Editora Valer, 2014.

ARAÚJO, Renata Malcher de. Dossiê - Caminhos da História da Urbanização no Brasil-Colônia. A Urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no Século XVIII. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material. PDF. São Paulo, junho de 2012.

ARENZ, Karl Heinz. Sem Educação não há Missão: a introdução da formação jesuíta no Maranhão e Grão-Pará (Século XVII), in Revista Outros Tempos. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Vol. 13, n. 21, São Luís, 2014.

ASSIS, Machado de. Memórias Póstumas de Brás Cubas, São Paulo: Editora Globo, 2008.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. No rio Amazonas (1859). Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1980.

AZEVEDO, João Lúcio de. Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização. Belém: SECULT, 1999.

AZEVEDO, João Lúcio de. O Marquês de Pombal e a sua época. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2004.

AZEVEDO, João Lúcio de. História de Antônio Vieira. Vols. I e II. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008.

AZEVEDO E SILVA, José Manuel. O Modelo Pombalino de Colonização da Amazônia. Texto de Palestra pronunciada na Universidade de Coimbra/Portugal, em 9/05/2002.

AB'SABER, AZIZ Nacib. Domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AZIZ, Phillippe. Os Segredos dos Incas, Astecas e Maias. Otto Pierre Editores. Estante Virtual, 2011.

BACCI, Massimo Livi. 500 Anos de Demografia Brasileira: uma resenha. Tradução de Maria Sílvia Bassanezi. In Revista Brasileira de Estudos de População, v. 19, jan/jun de 2002, São Paulo.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Compêndio das eras da Província do Pará. Belém, 1969.

BAPTISTA, Jean. Epidemias nas missões jesuíticas. História Viva, São Paulo, nº 67, p. 68-73, maio 2009.

BARROS, Diana Luiz Pessoa de. Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discurso. São Paulo: EdUSP, 2000.

BASSI, Filippo Stampanoni. A Maloca Saracá. Uma Fronteira Cultural no Médio Amazonas Pré-Colonial, Vista da Perspectiva de Uma Casa. Vol. 1. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

BATES, Henry Walter. Um Naturalista no rio Amazonas. São Paulo: Editora EdUSP, 1979.

BERREDO, Bernardo Pereira de. Anais Históricos do Estado do Maranhão. Rio de Janeiro, 1989.

BETTENDORFF, João Felipe (Pe). Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão. 2ª edição. Belém, Graficentro, 1990.

BEZERRA, Analucia Sulina. As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos no Brasil: Identidade e Diferença Cultural. Projeto História, São Paulo, n. 51, Set/Dez, 2014.

BITTENCOURT, Agnello. Corografia do Estado do Amazonas. Manaus: [s. n], Coleção Hiléia Amazônica, 1985.

BRAGA, Paulo Drumond. Dom Pedro II. Uma Biografia. Lisboa: Tribuna de História, 2006.

CALMON, Pedro. Prefácio à 1ª Edição do Livro de Arthur César Ferreira Reis, A Conquista Espiritual da Amazônia. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas/Governo do Estado do Amazonas, 1997.

CANTANHEDE, Antônio. Outras Histórias do Amazonas. Manaus, [s.n], 1958.

CARTAS do Primeiro Governador da Capitania de São José do Rio Negro Joaquim de Mello e Póvoas (1758-1761). Manaus: CEDEAM-UFAM, 1983.

CARVAJAL Gaspar; ROJAS, Alonso; ACUÑA, Cristóbal de. Descobrimento do rio das Amazonas. Tradução de C. Melo-Leitão. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

CASASNOVAS, (Pe) Afonso. Noções de Língua Geral ou Nheengatu: gramática, lendas e vocabulário. Manaus: EDUA, Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2006.

CIMI: Conselho Indigenista Missionário. Relatório. Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil. Brasília, 2021.

CYPRIANO, Doris Cristina Castilhos. Pesquisas Antropologia nº 65, São Leopoldo/RS: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2007.

CORRÊA, Luiz Maximino de Miranda. Em nome de Deus Em nome do Rei. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 2002.

CORTESÃO, Jaime. Obras Completas: História do Brasil nos Velhos Mapas. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009.

COSTA, Ricardo Luiz da Silva. Ocupação Humana, Conservação e Uso da Biodiversidade na Terra Indígena Rio Urubu: Desafios para a Gestão. Dissertação. Manaus: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), 2014.

COSTA, Rogério Vicente da. Estudo sobre iconografia de Nossa Senhora da Conceição e Inventário das Invocações de Nossa Senhora em Ouro Preto - a importância da Virgem Maria no culto católico. PDF. Ouro Preto (MG): UFOP, 2009.

COSTA, Verônica Prudente. Muraida e Seus (Des)encontros com Lusíadas. Artigo Científico in <https://revistas.ufrj.br/index.php/metamorfoses/article/download/5>.

DANIEL, João (Pe). Tesouro descoberto no Rio Amazonas. Separata dos Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 95, t. 1, 1976.

DA SILVA, Guilherme Dias. A Recepção da Antiguidade nas Inscrições e Tradições da América Pré-Histórica de Bernardo Azevedo da Silva Ramos (1930-1939). Tese de Doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

DIAS, Manuel Nunes. A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Belém, 1970.

ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1993.

FARIAS, Elson. Cem anos de fé na floresta. Manaus, 1993.

FARIAS, Elson. As Náiades e a Mãe-D'Água. Manaus: Editora Valer, 2020.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. A Idade Média. Nascimento do Ocidente. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

FRITZ, Samuel (Pe). O Diário do Padre Samuel Fritz. Rio de Janeiro: IHGB; Imprensa Nacional, 1912.

GARCIA, Rodolfo. Edição brasileira do livro “Luís Figueira: a sua vida e a sua obra literária”, de Serafim Leite (1940), in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), vol. 148, Rio de Janeiro, 1923.

GAARDER, Jostein et al. O Livro das Religiões. Tradução de Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

GOELDI, Emílio Augusto. Sobre o uso dos machados de pedra de índios sul-americanos, especialmente amazônicos, atualmente existentes. Memória. Museu Paraense Emilio Goeldi. PDF, Belém, abril de 2009.

GOMES, Laurentino. 1808. Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GOMES, Laurentino. 1822. Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

GOULART, Maurício. A Escravidão Africana no Brasil das Origens à Extinção do Tráfico. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1975.

GUIMARÃES, Ildefonso. Os dias recurvos. Anatomia de uma rebelião. Belém: SECULP, 2002.

HEMMING, John. Ouro Vermelho: a conquista dos índios brasileiros. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: EdUSP, 2007.

HOORNAERT, Eduardo e outros. História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo. Primeira época: período colonial, 5ª edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

IMPrensa OFICIAL, Assembleia Legislativa. Sinopse Histórica do Poder Legislativo do Estado do Amazonas: 1852 a 1980 (por) Wanderley Martins dos Santos (e outros). Manaus, 1980.

JOBIM, Anísio. Itacoatiara: estudo social, político, geográfico e descritivo. Manaus [s.n], 1948.

JÚNIOR, Almir Diniz de Souza. Índios Cristãos. Poder, Magia e Religião na Amazônia Ocidental. Curitiba: Editora CRV, 2017.

KELLER-LËUZINGER, Franz. Os rios Amazonas e Madeira. Esboços e Relatos de um Explorador. Tradução: Adrian Gonçalves Feitosa. Belo Horizonte: Dialética Editora, 2021.

KOIFMAN, Fábio. Judeus no Brasil. História e Historiografia. Rio de Janeiro: Livraria da Travessa, 2021.

LEITE, Serafim. Luís Figueira: a sua vida heroica e a sua obra literária. Lisboa, 1940.

LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. Tomos III-IV.

LOPES, José Reinaldo. A Igreja declarou que índios e negros não tinham alma? Mentira dos ateus, in Blog Religião é Veneno, março de 2017.

LOPES, Reinaldo José. 1499: O Brasil antes de Cabral. Rio de Janeiro: Livraria da Travessa, 2017.

LOPES, Marcos Antônio. O Absolutismo. Política e sociedade na Europa Moderna. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

LOPEZ, Adriana; Mota, Carlos Guilherme (2008). História do Brasil: uma interpretação ([http:// books.google.com.br/books?id/.../#v=onepage&qq&=false](http://books.google.com.br/books?id/.../#v=onepage&qq&=false)). São Paulo: Senac. P. 102-103. ISBN 978-85-7359-789-9

LOUREIRO, Antônio. Síntese da História do Amazonas, Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1978.

LOUREIRO, Antônio. O Amazonas na época imperial. Manaus: Editora Valer, 1989.

LOUREIRO, Antônio. Tempos de Esperança. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1995.

LOUREIRO, Antônio. História da Navegação no Amazonas. Manaus: Gráfica Lorena, 2007.

LOUREIRO, Antônio. A Amazônia e o V Império. Manaus: Academia Amazonense de Letras, 2011.

MARCOY, Paul. Viagem pelo rio Amazonas, tradução, introdução e notas de Antônio Porro, Manaus: Edua, 2001.

MASCARENHAS, Aníbal (1898). Curso de História do Brasil (<http://www.arquive.org/stream/cursodehistoriad01/.../Arquive.org>). Rio de Janeiro. Livraria do Povo. P 375-387. Consultado em 1 de junho de 2013

MAUÉS, Raimundo Heraldo. (Org) Pajelanças e Religiões Africanas na Amazônia. Belém: Editora EDUFP, 1999.

MELO, Iaci Iara Cordovil de. A Pintura e a Escultura Jesuítica da Igreja de São Francisco Xavier (ou Santo Alexandre) em Belém do Pará. Universidade Federal de Ouro Preto: Especialização em Cultura e Arte Barroca. PDF. Ouro Preto (MG), 2010.

MELO, Iaci Iara Cordovil de. Considerações Sobre a Produção da Imaginária Jesuítica no Pará e Maranhão. Artigo in Boletim do Centro de Estudos da Imaginária Brasileira (CEIB), V. 17, n.55, Belo Horizonte, 2013.

MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza e. Fé e Império: as juntas das Missões nas conquistas portuguesas. Manaus: EDUA; FAPEAM, 2009.

MELLO, Thiago de. Mormaço na Floresta. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na era pombalina. Correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759). 3 tomos. São Paulo [s.n], 1963.

MENÉNDEZ, Miguel A. A área Madeira-Tapajós: situação de contato e relações entre colonizadores e indígenas. São Paulo [s.n], 1992.

MENEZES, Irmã Marília. Caminhos Missionários, Belém, 1993.

MIRANDA, Bertino de. A Cidade de Manaus. Sua história e seus motins políticos. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1984.

MONTEIRO, Hamilton M. O Feudalismo: Economia e Sociedade. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. Cultos de Santos & Festas Profano-Religiosas. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas/FUNCOMIZ, 1983.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. Fundação de Manaus. Manaus: Editora Metro Cúbico, 1994.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. A Capitania de São José do Rio Negro (antecedentes históricos e fundação). 4ª Edição. Manaus: Livraria Valer, 2002.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. O Município de Itaquatiara. Manaus: Academia Amazonense de Letras/Editora Reggo, 2018.

- MOREIRA, Eduardo. O Encontro, Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.
- MORENO, Diogo de Campos (1812). Jornada do Maranhão por ordem de Sua Majestade feita no ano de 1614. SITE [http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/\[/...\]/243/mode/.Brasiliana.Academia das Ciências de Lisboa](http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/[/...]/243/mode/.Brasiliana.Academia das Ciências de Lisboa). Consultado em 24/06/2013.
- MOVELLE, Michel. A Revolução Francesa (1789-1799). Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Editora UNESP, 2020.
- NABELO, Carlos Martins. A infalibilidade papal. Editora Clube de Autores (ebooks), 2002.
- NEVES, Luiz Felipe Baeta. Padre Antônio Vieira. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.
- NORONHA, (Pe) José Monteiro de. Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do Sertão da Província (1768). São Paulo: EDUSP, 2006.
- OLIVEIRA, Claudemilson Nonato Santos de. A Kipá e o Cocar: a rede intercomunitária judaica na estruturação urbana de Itacoatiara. Tese de Doutorado UFAM, Manaus, 2019.
- OLIVEIRA, Claudemilson Nonato Santos de. Africanos livres na Colônia Itacoatiara. Artigo na Seção de História do Blog do Francisco Gomes, em 6/01/2020.
- PAIVA, José Maria de. Transmitindo Cultura. A catequização dos índios no Brasil (1549-1600). Revista Diálogo Educacional -v. 1 – n. 2 – p. 1-170 - julho/dez. 2000.
- RAMOS, Alberto Gaudêncio. Cronologia Eclesiástica da Amazônia. Manaus: Tip. Fênix, 1952.
- RAMOS, Alberto Gaudêncio. Cronologia Eclesiástica do Pará. Belém: Gráfica Falangola, 1985.
- REIS, Arthur César Ferreira. Manaus e outras vilas. In Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, Manaus, 1934.

REIS, Arthur C  zar Ferreira. A política de Portugal no vale amazônico. Belém [s.n.], 1940.

REIS, Arthur C  zar Ferreira. A conquista espiritual da Amazônia. São Paulo [s. n.], 1942.

REIS, Arthur C  zar Ferreira. A Amazônia e a cobiça internacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

REIS, Arthur C  zar Ferreira. História do Amazonas. 2   ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

REIS, Arthur C  zar Ferreira. Lobo d'Almada. Um estadista colonial. 3   Edição. Manaus: Academia Amazonense de Letras, Prefeitura Municipal de Manaus e Editora Valer, 2006.

REIS, Marcos Vinícius de Freitas e outro. A Igreja Católica na Amazônia. Diversidade Religiosa e Intolerância. Macapá: Universidade Federal do Amapá, 2019.

RODRIGUES et ali. Pajelan  as indígena e cabocla no Baixo Amazonas/AM e suas implicações a partir de questão histórica. São Paulo: Revista PONTOURBE/USP, 2014

ROSA, Paula de Souza. Os portugueses no rio Madeira: imigração, estratégias políticas e sociais (1840-1920). Dissertação de Mestrado. Belém: UFPA, 2019.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. As Viagens do Ouvidor Sampaio. Manaus, 1985.

SANT-ANA NERY, Barão de. No país das Amazonas, Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2018.

SANTOS, Francisco Jorge dos. A Expansão Europeia na   rea Tapajós-Madeira, in Revista Tuyuka. Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 1994.

SÃO PAULO, Universidade de. Revista PONTOURBE, Núcleo de Antropologia Urbana da USP, n   15, 2014.

SILVA, Francisco Gomes da. Itacoatiara. Roteiro de uma cidade. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas – Série Paulino de Brito/Editora Sérgio Cardoso, 1965.

SILVA, Francisco Gomes da. Itacoatiara: administrações municipais, realidade presente. Manaus: Edição do Autor. Capa Editora Sérgio Cardoso, 1970.

SILVA, Francisco Gomes da. Centenário de São José do Amajari. Manaus: Edição do Autor, 1979.

SILVA, Francisco Gomes da. Itacoatiara. Roteiro de uma cidade. 2ª Ed. Revista e ampliada. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1997.

SILVA, Francisco Gomes da. Cronografia de Itacoatiara. Vol. 1. Manaus: Gráfica Papyrus, 1997.

SILVA, Francisco Gomes da. Cronografia de Itacoatiara. Vol. 2. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1998.

SILVA, Francisco Gomes da. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Itacoatiara. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1999.

SILVA, Francisco Gomes da. Presença do Poder Judiciário no Município de Itacoatiara. Manaus: Edições Governo do Estado/Secretaria de Estado da Cultura do Amazonas, 2003.

SILVA, Francisco Gomes da. Câmara Municipal de Itacoatiara (Sinopse Histórica). Manaus: Gráfica Ampla, 2010.

SILVA, Francisco Gomes da. Fundação de Itacoatiara (Trilogia Itacoatiara 330 Anos, vol. 1). Manaus: Editora Cultural da Amazônia, 2013,

SILVA, Francisco Gomes da. Fundação de Itacoatiara, 2ª Edição revista e ampliada. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas/Editora e Gráfica Moderna, 2017.

SILVA, Francisco Gomes da. Cronologia Eclesiástica de Itacoatiara. Manaus: Gráfica Ziló, 2018.

SOSTER, Sandra Schmitt. Missões Jesuíticas como Sistema. Dissertação de Mestrado. Instituto de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: USP, 2014.

SOUZA, Cônego Francisco Bernardino de. Lembranças e Curiosidades do Vale do Amazonas. Belém (Pará): Typ do Futuro, 1873.

SOUZA, Laura de Mello e. Idade Média e Época Moderna: Fronteiras e Problemas. In Signum. Revista da Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM). Número 7, 2005, pp. 223-248.

SOUZA, Márcio. História da Amazônia. Manaus: Editora Valer, 2009.

SPIX e MARTIUS. Viagem pelo Brasil (1817-1820). Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Revista por Ernst Winkler. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional/Edições Melhoramentos, 1938.

TEIXEIRA, Manuel C. A Forma da Cidade de Origem Portuguesa. São Paulo: Editora UNESP - Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.

TORRES NETO, Blás. A Linguagem do Caretas: Um Olhar Entrecruzado. Dissertação de Mestrado. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2014.

TRINDADE, Saint-Clair Cordeiro da. Cidades médias na Amazônia Oriental. Das Novas Centralidades à Fragmentação do Território. Rio de Janeiro: ANPUR/UFRJ, 2011.

WALLACE, Alfred Russel. Viagens pelos rios Amazonas e Negro. Tradução de Orlando Torres. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

WRIGHT, Jonathan. Os Jesuítas – Missões, Mitos e Histórias. Tradução de Andréa Rocha. Rio de Janeiro: Editora Dumará, 2006.

UNISINOS, Instituto Humanitas. Adital. Papa Francisco e o Vaticano II: uma nova fase de recepção. Porto Alegre, 01/03/2018.

VAINFAS, Ronaldo. A heresia dos índios – catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VELLASCO, Ivan de Andrade. O Juiz de Paz e o Código: vicissitudes da Justiça Imperial... Belo Horizonte, 2003.

VIEIRA, (Pe) Antônio. Obra completa Padre Antônio Vieira. 30 volumes. São Paulo: Editora Vozes, 2015.

VIOTI, Hélio A. Padre Serafim Leite. São Paulo: Editora Loyola, 2010.

SITES:

<https://www.veritatis.com.br/sublimis-dei-paulo-III-02-06-1537>

<https://www.vatican.com.br/regimini-militantis-paulo-III/>

<https://www.vatican.va/offices/papal-docs-list-po.html>

<https://www.catolicoorante.com.br/docs/enciclicas/index.html>

<https://www.vatican.va/pt/igreja/news/2021/07/santo-inacio-de...>

<https://www.encontrosaulisma.com.br/sobre/igreja-da-se-sao-luis>

<https://www.ipatrimonio.org/belem-igreja-de-santo-alexandre-e-antigo-colegio-dos-jesuitas>

<https://www.stoodi.com.br/blog/historia/idade-antiga-o-que-e/>

<https://www.historiadomundo.com.br/idade-antiga>

<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/trafico-negreiro.htm>

[https://glosbe.com/yrl/pt / Dicionário nheengatu-português](https://glosbe.com/yrl/pt/Dicionário+nheengatu+português)

<https://www.dicionarioinformal.com.br/nheengatu>

<https://www.infoescola.com/biografias/papa-leao-x>

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Padroado>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Historia_dos_carmelitas/

[https://www.acritica.com\[...\]/descendentes-de-escravos-no-amazonas](https://www.acritica.com[...]/descendentes-de-escravos-no-amazonas)

<https://www.todamateria.com.br/escravidao-no-brasil>

<https://super.abril.com.br/historia/amazonas-lenda-ou-realidade/>

<https://www.portugues.com.br/literatura/padre-antonio-vieira.html>
https://www.brdigital.br.gov.br/projetos/cartografia/cart_colonial.html
<https://www.library.org/article/a-cartografia-portuguesa-do-seculo-xvi-e-xvii/>
<https://historiadeportugal.info/d-joão-iv>
<https://www.hipercultura.com/incas-maias-e-astecas-conheça-mais-sobre-as-civilizacoes...>
<https://www.franciscanosdaprovinciadesantoantonio.com/atuaram-na-amazonia...>
<https://www.historiacsd.blogspot.com./2013/07/as-missoes-religiosas-e-ocupacao-do.html>
<https://malucospelahistoria.blogspot.com/2019/04/missoes-dos-jesuitas-na-amazonia.html>
<https://cclbdobrasil.blogspot.com/2013/01/batalha-de-guaxenduba.html>
<https://cruzterrasanta.com.br/historia-de-nossa-senhora-das-vitorias/203/102/>
<https://journals.openedition.org/pontourbe/2411>
https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/
<https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/aquaviario/old/hidrovia-do-madeira>
<https://brasilecola.uol.com.br/historia-da-america/ocupacao-continente-americano.ht>
[\[https://paranaportal.uol.com.br/geral/amazonia-teve-milhoes-de-indigenas-antes-dos-europeus/\]](https://paranaportal.uol.com.br/geral/amazonia-teve-milhoes-de-indigenas-antes-dos-europeus/)<https://paranaportal.uol.com.br/geral/amazonia-teve-milhoes-de-indigenas-antes-dos-europeus/>

<https://nationalgeographic.brasil.com/historia/2021/07/historia-da-ocupacao-do-baixo-amazonas/>

<https://plone.ufrgs.br/nuparq/news/america-foi-inicialmente-povoada-por-tres-ondas-migratorias/>

<https://jornaldearqueologia.blogspot.com/2012/07/america-foi-inicialmente-povoada-por.html>

<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/a-ocupacaoamazonia.htm>

<https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-violencia-povos-indigenas-20-cimi.pdf>

<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/fundacao-nacional-indio-funai.htm>

<https://www.midianews.com.br/cotidiano/antropologa-marta-azevedo-deixa-presidencia-da-funai/>

<https://www.terrasindigenas.org/br/terras-indigenas/4096>

<https://www.vaticannews.va/.../pontificado-de-sisto-v-exposicao.html>

<https://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-geral-papa-gregorio-xiii>

<https://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-geral-papa-pio-v>

<https://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-geral-papa-paulo-iv>

<https://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-geral-papa-paulo-iii>

<https://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-geral-papa-julio-iii>

<https://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-geral-papa-paulo-iv>

<https://www.xamanismo.com.br/xamanismo-amazonico/>

<https://www.paulus.com.br/portal/santo/sao-celestino-i-papa-3/>

<https://www.paulus.com.br/portal/santo/sao-pio-v/>

<https://www.vatican.va/content/vatican/pt.html>
https://estiloadoracao.com.br/oracao-do-pai-nosso-#google_vignette/
<https://historiadenossasenhora.files.wordpress.com/2013/10/lotto-madonna-del-rosario.jpg>
<https://blog.cancaonova.com/tododemaria/a-origem-do-rosario...>
<https://www.paulus.com.br/portal/santo/sao-paulo-ii/>
<https://www.paulus.com.br/portal/santo/sao-celestino/>
<https://www.vaticannews/pt/santo-domingos-de-gusmao/>
<https://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-geral/papa-gregorio-ix/>
[https://www.paulus.com.br/portal/santo/sao-pio-v/.](https://www.paulus.com.br/portal/santo/sao-pio-v/)
<https://www.amazon.com.br/Rosarium-Virginis-Mariae-Paul-II.>
[https://www.vatican.va.content/vatican/.../father/gregorio-xiii.htm.](https://www.vatican.va.content/vatican/.../father/gregorio-xiii.htm)
<https://www.acidigital.com/rosario/surgio.htm>
<https://www.acidigital.com/noticias/papa-francisco-o-rosario-e-a-arma-que-nos-protege/>
<https://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-geral-papa-clemente-xi>
<https://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-geral-papa-pio-x>
<https://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-geral-papa-joao-xxiii>
<https://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-geral-papa-francisco>
<https://www.google.com/.../concilios-da-igreja-catolica-concilio-de-efeso/>
<https://www.ipatrimonio.org/sao-luis-igreja-de-nossa-senhora-do-rosario-dos-pretos>
<https://www.uc.pt/fluc/iheu/artigos/modelopombalino/>

https://monografias.ufop.br/bitstream/.../MONOGRAFIA_EstudoiconografiaNossa.pdf

<https://artesaocracrista.blogspot.com/2007/07/tópicos-sobre-arte-imaginária/.../.html>

https://www.monografias-ufop/bitstream/monografias_PinturaEsculturaljesuitica.pdf

<https://Serpa|www.visitportugal.com/pt-pt/content/serpa>

<https://lisboafreguesias.wordpress.com/merces>

<https://www.oarcanjo.net/site/o-vaticano-ii-e-a-resposta-da-igreja/>

<https://ihu.unisinos.br/?catid=o&id=536012>

<https://ihu.unisinos.br/576506-papa-francisco-e-o-vaticano-ii-uma-nova-fase...>

<https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2020-07/primado-e-infalibilidade-150-anos...>

<https://www.vatican.va/content/francesco/pt.html>

RESUMO BIOBIBLIOGRÁFICO



FRANCISCO GOMES DA SILVA nasceu em Itacoatiara (AM) aos 24 de novembro de 1945. Promotor de Justiça Aposentado. Advogado e Escritor. Membro do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas; da Academia Amazonense de Letras; da Associação Amazonense dos Escritores do Amazonas; e da Associação Amazonense do Ministério Público. Sócio correspondente do Colégio Brasileiro de Genealogia (Rio de Janeiro/RJ) e sócio correspondente fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós (Santarém/PA). Historiador de sua terra natal, começou a escrever aos 16 anos de idade (1961) e aos 19 lançou seu primeiro livro (1965), prefaciado e editado sob os auspícios do historiador e então governador do Amazonas Arthur Cézar Ferreira Reis.

Autor das seguintes obras:

1965: Itacoatiara. Roteiro de uma Cidade.

1970: Itacoatiara: administrações municipais, realidade presente.

1979: Centenário de São José do Amajari.

- 1997: Cronografia de Itacoatiara – 1º volume.
- 1997: Itacoatiara. Roteiro de uma cidade – 2ª edição revista e ampliada.
- 1997: Instituto Alfredo da Matta ontem e hoje: uma história de saúde pública (1955-1997) – coautor.
- 1998: Cronografia de Itacoatiara – 2º volume.
- 1999: A Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Itacoatiara.
- 2002: Constituições do Estado do Amazonas – volume I (1891, 1892 e 1895).
- 2004: Presença do Poder Judiciário no Município de Itacoatiara.
- 2006: Pedro Gomes meu pai (um memorial de família).
- 2010: Câmara Municipal de Itacoatiara (Sinopse histórica).
- 2013: Fundação de Itacoatiara (1º volume da Trilogia Itacoatiara 330 Anos).
- 2017: Fundação de Itacoatiara – 2ª edição revista e ampliada.
- 2018: Cronologia Eclesiástica de Itacoatiara.
- 2021: Euler Ribeiro: o Homem da Floresta Cidadão do Mundo.
- 2021: Presidentes e Presidenciáveis da República em Itacoatiara.
- 2022: As Pedras do Rosário – 1º volume (1683-1874).

Obras em preparo:

- Itacoatiara: evolução do Sítio Urbano. Cronologia da Avenida Parque.
- Itacoatiara. Administradores Municipais.
- As Pedras do Rosário – 2º volume (1874-2022).
- Homens, Mulheres e Coisas de Itacoatiara (uma enciclopédia municipal).
- Cartilha de História de Itacoatiara.

PARA ACESSAR AS OBRAS DO AUTOR

<https://www.franciscogomesdasilva.com.br/obras-literarias/>

DÍALOGO HISTÓRICO ENTRE O SAGRADO E O PROFANO

Esta obra especula sobre fatos da História Colonial de Itacoatiara reportando intercorrências do sagrado e do profano. Neste 18º livro do historiador Francisco Gomes da Silva, ele reafirma uma luta de mais de seis décadas em favor da revelação de seu berço natal e, sobretudo, direcionada contra o apagamento da memória da Velha Serpa. O primeiro volume d'**As Pedras do Rosário** (1683-1874) trata dos fatos municipais ocorrentes do nascimento do núcleo originário da Cidade à sua emancipação política.

Desde quando os primeiros missionários convenceram os índios a abandonar a crença em suas divindades, fazendo-os optar pelo Deus dos colonizadores, o teológico e o civil passaram a conviver civilizadamente. Isso nos autoriza a afirmar que os acontecimentos vitais de Itacoatiara e da Igreja do Rosário interagem fortemente. Nascidas no mesmo espaço geográfico, sob influência do governo colonial português, tanto a instituição política quanto a canônica são beneficiárias da mesma herança histórica e cultural.

Neste livro, o celebrado Autor amazonense se apresenta com uma “inspiração teologal”; decanta o caráter da religião que adota e na qual foi batizado. Mas, não deixa de pintar, com as cores da pura realidade, a formação histórico-cultural de Itacoatiara. Aqui, o simbolismo e a glória exaltam a crônica do Catolicismo; e o passado colonial da então futura Cidade da Pedra Pintada exsurge-se com toda a força e imponência.

